

Livro primeiro dos Bra-
sões da Sala de Sin-
tra de Anselmo
Braamcamp
Freire



Impresso em Coimbra na
Imprensa da Universidade
aos xxij dias de Julho de M. CM. xxj.

BRASÕES
DA
SALA DE SINTRA

DE
ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE

(2.^a EDIÇÃO)

LIVRO PRIMEIRO



COIMBRA
IMPRESA DA UNIVERSIDADE

1921

BRASGOS

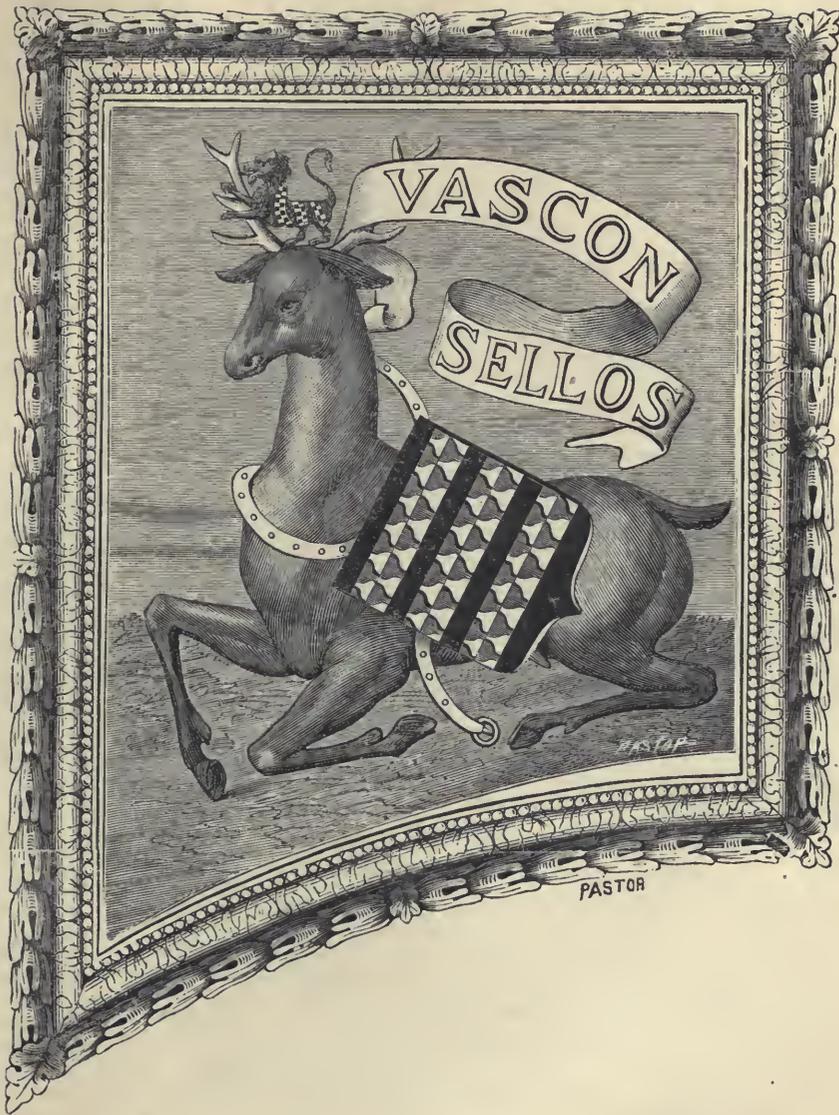
SALA DE SINTRA

CS
969
A287
1921
v.1



XI

VASCONCELOS



De negro, três faxas veiradas e contraveiradas de prata e vermelho. Timbre: lião de negro, armado e linguado de vermelho, e carregado das peças do escudo.

Com as faxas simplesmente veiradas encontra-se o escudo dêste brasão no *Livro do Armeiro mor*, fl. 53, no *Livro da Torre do Tombo*, fl. 10 v., nos *Tropheos lusitanos* de Soares de Albergaria, fls. 55 e 66 *mihi*, no *Thesouro da nobreza* de Francisco Coelho, fl. 40, no *Thesouro da nobreza* de Fr. Manuel de Santo António, v-12, em várias cartas de brasão de 1514, 1515 e outros anos apontadas na *Armaria portuguesa* no artigo Vasconcelos. Com as faxas veiradas e contraveiradas, forma errada, trazem também êste escudo: Fr. António Brandão, na *Monarchia lusitana*, III, 173; Fr. Leão de Santo Tomás, na *Benedictina lusitana*, II, 493; e em cartas de brasão de 1530, 1533, etc. apontadas na citada *Armaria*. João Salgado de Araújo, no seu *Sumario de la familia de Vasconcelos*, fl. 18, traz êste escudo errado, declarando ser o campo de vermelho e as faxas de veirado de branco e negro.

O timbre, como está pintado na sala de Sintra, aparece também no *Thesouro da nobreza* de Francisco Coelho e numa carta de brasão de 1709 (1). Com muito pequena diferença, pois que esta consiste apenas em o lião não ser armado, nem linguado de vermelho, encontra-se o timbre dos Vasconcelos em cartas de brasão dos anos de 1530, 1540 e 1552 (2). Numa carta de brasão de 3 de Abril de 1533 (3) descreve-se o lião do timbre como nas precedentes, mas, por excepção, nascente. O mesmo dizem quasi todos os autores portugueses, que têm tratado de heráldica.

Apesar desta quasi unanimidade entendo, pelas razões apontadas no artigo

(1) Copiada no *Archivo heraldico* do Visconde de Sanches de Baena, pág. 655.

(2) *Armaria portuguesa*, pág. 524.

(3) *Ibidem*.

dos Pereiras, pág. 301, dever prevalecer a todos a autoridade especial do *Livro da Torre do Tombo*, e que, conforme com êste, deverá o timbre dos Vasconcelos ser um lião de oiro, carregado das faxas do escudo. Desta mesma opinião era em 1515 o bacharel António Rodrigues, Portugal principal rei de armas, na carta de brasão concedida a «Duarte Lopes de Vasco goncellos» em 10 de Março, dizendo: «e por timbre um lião de oiro assentado com as três faxas das armas» (1). Depois mudou de parecer, nas cartas de 1530, 1540 e 1552.

I

SENHORES DA TÔRRE DE VASCONCELOS

Houve, eu falo sempre no pretérito, não só porque já hoje tudo isto acabou, mas também porque só o passado me interessa; houve pois duas famílias diversas de Vasconcelos, ou melhor três: a dos legítimos, a dos de Penela daqueles derivada por uma senhora, e a dos do Esporão, destroncados ou pouco menos. De todas três darei resumida notícia.

Ponho completamente de parte infantes Velosos e outros pêtas semelhantes, e começarei em Martim Moniz, o legendário herói da porta da alcáçova de Lisboa (2). E começo neste, porque o testamento de um de seus filhos a isso me autoriza.

Conforme o *Nobiliario do Conde D. Pedro* (3) casou Martim Moniz com D. Teresa Afonso e dela teve: Pedro Martins da Torre, João Martins Salsa e Martim Martins, arcediogo de Braga.

No cartório das capelas do arcebispo D. Gonçalo Pereira, junto à Sé de Braga, estava o testamento do arcediogo Martim Martins; lá o viu Gaspar Álvares de Lousada e dêle fez largo extracto, esquecendo-lhe a data (4).

Nesse instrumento declara o testador ser filho de Martim Moniz; institui por seu herdeiro universal a seu sobrinho Estêvão Anes, filho de João Peres

(1) *Armario portuguesa*, pág. 524.

(2) Na era de 1187 (A. D. 1149) o «famulus Dei Martinus Moniz» fez doação de dois casais «in villa Boneli» (é a freguesia de Boêlhe, no concelho de Penafiel) ao altar do Salvador de Paço de Sousa (*Documentos para a historia portugueza*, pág. 156). Nas Inquirições de D. Afonso III do ano de 1258 ainda êsses casais eram do mosteiro, que declara tê-los tido «de testamento herdatorum» (*Portugaliae monumenta historica. Inquisitones*, pág. 586). D'aqui pode-se concluir haver Martim Moniz sobrevivido pelo menos dois anc's à tomada de Lisboa? Não, porque não estão bem identificados os dois Martins e era preciso averiguar cabalmente, se a família dos Vasconcelos foi herdada para aquelas bandas, para o que não tenho encontrado elementos.

(3) *Portugaliae monumenta historica. Scriptores*, pág. 365.

(4) *Sumários da Torre do Tombo*, II, fl. 452 v., mihi.

de Vasconcelos; e deixa um legado em terra de Santa Maria a Pedro Anes de Alvelos, que é o filho dado pelos nobiliários antigos a João Martins Salsa e, conforme os mesmos, o progenitor dos Alvelos. Do testamento só isto aproveitarei e basta para o meu intento, por ficar provada a existência dos três filhos de Martim Moniz, apesar de não serem nomeados se não os dois netos, o Vasconcelos e o Alvelos; mas, pelos patronímicos dêstes, tiram-se os nomes dos pais. E não fica só isto provado, também fica sabido quando teve princípio o uso dos referidos apelidos.

Pedro Martins da Tôrre, o primeiro filho de Martim Moniz, tirou o apelido, é evidente, do senhorio de uma tôrre e esta já podia ser a de Vasconcelos na frêguesia de Santa Maria de Ferreiros, do concelho de Amares.

A primeira referência ao lugar de Vasconcelos encontra-se nas Inquirições de 1258 (1), na paróquia de Santa Maria de Ferreiros: «Item, dixerunt que Vasconcelos é Onra» (2). Nas de 1288 declararam as testemunhas que Vasconcelos, Rio Bom e Banaria constituíam uma honra de Rodrigo Anes e Pedro Anes de Vasconcelos, honra muito antiga, pois constava ter sido criada em tempo de D. Egas Fáez (3). Pelas mesmas Inquirições consta possuírem então os de Vasconcelos outra honra constituída por toda a vila de S. Salvador de Amares, a qual houveram por escambo com a Ordem do Hospital (4). Foi julgada por honra nas sentenças de 1290 (5). Foram estas honras possuídas por João Peres de Vasconcelos, como se colhe da acta relativa à frêguesia de S. Salvador de Vilar do Monte, onde por outra sentença foram mandadas honrar as casas e herdades dos de Vasconcelos (6). Já então era João Peres de Vasconcelos falecido, como expressamente é declarado nos depoimentos, e talvez tivesse morrido antes de Janeiro de 1265, segundo se pode deduzir dos documentos a seguir apontados.

D. Sancha Peres, vizinha de Santarêm, constituiu, por instrumento de procuração lavrada naquela vila a 6 de Janeiro da era de 1303 (1265), seus procuradores a seus sobrinhos Rodrigo Eanes e Pedro Eanes de Vasconcelos a fim de em seu nome outorgarem numa escritura de troca de propriedades (7).

(1) Nas Inquirições de 1220 toda a paróquia de Santa Maria de Ferreiros era rialenga. — *Portugaliae monumenta historica. Inquisitiones*, pág. 92; Pedro de Azevedo, *Os de Vasconcellos*, no ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, II, 378, n.º 1.

(2) *Portugaliae monumenta historica. Inquisitiones*, pág. 426; *Os de Vasconcellos* cit., pág. 378, n.º II.

(3) *Os de Vasconcellos*, cit., pág. 378, n.º III.

(4) *Ibidem*.

(5) *Ibidem*, pág. 379, n.º V.

(6) *Ibidem*, n.º IV.

(7) *Ibidem*, pág. 377, doc. I.

Apresentaram-se os dois irmãos no mosteiro de Arouca e, por instrumento de iv das nonas de Maio da referida era (4 de Maio de 1265), celebraram com a abadessa D. Mor Martins a ajustada troca. Consistiu ela em D. Sancha Peres dar à dona Abadessa certo casal e outro meio casal por ela possuídos, recebendo por êles toda a herdade que D. Mor Martins havia no lugar chamado de Vasconcelos, com todas suas pertenças, excepto o espiritual, constituído pela terça parte da igreja de Santa Maria de Ferreiros. Houvera a dona Abadessa esta propriedade por morte de sua mãe, D. Estevainha Soares, e concorda na troca principalmente por amizade pelos ditos Pedro Eanes e Rodrigo Eanes seus sobrinhos (1). Com efeito D. Mor Martins era prima com irmã do pai dêles, João Peres de Vasconcelos, tendo por bisavô comum aquêle D. Egas Fáfez, em cujo tempo se criou, como dizem as testemunhas de 1258, a honra de Vasconcelos.

Supõe o indefesso investigador e meu muito presado amigo Pedro de Azevedo, no seu citado artigo *Os de Vasconcellos*, ter só, por ocasião desta escritura de escambo, entrado a posse da tôrre de Vasconcelos na linhagem. Não posso porém concordar, não só por ver na procuração para se realizar a compra já os procuradores da adquirente se chamarem de Vasconcelos, mas também porque com êste apelido encontro o pai dêles nomeado nas citadas Inquirições de 1290, sendo já então falecido. Além disso os de Vasconcelos também eram descendentes de D. Egas Fáfez, pela mulher de Pedro Martins da Tôrre, D. Teresa Soares, filha de D. Soeiro Pires Torta e de D. Froilhe Viegas, filha de D. Egas Fáfez, «de Lanhoso o que fez muito bem em Randufe», podiam portanto, sem dúvida, terem herdado directamente a honra.

Foi pois João Peres de Vasconcelos o primeiro dêste nome, e é o primeiro desta linhagem nomeado no *Livro velho* (2). Davam-lhe, por ser mimoso, ou por afronta, a alcunha de Tenreiro; se é que o Marquês de Montebelo não tem razão em pretender, que a verdadeira alcunha era Temeiro, como quem diz teimoso, obstinado.

Mostrou João Tenreiro a sua pertinácia num caso contado pelo *Nobiliário do Conde D. Pedro* (3), e a seguir por mim abreviado.

Aires Anes de Freitas matara a Gil Martins, filho de D. Martim Peres Ribeiro e primo segundo de João Tenreiro. Tomou êste o caso a peito e, simulando haver desafiado a Aires Anes, levou consigo seu primo direito Pedro Alvelos até ao mosteiro de Fonte Arcada, onde matou o assassino de

(1) *Os de Vasconcellos*, cit., doc. II.

(2) *Portugaliae monumenta historica. Scriptores*, pág. 160.

(3) *Ibidem*, pág. 317.

seu outro parente. O irmão de Aires Anes de Freitas e outros fidalgos recorreram a D. Sancho II, que mandou emprazar ao Vasconcelos e ao Alvelos. Compareceu só este, alegando em sua defesa haver sido enganado pelo primo, que o levara a Fonte Arcada para um desafio e não para um assassinio, e que, se João Tenreiro o negasse, lhe «mettería as mãos sobre ello». Foi então novamente emprazado o fidalgo de Vasconcelos para vir responder ao repto, e êle não o fez, nem à primeira nem às mais vezes, para que foi intimado, sendo guardadas muito bem todas as praxes conforme ao uso. Em vista disto reuniu el Rei em Cabeço de Vide um numeroso e escolhido conselho, e deu a sua sentença à revelia de João Peres. Absolveu a Pedro Alvelos e lançou todo o castigo por este merecido ao que por si próprio já devia haver João Tenreiro, a quem deu o crime por provado.

Foi esta sentença muito louvada e João Peres de Vasconcelos «numca depois veo a purgar seu rreto», dando mais prova de prudente, que de valeroso.

Havia de se ter passado este caso entre os anos de 1228 e 1245, pois João Tenreiro foi em 1248 servir a Castela no cerco de Sevilha, não sei se por andar foragido por aquelas partes.

Casou João Peres de Vasconcelos com Maria Soares, filha de Soeiro Viegas Coelho e de D. Maior Mendes de Candarei, e dela teve, conforme o *Livro Velho das Linhagens*: o bispo D. Esteve Anes de Lisboa (1), Rodrigo Anes de Vasconcelos, Pedro Anes de Vasconcelos, Teresa Anes casada com João Fernandes Franco, progenitores dos Ornelas, ou melhor Dornelas, e Maria Anes, mulher, segundo o *Nobiliario do Conde D. Pedro*, de Aires Rodrigues de Urrô.

Pedro Anes de Vasconcelos possuiu com seu irmão mais velho a honra de Vasconcelos, como mostram as Inquirições acima citadas, e dêle a descendência varonil terminou na primeira geração.

Rodrigo Anes de Vasconcelos sucedeu na casa e, como seu tio materno João Soares Coelho, foi trovador, existindo ainda dêle seis cantares (2). Casou e entre vários filhos, de que não persiste descendência varonil, nasceu primogénito Mem Rodrigues de Vasconcelos.

Sucedeu este na casa, foi senhor dos coutos de Freiriz e Penagate, no se-

(1) Bispo muito duvidoso. Cfr. D. Rodrigo da Cunha, *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa*, p. II, cap. 65; Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, I, 630. É certo todavia ter existido um mestre Estêvão Anes de Vasconcelos, presente à escritura de 8 de Fevereiro de 1268 (1230), feita em Santarém, pela qual D. João Peres de Aboim doou uma vinha em Alenquer, termo de Santarém, à Ordem do Templo (*Livro de D. João de Portel*, doc. XLVI, no ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, V, 65).

(2) D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Cancioneiro da Ajuda*, II, 558.

gundo dos quais, sendo meirinho mor de Além Doiro, alcançou licença de D. Denis, em 5 de Outubro de 1322, para edificar na sua herdade uma casa forte, a fim de ter aí o corpo em salvo, quando lhe cumprisse (1). Esta tórre «toda de cantaria, à qual se sobe por uma escada de mão pella muita altura em que tem a porta, ainda neste anno de 1727 está em sua perfeição e se vê juncto a estrada hindo de Braga para Ponte de Lima à mão direita... Injustamente largaram de si este testemunho de valor, lealdade e nobreza os senhores que venderão este couto e Torre» (2).

Casou Mem Rodrigues de Vasconcelos por duas vezes, tendo sido filho primogénito do primeiro casamento Joane Mendes de Vasconcelos, alcaide mor do castelo de Estremoz (3), onde estivera por fronteiro em 1269 numa das guerras com Castela, e d'onde foi pôsto fora pela arraia meúda nos princípios da revolução de 1383-84. Foi sua única filha D. Aldonça de Vasconcelos, mulher de D. Martim Afonso Telo e mãe dos Condes de Barcelos e de Neiva, da rainha D. Leonor Teles e de D. Maria Teles.

Já estava Mem Rodrigues casado pela segunda vez em 1 de Agosto de 1346 (1308) quando, em Freiriz, sua segunda mulher, Constança Afonso, o constituiu seu procurador para outorgar numa escritura de troca de propriedades com o arcebispo de Braga D. Martinho, escritura celebrada naquela cidade a 11 das nonas de Julho (5 de Julho) do mesmo ano (4). Era Constança Afonso irmã do bispo de Lisboa D. João Afonso de Brito, instituidor do morgado da Arega, por instrumento de 7 de Agosto de 1367 (1329), a favor de seu sobrinho Gonçalo Mendes de Vasconcelos (5). Do casamento de Constança Afonso foram filhos, entre outros, Martim Mendes e Gonçalo Mendes de Vasconcelos, de quem falarei, e entre as filhas foi uma, D. Maior Mendes, a qual, segundo o Marquês de Montebelo seu descendente (6), herdou a tórre de Vasconcelos, e os mais bens da casa em terra de Entre Homem e Cávado, os quais passaram aos descendentes de D. Maior e de seu marido Gonçalo Machado, hoje representados pelo Conde da Figueira.

Poderá ser que assim fôsse; mas Estêvão Rodrigues de Vasconcelos, irmão

(1) Lousada, *Sumários da Tórre do Tombo*, fl. 450 mihi. — Era a tórre de Pena Gati, como então lhe chamavam, situada na frêguesia de Santiago de Vila Chã, hoje Santiago de Carreiras, e dela se obliterou completamente o nome (Pedro de Azevedo, *Os de Vasconcellos*, cit., págs. 372-373).

(2) D. Afonso Manuel de Meneses, *Titulo de Vasconcelos*, n.º 15, no *Nobiliario* coordenado por Jorge Salter de Mendonça, tom. XXIV, fl. 98 mihi.

(3) Carta de 8 de Dezembro de 1410 (1372). — *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1.º, fl. 117.

(4) Lousada, *Sumários da Tórre do Tombo*, II, 452 mihi.

(5) D. Rodrigo da Cunha, *Historia ecclesiastica de Lisboa*, p. II, cap. 88.

(6) *Notas ao Nobiliario do Conde D. Pedro*, pág. 15, plana 305.

do Mem Rodrigues acima nomeado, instituiu em 1308 um morgado, fazendo dêle cabeça a quinta de Vasconcelos, com todas as suas pertenças, em Entre Homem e Cávado, e nomeando para administrador àquele seu irmão, à mulher dêste, e em sucessão a êles seu filho Gonçalo Mendes e sua geração (1). Ora a geração dêste fidalgo foi muito dilatada, como o leitor logo verá, pois que dêle descenderam todos os bons Vasconcelos, e portanto não se entende como a quinta dêste nome passou aos descendentes de sua irmã, a não ser a vinculada prédio diverso daquele onde estava a tôrre de Vasconcelos. Em 1642, quando o Marquês de Montebelo, Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, dirigiu o seu *Memorial* a Felipe IV (2), era êle senhor da tôrre de Vasconcelos, na frêguesia de Santa Maria de Ferreiros, e doutra tôrre no vale de Geraz, em terra de Lanhoso, a qual era o solar dos Machados e por alguns também é designada imprópriamente por tôrre de Vasconcelos. Das duas tôrres era possuidor em 1758 um descendente do Marquês de Montebelo, seu terceiro neto D. Jorge Francisco Machado de Mendoça Eça Castro Vasconcelos e Magalhães, capitão de infantaria residente em Viana do Castelo, e além delas ainda possuía a casa de Castro com sua tôrre em Carrazedo e ainda outra tôrre em Dornelas (3). Foi D. Jorge avô de D. Maria Amália Machado, sucessora da sua casa e segunda mulher de D. José de Castelo Branco, 1.º conde da Figueira (4), título tirado de um morgado pertencente à sua primeira mulher sem ter nada de comum com a actual cidade da Figueira, tendo-se dado a extravagância do título haver sido renovado em um filho da segunda mulher.

No seu *Memorial* revela-nos o Marquês de Montebelo um pormenor interessante. Por ocasião do nascimento do príncipe D. Baltasar Carlos, tam meu conhecido dos vivos, expressivos e numerosos retratos de Velásquez, e portanto nas proximidades de 17 de Outubro de 1629, concedeu Felipe IV, a instâncias da Rainha, o título de conde de uma das suas terras a Félix Machado (5) e êle o tomou de Vasconcelos e o usou durante alguns meses, até ser avisado da parte del Rei que êste o fazia marquês de Montebelo (6).

(1) Lousada, *Sumários da Tôrre do Tombo*, II, 448 mihi. — De 1318 data a instituição, segundo Clemente Félix na *Reposta que poz aos Oppositores da casa de Mafra em favor do Conde de Figueiró*, pág. 5.

(2) *Memorial del Marques de Montebello*, s. l., 1642, deve ter sido impresso em Madrid.

(3) *Memorias paroquias de 1758* compiladas no DICCIONARIO GEOGRAPHICO do P.º Luis Cardoso, apontadas no cit. artigo *Os de Vasconcellos*, págs. 365 e 372.

(4) Despacho de 13 e carta de 17 de Maio de 1810. — *Chancelaria de D. João VI*, liv. 21.º de Doações, fl. 172 v.

(5) *Memorial* cit., pág. 212.

(6) *Ibidem*, pág. 138.

Martim Mendes de Vasconcelos, o segundo filho varão de Mem Rodrigues, casou com D. Inês Martins, filha de Martim Pires, senhor de Alvarenga, e nos descendentes dêste casamento continuou o senhorio daquela honra (1), e um dêles foi o famoso secretário de Estado Miguel de Vasconcelos e Brito, vítima da revolução do 1.º de Dezembro de 1640. Entrou depois o morgado na casa da Fervença em Barcelos.

As armas dos Alvarengas são em campo de veiros três faxas de vermelho, as dos Vasconcelos são em campo de negro três fexas de veirado de prata e vermelho; e para ambas o timbre é um lião. Há pois muita analogia entre os brasões das duas famílias, e tanto mais notável se torna esta semelhança, quanto são raros os veiros e veirados nos escudos portugueses (2). Também entre estes são de disposição bem singular, única para êles ambos, os dos Almeidas e Melos, e contudo conhece-se menor relação entre estas duas famílias, que entre as dos Alvarengas e Vasconcelos.

II

SENHORES DE SOALHÃES E CONDES DE PENELA

Gonçalo Mendes de Vasconcelos, terceiro filho de Mem Rodrigues de Vasconcelos, meirinho mor de Além Doiro, foi homem notável no reinado de D. Fernando em cuja crónica é várias vezes nomeado. Êle lhe fez doação por juro de herdade da terra de Soalhães e doutras no julgado de Vila Chã, das rendas da Lousã, em préstamo, e das doutros lugares, e o nomeou alcaide mor de Coímbra por carta de 25 de Julho de 1411 (1373), e por outra de 28 de Abril de 1416 (1378), sendo êle do conselho, o autorizou a usar, nos julgados de Soalhães, Vila Chã, Loivos e Penela, de toda a jurisdição como usam os condes, os mestres de cavalaria (ordens militares), o almirante, o prior do Hospital e o abade de Alcobaça (3). Por morte de D. Fernando

(1) Por carta de 8 de Outubro de 1423 (1385) confirmou D. João I a João Mendes de Vasconcelos a jurisdição de Alvarenga, como a houvera Martim Pires seu avô. Por outra de 11 de Novembro de 1469 confirmou D. Afonso V a precedente a Gonçalo Mendes de Vasconcelos, neto do referido Joane Mendes. — Liv. 1.º da *Beira*, fl. 274.

(2) Campo de veiros só se encontra no escudo dos Alvas, na primeira faxa dos Saraivas e no segundo e terceiro quartel dos Monroys, mas êstes são espanhois; fexas veiradas só aparecem nos Vasconcelos e seus derivados.

(3) Memórias de Gonçalo Mendes de Vasconcelos nas Chancelarias de D. Fernando e D. João I.

Carta porque deu a Gonçalo Mendes de Vasconcelos, em quanto sua mercê fôsse, a terra de Pereira, no almoxarifado de Coímbra, com todos os seus direitos foros e pertenças.

acompanhou a rainha D. Leonor, sua sobrinha neta, para Alenquer, quando ela para lá retirou, fugindo de Lisboa. Conservou-se sempre bastante inde-

Lisboa, 7 de Outubro de 1407 (1369). — G. M. de V., nosso vassalo, por muitos serviços, pura doação a êle e a todos seus herdeiros e sucessores, por jur de herdade, da terra de Soalhães, Gondiços e Duas Igrejas de Val de Pombos, no julgado de Vila Chã e Buallim (?), com seus termos, jurisdições alta e baixa, mero e mixto império, salvo as apelações. Coles, 10 de Março de 1410 (1372). — Carta per que mandou entregar a G. M. de V. a terra de Frades e os casais de Sendim, Gondinhães e Duas Igrejas, em pagamento de seus maravedis. Tentúgal, 12 de Dezembro de 1410 (1372). — Carta per que mandou entregar o castelo de Coímbra a G. M. de V. Lisboa, 25 de Julho de 1411 (1373). — G. M. de V., nosso vassalo, coutamos-lhe a sua quintã de Nomães, no julgado de Vermoim, como foi sempre coutada no tempo dos reis passados. Salvaterra de Magos, 28 de Fevereiro de 1412 (1374). — A G. M. de V., cavaleiro, nosso vassalo, pura doação e a todos seus herdeiros, da terra de Francos e casais de Sandim, com todos seus direitos e foros. Tórres Vedras, 25 de Dezembro de 1413 (1375). — G. M. de V. nos disse que êle há uma quintã no julgado de Penela de Riba de Lima, a qual foi de Mem Rodrigues de Vasconcelos e no seu tempo era coutada, etc. Confirma os privilégios de couto para a quinta. Tentúgal, 15 de Março de 1415 (1377). — G. M. de V., nosso vassalo e do nosso conselho, temos por bem e mandamos que êle possa usar e use de toda jurdição nos julgados de Soalhães, Vila Chã, Loivos e Penela, como parte com o julgado de Ponte de Lima, poendo em êles juizes em seu nome, feitos pela guisa que na nossa jurisdição é conteudo e que mandamos que possam usar os condes e mestres da cavalaria e o almirante e o priol do Hospital e o abade de Alcobaça; porêem mandamos etc. Santarêm, 28 de Abril, por João Afonso, bacharel em leis, seu vassalo e ouvidor da Rainha, era de 1416 (1378). — Deu, em quanto sua mercê fôsse, a G. M. de V. as rendas da vila da Lousã, assi como as havia a infante D. Beatriz, salvo a jurisdição. Valada, 8 de Junho de 1416 (1378). — Deu em préstemo, em quanto sua mercê fôsse, a G. M. de V. os seus casais em termo de Guimarães, onde chamam Vizela. Portalegre, 11 de Abril de 1418 (1380). — Ao almoxarife e escrivão de Coímbra, e aos juizes e justiças da Lousã mandamos-vos, que logo vista esta carta e sem outro embargo nenhum leixedes haver e recadar e receber a G. M. de V., nosso vassalo, ou a quem el mandar, todalas rendas e direitos e ações dessa vila e termo, dêste ano que ora anda da era desta carta em diante. Rio Maior, 15 de Novembro de 1420 (1382). — G. M. de V., nosso vassalo, carta para lhe ser desembargada a terra de Varzela, qué de nós tem em préstamo. Rio Maior, 7 de Março de 1421 (1383). — *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1.º, fls. 46 v., 101 v., 117, 128 v., 141 e 285; liv. 2.º, fls. 2 v., 30, 30 v. e 61; liv. 3.º, fls. 37 v. e 52 v.

G. M. de V., nosso vassalo, confirmação da terra da Lousã. Lisboa, 19 de Maio de 1422 (1384). — A G. M. de V. deu, em quanto sua mercê fôsse, a portagem da cidade de Coímbra. Lisboa, 27 de Setembro de 1422 (1384). — Lembrando-nos em como G. M. de V. fez a el rei D. Pedro, nosso padre, e a el rei D. Fernando, nosso irmão, e a nós muito serviço e, consirando nós em como o dito G. M. «he boõ caualeiro leal e verdadeiro», querendo-lhe fazer graça e mercê, faz-lhe pura doação para êle e para todos aqueles que dêle descenderem por linha direita, do reguengo de Cantanhede, com todo seu termo, por jur de herdade, com a jurisdição cível e crime, como havia o Conde D. Álvaro Pires [de Castro]. Coímbra, 16 de Abril de 1423 (1385). — O concelho e homens bons do julgado de Alvarenga enviaram-nos dizer, que nós não havemos no dito julgado outra renda senão tam somente

ciso sôbre o partido a tomar, apesar de dois de seus filhos se terem juntado logo ao Mestre de Avis. Indeciso se manteve sempre no castelo de Coímbra e, apesar de ter tomado parte nas Côrtes lá reunidas em Abril de 1385, pareceu melhor a D. João I substituí-lo na alcaidaria e dá-la a Lopo Vásques de Siqueira, futuro comendador mor de Avis (1). Foi Gonçalo Mendes compensado com a doação de juro e herdade do reguengo de Cantanhede, por carta de 16 de Abril de 1423 (1385), na qual, para lhe doirar a pílula, há referência aos seus bons serviços a D. Pedro, D. Fernando e ao próprio D. João I, por ser «boõ cavaleiro, leal e verdadeiro». Não lhe podendo todavia manter esta doação, deu-lhe D. João I, em troca, por carta de 20 de Abril de 1427 (1389), a vila da Lousã de juro e herdade. Morreu em Setembro de 1407, deixando testamento no qual se refere às suas más contas na tutoria de seu neto Rui Vasques Ribeiro (2).

Casou Gonçalo Mendes de Vasconcelos pela primeira vez, antes de Junho de 1343, com D. Maria Teles (3), filha de D. Afonso Martins Telo, alcaide de Marvão, e de D. Berenguela Lourenço de Valadares. Dão-lhe os nobiliários mais três mulheres, só encontro porém referência justificada a mais outra, D. Teresa Rodrigues Ribeiro, herdeira do morgado de Soalhães, filha de Rui Vasques Ribeiro, 2.º senhor daquele vínculo.

Gonçalo Mendes de Vasconcelos foi sepultado em S. Domingos de Coímbra onde lhe puseram êste epitáfio: *Aqui jaz Gonçalo Mendes de Vasconcellos, que foi hum dos bons cavalleiros que ouve em seu tempo em Portugal e sua molher dona Tareja Ribeyra e seu filho Ruy Mendes e dona Leanor Pereira*

a jurisdição, e nos pediam por mercê que a déssemos a G. M. de V., porque foi de sua avoenga. E nós vendo etc. Carta da jurisdição cível e crime, salvando a apelação etc. Guimarães, 8 de Janeiro de 1425 (1387). — G. M. de V. carta de pura doação para sempre, para êle e para seus filhos e netos e descendentes lídimos, da vila da Lousã, com a jurisdição cível e crime, reservando a correição e alçada. E esta doação lhe fazemos e damos em emenda dos reguengos de Cantanhede, de que lhe havíamos feita mercê e lhos tiramos e demos a outrem. Lisboa, 20 de Abril de 1427 (1389). — *Chancelaria de D. João I*, liv. 1.º, fls. 35, 64, 126 v. e 181; liv. 2.º, fl. 16.

(1) Fernão Lopes, *Chronica de D. João I*, part. II, pág. 13.

(2) Pedro de Azevedo, *Os de Vasconcellos* cit., págs. 373 e 374.

(3) Por instrumento de 13 de Junho de 1381 (1343) fizeram-se as partilhas entre os filhos de Mem Rodrigues de Vasconcelos, comparecendo João Dornelas, cavaleiro, procurador de Gonçalo Mendes de Vasconcelos e de D. Maria Teles sua mulher, e de Gonçalo Esteves de Tavares e de Leonor Rodrigues [de Vasconcelos] sua mulher, filha do dito Mem Rodrigues, e ainda Pero de Oliveira, abade de S. Miguel de Penagate, procurador de Vasco Gonçalves Barroso e de sua mulher Mecia Rodrigues, também filha de Mem Rodrigues. — Louzada, *Sumários da Torre do Tombo*, II, 451 v. *mihi*.

mulher que foi de Joanne Mendes que se finou a 20 de Setembro de 1440 (1). Na mesma igreja estava o túmulo de sua mulher, com o seguinte epitáfio: *Aqui jaz dona Tareja Ribeira mulher que foi de Gonçalo Mendes de Vasconcellos e finou-se a 21 de Julho de 1428 e foy huma das boas donas que em seu tempo ouve em Portugal* (2).

Filhos varões de Gonçalo Mendes de Vasconcelos nomeiam os nobiliários os três seguintes: Joane Mendes de Vasconcelos, 2.º senhor do julgado de Soalhães e 4.º administrador dêste vínculo, seguirá; Rui Mendes de Vasconcelos 1.º senhor de Figueiró e Pedrógão, ocupará o capítulo III; e Mem Rodrigues de Vasconcelos. Nomeio-os pela ordem por que se encontram no *Nobiliario quinhentista* (3), entendendo-se deverem ser todos filhos de D. Teresa Rodrigues Ribeira, por ter o mais velho sucedido tanto no senhorio do pai, como no morgado da mãe.

Mem Rodrigues de Vasconcelos,

Outro tambem famoso cavalleiro,
Que a ala direita tem dos Lusitanos,
Apto pera mandalos, e regelos,
Men Rodriguez se diz de Vasconcelos (4).

Combateu denodadamente na batalha de Aljubarrota, em 14 de Agosto de 1385, comandando a famosa ala dos Namorados, não sendo ainda então mestre da Ordem de Santiago, apesar de ter sido investido neste alto cargo muito antes do ano de 1402 assinalado na história impressa da Ordem (5).

Direi muito resumidamente o que dêste célebre cavaleiro tenho encontrado na *Chancelaria* e no famoso *Livro dos Copos*, registo de documentos antigos da Ordem de Santiago, mandado fazer pelo seu ínclito Mestre el rei D. João II (6).

Em fins de 1383 começaram, com o assassinio do Conde Andeiro e a ida de D. Leonor Teles para Alenquer, as perturbações que ao reino trouxe a

(1) Lousada, *Sumários da Torre do Tombo*, II, 444 v. *mihi*, com a era errada, pois deveria lá estar 1445 e não 1440.

(2) *Ibidem*, entendendo-se 1428 do nascimento de Cristo e não da era de César.

(3) Págs. 324, n.º II e III, e pág. 328, n.º XIV.

(4) Luís de Camões, *Lustadas*, canto IV, est. 24.

(5) Fr. Agostinho de Santa Maria, *Historia tripartita*, pág. 349.

(6) Neste cartulário o último documento, onde se nomeia o mestre D. Fernando Afonso de Albuquerque, antecessor de D. Mem Rodrigues, tem a data de 20 de Junho de 1421 (1383), na fl. 72 v.; e o primeiro passado em nome de seu sucessor, o infante D. João, é de 16 de Junho de 1460 (1422), na fl. 74.

morte de D. Fernando. Nesse tempo dividiram-se logo os bandos em dois: o da Rainha, com os fidalgos principais; o do povo, com o Mestre de Avis à frente.

Mem Rodrigues encostou-se de princípio, e dêsse lado sempre permaneceu, ao partido de D. João, que, sendo regedor do reino, nos anos de 1384 e 1385, desde 20 de Maio a 13 de Fevereiro, fez várias doações e mercês ao seu soldado (1). Do valor e lialdade, com que êste serviu ao Mestre de Avis no cêrco de Lisboa, dão boa prova as palavras da carta de doação de Monsaraz na qual, referindo-se aos serviços de Mem Rodrigues, se especializam os feitos «em estas tribulações nas quais o dito Mem Rodrigues serviu a nós, e a êstes reinos, e serve em cada um dia».

Logo no primeiro ano do seu reinado, antes e depois da batalha de Aljubarrota, continuou D. João I beneficiando êste seu valente partidário (2), que já nos fins dêste ano de 1385 tinha o título de vassalo del Rei, e a promessa do mestrado de Avis. Esperava porêem de o haver o comendador mor da Ordem, Fernão Rodrigues de Siqueira, fidalgo que também prestara valiosos serviços, e a quem D. João I desejava igualmente contentar. Então, para se livrar de embaraços, determinou el Rei escolher para mestre àquele dos dois que a Ordem elegessè. Venceu Fernão Rodrigues, que foi nomeado mestre de Avis recebendo Mem Rodrigues em compensação o mestrado de Santiago, declarando el Rei aos cavaleiros e freires da Ordem, que não havia por boa a eleição por êles feita de Rui Freire para seu governador (3).

Confirma os dizeres do cronista uma carta del Rei dirigida da cidade do Pôrto, em 3 de Fevereiro de 1425 (1387), aos cavaleiros e freires da Ordem

(1) A Mem Rodrigues de Vasconcelos, doação do jantar das Alhadas, termo de Montemor o Velho, em Lisboa, a 20 de Maio de 1422 (1384); na mesma cidade, a 14 de Junho, doação de bens nela situados pertencentes a dois criados do Conde de Barcelos; a 20 de Junho, bens em Beja de outros partidários de Castela; a 10 de Setembro, mais bens em Lisboa, êstes de um criado de Gonçalo Tenreiro, capitão mor da frota; a 24 do mesmo mês, sempre em Lisboa, doação da vila de Monsaraz de juro e herdade; e finalmente, a 13 de Fevereiro de 1423 (1385), em Tórres Vedras, também de juro e herdade, doação de toda a terra que Martim Correia havia del rei D. Fernando, tirando os casais já doados ao dr. Gil do Sem, do conselho do Regedor do reino. — *Chancelaria de D. João I*, liv. 1.º, fls. 11 v., 42, 49, 39 e 8 v.

(2) No Pôrto, a 10 de Abril de 1423 (1385), teve Mem Rodrigues de Vasconcelos confirmação do jantar das Alhadas; a 19 de Maio, em Ponte de Lima, doação de juro e herdade das terras de S. Martinho, Labruja, Labrujeira, Santo Estêvão e Jaraz; a 6 de Novembro, em Guimarães, já com o título de vassalo del rei, as rendas, frutos, direitos e foros de Caminha, também de juro e herdade; e a 28 de Dezembro, em S. Pedro de Gastei apar de Chaves, teve mercê das jurisdições das suas terras. — *Ibidem*, fls. 106, 142, 162 v. e 149.

(3) Fernão Lopes, *Chronica de D. João I*, p. II, cap. 189.

de Santiago, na qual lhes manda que obedeçam a D. Mem Rodrigues, mestre da Ordem, que se havia dêles queixado, e lhe guardem sua bandeira, como sempre o fizeram aos outros mestres seus predecessores (1).

As bulas são porém um pouco posteriores. A primeira é de Urbano VI e foi dada em Roma a XIII das calendas de Março (17 de Fevereiro) do ano x do seu pontificado (1388); nela aceita o Papa a resignação do mestrado feita por Estêvão, aliás Rui, e confirma nêle a Mem. A segunda é de Bonifácio IX, tem a data de v dos idos de Novembro (9 de Novembro) do ano i do seu pontificado (1389) e confirma a precedente. Ambas foram publicadas em Lisboa, a 10 de Julho de 1391 (2).

Continuou D. Mem Rodrigues figurando nos anos seguintes em vários documentos, d'entre os quais distinguirei a carta, dada em Lisboa a 25 de Fevereiro de 1431 (1393), pela qual D. João I fez doação ao Mestre e à Ordem «das casas que chamam da Moeda Velha em Lisboa junto com a porta da Cruz, em que soem de estar as Escolas, assim como partem com rua pública, e com a porta da Cruz, e com o muro até ao mar, e com casas do mosteiro *dacelhas* (Chelas?), e com casas de Lopo Domingues Caeiro... das quais lhe fizemos doação para em elas fazer uns paços para êle e os mestres, que depois dêle vierem, poderem em elas poisar quando vierem a Lisboa» (3).

O último documento, em que encontro o mestre D. Mem Rodrigues de Vasconcelos, é uma sentença de 11 de Julho de 1452 (1414), pela qual foi tirada à Ordem a dízima das mercadorias saídas pela foz de Setúbal (4). No ano seguinte dizem ter morrido (5). Não sei onde foi sepultado; mas, como já se chegou a afirmar havê-lo sido no corpo da igreja de S. Francisco de Évora, lá adiante esclarecerei o caso (6).

Não casou, ainda então isso era defeso aos cavaleiros das ordens militares, mas teve bastardos vários filhos e filhas, tendo daqueles provindo os Vasconcelos de Elvas. Foram legitimados os oito seguintes: Diogo Mendes, Inês Mendes e Leonor Mendes de Vasconcelos, por cartas de 28 de Dezembro de

(1) *Livro dos Copos*, fl. 69 v. — Por outra carta dada no arraial de sôbre Campo Maior, a 14 de Novembro de 1426 (1388), quitou D. João I ao mestre D. Mem Rodrigues de Vasconcelos e à Ordem de Santiago as colheitas riais a que eram obrigados pela passagem da água do rio do Roixo (*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5.º, fl. 59 v.; ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, III, 405).

(2) *Livro dos Copos*, fl. 26 v.

(3) *Chancelaria de D. João I*, liv. 2.º, fl. 71 v.

(4) *Liv. de Direitos riais*, fl. 237 v.

(5) João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, II, 44.

(6) NOTA I no fim dêste artigo.

1429 (1391), todos havidos de uma mulher solteira, sendo êle escudeiro (1); D. Beatriz, Diogo Gonçalves e Gonçalo Mendes, por cartas de 3 de Maio de 1446 (1408), sendo êle mestre e nomeando-se só a mãe da primeira, que foi Inês Martins (2); e finalmente Mem Rodrigues e Joane Mendes, por cartas de 5 do mesmo mês e ano, havidos, sendo êle mestre, um de Beatriz Nunes e o outro de Constança Anes (3).

Para emendar uma data errada por um frade tomei tempo; mas por certo não o dará o leitor por mal empregado, pois lhe disse, àcerca de um Português notável, coisas que talvez ignorasse.

Voltemos à sucessão de Gonçalo Mendes de Vasconcelos.

Confessou êle no seu testamento, como já notei, dever certos dinheiros das rendas das terras de seu neto Rui Vasques Ribeiro, do tempo em que havia sido seu tutor. Confessou ser a dívida de quatro mil libras de dinheiros portugueses de boa moeda antiga, de duzentos marcos de prata lavrada em baixela e de certas quintãs em Entre Doiro e Minho. Não se conformou Rui Vasques com o valor dado ao seu crédito, pediu dêle avaliação e foi a dívida de seu tutor fixada em sete mil e trezentas coroas. Interveio então D. João I e, atendendo aos serviços do finado Rui Mendes de Vasconcelos, pai de Rui Vasques, e a haver casado êste «com Ana Afonso, minha parenta», pagou-lhe as sete mil e trezentas coroas. Satisfeito Rui Vasques, substitui-se-lhe a fazenda rial e exigiu de Joane Mendes de Vasconcelos, filho sucessor de Gonçalo Mendes, o pagamento da dívida. Deixou êle correr o processo à revelia; foram vendidas as terras da Lousã, por mil e setecentas dobras, Vila Chã e Penagate, por cento e vinte, Soalhães, por cento e cinquenta, Penela, por setecentas, e Larim, por duzentas e dez. Em seguida foi-lhe comunicada a arrematação a fim dêle dizer de sua justiça. Acudiu só então Joane Mendes; reclamou pelo baixo preço das arrematações; e alcançou compôr-se com a fazenda rial nestas bases: a vila da Lousã ficaria na posse da Coroa, no valor porêem de quatro mil coroas; do saldo de três mil e trezentas coroas seriam abatidas as rendas das terras desde o sequestro, salvo a do ano de 1413 da Lousã; e o restante haveria de ser pago dentro de dois anos. Nestes termos podia Joane Mendes de Vasconcelos tomar desde logo posse das terras de Penela, Vila Chã, Larim e Soalhães, como havia antes de serem sequestradas. Foi a composição ratificada por carta régia de 13 de Setembro de

(1) *Chancelaria de D. João I*, liv. 2.º, fl. 61 v.

(2) *Ibidem*, liv. 3.º, fl. 81 v.

(3) *Ibidem*, fls. 81 e 81 v.

1451 (1413) (1). Finalmente, passados, não dois anos, mas perto de sete, foi Joane Mendes de Vasconcelos, por carta de 8 de Abril de 1458 (1420), dado por quite para com a fazenda rial, ficando contudo só com Soalhães e metade de Penela (2).

Não fôra porêem só esta a dívida deixada por Gonçalo Mendes de Vasconcelos. Quando êle faleceu ainda se encontrou a sua herança gravada com duas mil e quinhentas dobras moiriscas, de bom oiro e justo pêso, das quais era credor a fazenda rial. Para sua segurança tomou ela posse das terras de Penela, Penagate, Landim e Vila Chã, na comarca de Entre Doiro e Minho, e da de Soalhães, na de Trás os Montes. Entretanto celebrava-se a composição com Joane Mendes de Vasconcelos relativa à dívida da tutoria, e D. João I, por carta de 27 de Maio de 1455 (1417), fazia mercê das duas mil e quinhentas dobras moiriscas do seu segundo crédito a Gonçalo Pereira, seu criado (3) e provávelmente já então casado com D. Beatriz de Vasconcelos, filha do mestre D. Mem Rodrigues, à qual, por carta de 17 do mês seguinte, fez seu irmão Diogo Mendes de Vasconcelos doação de todos os bens da sua legítima paterna, tanto os patrimoniais, como as terras da Coroa, feudos e morgados que lhe pertencessem herdar de seu pai (4). Foi esta doação logo confirmada por D. João I e posteriormente por D. Duarte, por carta de 25 de Agosto de 1434, sendo então D. Beatriz certamente já casada (5).

Gonçalo Pereira era o das Armas, 2.º senhor de Cabeceiras de Basto, e juntamente com sua mulher vendeu ao 8.º Conde de Barcelos por escritura de 7 de junho de 1441, confirmada por D. Afonso V. a 10 do mês seguinte, as terras de Penela contra o Levante, Vila Chã, Larim e couto de Penagate, com todos os casais, herdamentos e direitos que com elas vieram em partilha a Diogo Mendes, irmão de D. Beatriz, de quem ela as houve (6).

Quando Gonçalo Mendes de Vasconcelos morreu existiam apenas dois filhos legítimos seus, D. Mem Rodrigues de Vasconcelos, mestre de Santiago, e Joane Mendes de Vasconcelos. Eram êles os herdeiros de todos seus bens próprios e terras da Coroa, tirando algumas heranças nas quais por direito Joane Mendes havia de suceder a sua mãe. Não se entenderam os irmãos na partilha e, posta demanda, proferiu o infante D. Duarte, a quem recorreram, a sua sentença, mandando dividir pelos dois irmãos, em partes iguais,

(1) *Chancelaria de D. João I*, liv. 3.º, fl. 162 v.

(2) *Chancelaria de D. Afonso V.*, liv. 34.º, fl. 73, transcrita n outra de confirmação.

(3) *Chancelaria de D. João I*, liv. 3.º, fl. 200 v.

(4) *Ibidem*, liv. 4.º, fl. 1 v.

(5) *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1.º, fl. 35.

(6) Liv. 2.º de *Místicos*, fl. 222 v.

os bens e terras do pai, sугeitos, também em partes iguais, à obrigação do pagamento das dívidas (1). Sôbre esta sentença se baseou a já citada carta de 8 de Abril de 1458 (1420), pela qual Joane Mendes ficou com Soalhães e metade de Penela. Em virtude da mesma sentença ficaria o Mestre de Santiago com a outra metade de Penela, Vila Chã, Larim e Penagate, terras por sua filha D. Beatriz de Vasconcelos e seu marido Gonçalo Pereira vendidas ao Conde de Barcelos pela escritura de 7 de Junho de 1441 acima citada.

Pareceu-me curioso deixar notadas estas diversas transacções, não só para mostrar a forma benévola como nelas intervinha o soberano, mas também para justificar a relativa decadência a que ficou reduzido Joane Mendes de Vasconcelos. Era êle, apesar de na carta de 8 de Abril de 1420 vir nomeado em segundo lugar, o «filho primeiro lidimo» de Gonçalo Mendes e por êsse facto lhe havia sucedido na honra de Soalhães, como declara uma carta de 2 de Setembro de 1434, à qual lá adiante me reportarei.

Houve pois Joane Mendes de Vasconcelos, em sucessão a seu pai, os senhorios do julgado de Soalhães e de metade da terra de Penela, como lá acima ficou dito, e mais, por eleição do concelho e homens bons do julgado, confirmada por carta régia de 9 de Maio de 1446 (1408), o senhorio da terra de Mós (2). A sua mãe sucedeu no morgado de Soalhães, d'ô qual foi o 4.º administrador.

Era êste morgado grande, rendoso e honorífico. Compreendia bens em Coimbra, Viseu, Lisboa e Pôrto, e ao seu administrador pertencia o direito de apresentar um cónego na Sé de Lisboa, na cõnezia chamada das Abitureiras (3) e depois de Mafra. Fôra o vínculo instituído por D. João, bispo

(1) Desta sentença teve uma vaga idea o P.º Sousa e a ela se refere no tomo XII da *Historia genealogica*, pág. 2, com a data errada, «21 de Outubro da Era de 1438, anno de Christo de 1400», quando o infante D. Duarte tinha nove anos de idade. A verdade é que a data da sentença não encontrêi em parte nenhuma e só a ela há referência na carta régia, já muita vez citada, de 8 de Abril de 1420.

(2) *Chancelaria de D. João I*, liv. 3.º, fl. 78. — José Anastácio de Figueiredo, na sua erudita *Memoria para dar huma idêa justa do que eram as Behetrias*, impressa no tom. I das MEMORIAS DE LITTERATURA PORTUGUEZA DA ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS, conta como os moradores do julgado da aldeia de Mais, a qual não sabe identificar, escolheram a D. Henrique de Castro, filho de D. Pedro de Castro, para no senhorio da terra suceder a seu velho pai, logo após seu falecimento, escolha confirmada por carta régia de 6 de Maio de 1463 (págs. 131 e 197). D. Pedro de Castro era genro de Joane Mendes de Vasconcelos e por sua morte tratou de se apossar das suas terras, como veremos; pode pois muito bem ter alcançado a posse do senhorio da beetria de Mós, e esta ser a designada no documento de 1463, do qual só aparece uma cópia de leitura nova, pelo nome de Mais.

(3) Carta de doação do padroado das Abitureiras à capela de D. João, bispo de Lisboa,

de Lisboa, em 13 de Maio de 1304 e confirmado por D. Denis a 20 de Fevereiro do ano seguinte (1).

D. João Martins de Soalhães foi filho de Lourenço Martins e de Fruela Viegas. Estudou na Universidade de Paris, tomou ordens sacras e, sendo capelão del rei D. Denis, foi nomeado cónego de Coimbra e nesta dignidade foi por êle enviado a Roma, d'onde voltou em 1290 com o interdito, que pesava sôbre o reino, levantado. Em 1291 já era cónego de Lisboa, em 1294 bispo desta diocese, e logo embaixador a Castela e depois a Roma, e últimamente, em 1315, arcebispo de Braga. Sobreveio a idade e com ela os achaques e fraquezas próprios, resultando entregar-se a dois assessores indignos, que lhe trouxeram o desgosto de lhe ser imposto, em 1323, um coadjutor. Finalmente morreu a 1 de Maio de 1325. Foi sepultado na igreja da Sé de Braga, numa capela por êle fundada, d'onde foi trasladado para um túmulo embutido na parede, pondo-se-lhe então êste epitáfio: *Huc translata sunt ossa Dñi Ioannis de Soalhaës Archiepiscopi Bracharensis anno salutis 1511* (2). Na Sé de Lisboa fundara, na charola, a capela de S. Sebastião, onde, na parede do lado do poente, seu descendente o cónego Pedro Lourenço de Távora mandou gravar em 1588 uma longa inscrição com alguns erros, sendo o principal dar ao bispo fundador o apelido de Vasconcelos (3).

Nas instituições dos vínculos o Bispo não nomeava os filhos como tais, chamava-lhes seus criados; do mais velho porém até existe a carta de legitimação dada por D. Denis, em Santarém, a 28 de Janeiro de 1346 (1308), na qual lhe chama Vasco Anes, seu vassalo, filho de D. João, bispo de Lisboa (4). Foi êste Vasco Anes de Soalhães o primeiro dos filhos nomeados pelo instituidor para a administração do vínculo. Casou da primeira vez com Leonor Rodrigues, filha de Rodrigo Afonso Ribeiro. Não foi muito feliz com esta mulher, «que fez torto a seu marido... com huum cavaleyro que ouve nome Joham Rodriguez Redomdo filho de Rodrigo Annes Redomdo amdando ella em casa delrrey dom Diniz e mandoa ell porem matar por justiça» (5).

Santarém, 19 de Novembro de 1341 (1303). Já por outra carta de 25 de Novembro de 1339 (1301), fizera D. Denis doação do padroado da igreja de Santa Maria de Alvarelhos, bispado do Pôrto, a êle próprio D. João, e não ao bispo.—*Chancelaria de D. Denis*, liv. 3.º, fls. 29 e 17.

(1) Fr. Francisco Brandão, *Monarchia lusitana*, VI, 42.

(2) D. Rodrigo da Cunha, *Historia ecclesiastica de Braga*, II, cap. 31; *Historia ecclesiastica de Lisboa*, p. II, caps. 76 a 81.

(3) D. Rodrigo da Cunha, *Historia de Lisboa* cit., fl. 227 v.; Júlio de Castilho, *Lisboa antiga*, p. II, tom. III, pág. 241.

(4) *Chancelaria de D. Denis*, liv. 3.º, fl. 59.

(5) *Nobiliario do Conde D. Pedro*, nos *Portugaliae monumenta historica. Scriptores*, pág. 338.

Dêste malogra do casamento nascera único Rui Vasques Ribeiro e extraordinário parece ter êle, depois de toda aquela tragédia, tomado o apelido da executada mãe; mas assim sucedeu. Foi Rui Vasques o 2.º senhor do morgado de Soalhães e casou, pela segunda vez, com Margarida Gonçalves, filha de Gonçalo Anes de Briteiros, de quem teve a D. Teresa Rodrigues Ribeiro, 3.ª senhora do morgado de Soalhães, a qual morreu já viúva em 20 de Julho de 1428, conforme o seu epitáfio acima transcrito. Casara com Gonçalo Mendes de Vasconcelos, em quem comecei êste capítulo, e fôra mãe de Joane Mendes de Vasconcelos.

Foi êste fidalgo casado com D. Leonor Pereira, filha de D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital. Joane Mendes, apesar de irmão dos dois capitães da ala dos Namorados e de cunhado do condestável D. Nuno Álvares, seguiu, no comêço das discórdias, o partido de sua parenta a rainha D. Leonor, mantendo a sua voz no castelo de Estremoz, do qual era alcaide e d'onde foi forçado a retirar pelo povo revoltado. Depois, aclamado rei o Mestre de Avis, veio servi-lo. Morreu antes de Julho de 1434 e foi sepultado no convento velho de S. Domingos de Coímbra, segundo consta do epitáfio, adiante transcrito, de seu neto D. Fernando de Cascais, e no mesmo convento se encontrava o túmulo de sua mulher com esta inscrição nêle gravada: *Aqui jaz dona Leonor Pereira molher que foi de Joanne Mendes de Vasconcellos, irmã do Condestable dom Nuno Alvarez, que se finou a 18 de Abril de 1449, foi hũa das boas donas que ouve em Portugal* (1).

Deixou Joane Mendes de Vasconcelos com certeza duas filhas legítimas: D. Maria e D. Teresa de Vasconcelos, e ainda mais outra, segundo parece, mas havia de ter morrido antes do pai, ou ser ilegítima; chamou-se D. Beatriz de Vasconcelos e foi primeira mulher de D. Fradique de Castro, o Tagarote (2). Mais um filho, certamente ilegítimo se existiu, lhe aponta, entre outros genealógicos, D. Jerónimo de Ataíde no seu *Nobiliario* por mim consultado quando existia na biblioteca do Marquês de Castelo Melhor. Chama-lhe António de Vasconcelos e afirma haver casado e ter-se apartado da mulher para tomar ordens sacras, vindo a ser prior de Tentúgal (3).

D. Teresa de Vasconcelos, a segunda filha de Joane Mendes de Vasconcelos, havia casado pelos anos de 1423, como já ficou dito (4); com D. Pedro de Castro, 1.º senhor de Bemviver. Tratou êle, logo em seguida à morte do

(1) Lousada, *Sumários da Torre do Tombo*, II, fl. 444 v. *mihi*.

(2) *Nobiliario quinhentista*, pág. 324, n.º II.

(3) Veja-se a sua sucessão na *Critica e historia*, pág. 74.

(4) Na página 145, onde e na seguinte se deverá emendar o nome desta senhora de Carterina para Teresa, que foi o verdadeiro. Culpa da minha terrível caligrafia!

sogro, de se apossar das suas terras, contra o que reclamou seu cunhado D. Afonso de Cascais e el rei D. Duarte mandou, em 13 de Julho de 1434, expedir uma sentença pela qual declarava terem vagado para a Coroa todas as terras, de que fôra donatário Joane Mendes, por estarem incursas nas disposições da Lei Mental, visto êle não ter deixado descendência varonil (1). Aquelas terras eram Soalhães e metade de Penela, e sucede que, mês e meio após a sentença, foi feita doação da primeira delas ao filho da irmã mais velha de D. Teresa; sucede mais ainda que, por carta de 23 de Abril de 1450, foi confirmada a D. Pedro de Castro, como herdeiro de Joane Mendes por estar casado com sua filha, a carta de 8 de Abril de 1420 pela qual a êste fôra dada quitação das dívidas paternas e reconhecido o senhorio nas terras de Soalhães e de metade de Penela (2). D'aqui concluo, apesar do documento não estar claro, mas outro o esclarece (3), que a D. Pedro fôra feita doação de Penela, a outra terra possuída pelo sogro.

D. Maria de Vasconcelos, a primeira filha de Joane Mendes de Vasconcelos, casou com D. Afonso, senhor de Cascais, e dêle foi a segunda mulher. Era D. Afonso filho bastardo do infante D. João e neto de D. Inês de Castro. Havia casado em primeiras núpcias, em 1408, com D. Branca [da Cunha], filha do dr. João das Regras (4). Havia-lhe D. João I feito doação, por carta de 8 de Maio de 1435 (1397), da vila de Cascais e do reguengo de Oeiras de juro e herdade, bens em que lhe sucedeu sua viúva D. Leonor da Cunha e a esta seu neto D. Pedro, por morte de quem vagaram para a Coroa, em virtude da Lei Mental. D. Duarte porê, por carta de 2 de Junho de 1436, tudo confirmou à irmã de D. Pedro, D. Isabel de Cascais, filha de D. Afonso de Cascais (5) e futura condessa de Monsanto pelo seu casamento com o 1.º Conde, a quem as terras foram confirmadas por carta de D. Afonso V

(1) Liv. 1.º de *Direitos Riais*, fl. 271.

(2) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34.º, fl. 73.

(3) Êste outro documento é a carta de 11 de Julho de 1497 de confirmação da precedente a D. João de Castro, filho de D. Pedro de Castro, na qual se declara ser a confirmação relativa à terra de Penela sómente (*Chancelaria de D. Manuel*, liv. 30.º, fl. 35 v.).—No censo da população mandado fazer em 1527, na comarca de Entre Doiro e Minho, lá vem mencionada esta Penela, com a designação de «Penella de Dom Joham» (*ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ*, III, 251).

(4) Em carta de 4 de Julho de 1446 (1408) dirigida ao Almojarife do celeiro de Lisboa, declara D. João I haver de dar em casamento a D. Afonso, seu sobrinho, com D. Branca, filha do dr. João das Regras, do conselho, 7000 dobras de oiro para comprar herdades, e porque tam taste lhas não pode dar, «e êle toma ora sua casa», manda-lhe dar os reguengos de Algés e Oeiras e todos os mais de ribamar, termo de Lisboa. — *Chancelaria de D. João I*, liv. 3.º, fl. 103 v.

(5) *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1.º, fl. 194 v.

de 10 de Outubro de 1449 (1). Foram progenitores dos Condes de Monsanto e Marqueses de Cascais.

Não sei quando se realizaria o segundo casamento de D. Afonso de Cascais, mas suponho curta duração ao primeiro, por ver que em 1439, quando começaram os alvoroços em Lisboa contra a rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, já D. Fernando de Cascais, filho do segundo casamento de D. Afonso, o acompanhava. Era então D. Afonso alcaide mor de Lisboa e com o filho e outros fidalgos parciais da Rainha se meteu dentro no castelo, onde não pôde resistir por lhe faltarem os mantimentos e teve de o entregar ao infante D. João, retirando-se para junto de D. Leonor. Quisera o pai entregar logo o castelo, à primeira intimação do povo; «mas o filho por ser mancebo, em que o sangue e pontos da honra ferviam, o ouve por abatimento» (2). Era êle então já casado, porque no ano seguinte partiu para o destêrro e nesse mesmo ano lá morreu; não poderia portanto ter muito menos de vinte e cinco anos de idade e por isso o segundo casamento de seu pai deveria ter tido lugar pelos anos de 1412 ou 13, isto é, cinco depois do primeiro.

D. Duarte, em seguida à sua sentença acima referida, de 13 de Julho de 1434, pela qual declarou vagas para a Coroa as terras possuídas por Joane Mendes de Vasconcelos, fez doação, por carta de 2 de Setembro do mesmo ano, da terra de Soalhães de juro e herdade a D. Fernando, por ser seu sobrinho e do condestável D. Nuno Álvares Pereira, e além disso por êle ser neto por sua filha mais velha do último donatário, o referido Joane Mendes (3). Ainda D. Duarte, encontrando-se em Montemor o Novo, mandou chamar à sua presença, no dia 4 de Junho de 1436, a D. Álvaro de Castro e sua esposa D. Isabel de Cascais a fim de darem quitação a D. Afonso, pai dela, a sua mulher D. Maria de Vasconcelos e a seus herdeiros, de todos os bens móveis a D. Isabel pertencentes, não só de sua legítima por morte e herança de sua mãe D. Branca [da Cunha], como por sucessão de seu irmão D. Pedro, e de tudo mandou lavrar nesse dia a respectiva carta (4). Seguiu-se, d'ali a pouco mais de ano e meio, a morte de D. Duarte e em Setembro de 1439

(1) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34.º, fl. 170.

(2) Rui de Pina; *Chronica de D. Afonso V*, pág. 264.

(3) *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1.º, fl. 32.—Neste diploma declara-se ter Joane Mendes de Vasconcelos sucedido no senhorio de Soalhães a seu pai Gonçalo Mendes de Vasconcelos, por ser seu filho primeiro lido, e terem as suas terras vagado para a Coroa por dêle não ficar nenhum filho lido, salvante duas filhas, D. Maria e D. Teresa. Por isso a terceira filha D. Beatriz, havia de ser já falecida, ou não era legítima.

(4) *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1.º, fl. 191 v.

começaram os alvoroços do povo de Lisboa contra a rainha D. Leonor, nos quais D. Afonso e D. Fernando de Cascais se manifestaram logo por ela.

Tendo sido expulsos do castelo, como acima ia dizendo, foram pai e filho ter com a Rainha a Alenquer e d'aí a acompanharam nas suas jornadas pelo reino até Almeirim, d'onde ela partiu encobertamente para o Crato. Constando no dia 1.º de Novembro a sua fuga, trataram seus parciais de a seguir, e entre êles partiu o velho D. Afonso de Cascais, forçado da mulher e do filho e muito contra vontade, pois se abraçou «com a terra e com muytas lagrimas dizia: *Leixaimé comer a esta terra que me criou, e a que nom fuy nem som treedor. Nom me desterreis este corpo sem culpa, nem lhe deis sepultura em terras alheas.* Mas em fym o levaram» (1).

¡Pobre velho! adivinhava a sua sorte! Para o destêrro partiu com a Rainha a 29 de Dezembro de 1440, e lá, em Çamora, morreu juntamente com o filho em Agosto do ano seguinte (2), no qual lhe nasceu o neto, o futuro Conde de Penela. Foram seus bens confiscados e, já depois da morte dambos, doados, por carta de 19 de Março de 1441, ao 4.º Conde de Ourêm (3). Para Portugal voltou a viúva, ao terminar a regência do infante D. Pedro, e trouxe consigo os ossos de seu filho, mandando-os para o convento velho de S. Domingos de Coímbra, onde foram sepultados no jazigo de seu avô Joane Mendes de Vasconcelos, gravando-se na loisa o seguinte epitáfio: *Neste moimento do Senhor Janemendes de Vasconcellos jazem os ossos do mui Illustrre Senhor Dom Fernando seu neto, o qual em seu testamento mandou que aqui fosse lançado, trazido de Castella onde se finou em serviço da Rainha Dona Leonor Madre delRey Dom Afonso o 5.º de Portugal, e foi filho de Dom Afonso e neto do Infante Dom João que era filho delRey Dom Pedro de Portugal e da Infante Dona Ines de Castro sua molher* (4).

Pagou D. Afonso V a sua dívida de gratidão a D. Maria de Vasconcelos, fazendo-lhe mercê de uma tença de trinta mil reais brancos por carta de 6

(1) Rui de Pina, *Chronica de D. Afonso V*, pág. 310.

(2) *Ibidem*, pág. 323.— Não cause reparo o cronista escrever «xxix de Dezembro de myl e quatrocentos e quarenta e hum»; êle contava pelo ano do Nascimento à risca, e êsse tinha começado no dia 25 do mês. Veja-se a prova da minha asserção no ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, II, 486, sendo para notar haver eu aí aduzido exemplos exactamente dêste ano de 1440.

(3) Liv. 3.º de *Místicos*, fl. 152.— Ainda por outra carta de 25 de Janeiro de 1446 foram doados uns prédios, que êle possuía em Ferreira, a Lopo Mendes de Vasconcelos, cavaleiro do infante D. Pedro (ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, III, 410) e talvez filho do mestre D. Mem Rodrigues de Vasconcelos.

(4) Lousada, *Sumários da Tôrre do Tombo*, II, fl. 444 *mihi*.

de Abril de 1451, na qual se refere aos muitos e bons serviços por ela «feitos a nós e à senhora Rainha minha madre» (1).

Casara D. Fernando de Cascais, antes de ir para o destêrro, com D. Isabel Coutinho a quem, sendo ainda solteira, fôra confirmada a terra de Aregos por carta de 15 de Fevereiro de 1434 (2). Era D. Isabel filha única de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Viana, e de sua mulher a condessa D. Beatriz Coutinho, senhora da referida terra em sucessão a seu pai, Fernão Martins Coutinho, a quem ela fôra doada por carta de 11 de Janeiro de 1430 (1392) (3).

D. Isabel acompanhou o marido para Castela e lá, conforme parece, casou em segundas núpcias com João Freire de Andrade, senhor de Alcoutim, de quem foi primeira mulher e não teve sucessão (4). D. Isabel já tinha morrido em 23 de Outubro de 1450, quando, por sua morte, foi a terra de Aregos confirmada a seu filho D. Afonso, sobrinho del rei (5) e futuro conde de Penela.

Por êste casamento veio a entrar na casa de Penela o senhorio de parte da vila de Mafra, pois que a Fernão Martins Coutinho, avô de D. Isabel, havia sido aquela vila doada, juntamente com a Ericeira, a Enxara dos Cavaleiros e o Ulmarinho, por escritura de 2 de Março de 1393 lavrada em Lisboa, nos paços reais, em presença de D. João I que a aprovou. Era a escritura de casamento de Leonor Lopes [de Sousa], filha do mestre de Cristo D. Fr. Lopo Dias de Sousa, com Fernão Martins Coutinho e foi a doação feita aos esposados, em suas vidas, e a seus descendentes (6). E para maior segurança fez D. João I, por carta de 25 de Julho de 1396, doação ao referido Fernão Martins Coutinho das ditas terras, para êle e sucessores, com as jurisdições, mero e mixto império, etc. (7).

No ano seguinte morreu Fernão Martins Coutinho sem testamento, deixando duas filhas, D. Beatriz e D. Felipa. Sua viúva, D. Leonor Lopes de Sousa, só veio a falecer em 1421, havendo tornado a casar com Afonso Vasques de Sousa, filho de Martim Afonso de Sousa, 2.º senhor de Mortágua, de quem deixou vários filhos. Afonso Vasques manteve-se, depois de enviuvar, na posse dos bens da mulher, até que em 1425 suas enteadas o ci-

(1) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37.º, fl. 28 v.

(2) *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1.º, fl. 87; liv. 3.º da *Beira*, fl. 137.

(3) *Ibidem*.

(4) *Nobiliario quinhentista*, pág. 269, n.º xvi, onde lhe chama D. Isabel de Meneses.

(5) Liv. 3.º da *Beira*, fl. 136 v.

(6) *Gaveta XIV*, maç. 4.º, n.º 1.

(7) *Chancelaria de D. João I*, liv. 2.º, fl. 122.

taram para partilhas. Começou a correr a demanda; morreu o réu e continuaram nela seus filhos. Entretanto casavam as duas filhas de Fernão Martins Coutinho: D. Beatriz Coutinho com D. Pedro de Meneses, conde de Vila Rial, em Sintra, a 17 de Agosto de 1426, «nos paços del rei D. João, na casa em que ora pousa D. Beatriz Coutinha, casa que é dentro no cnrral dos ditos paços» (1); D. Felipa Coutinho casou pouco depois com Luís Álvares de Sousa, escudeiro da casa do infante D. Duarte, e teve em dote duas mil e quinhentas coroas do cunho del Rei de França, as quais lhe prometeu D. João I, dando-lhe, por carta de 17 de Junho de 1420, feita em Sintra, em quanto lhas não pagava, uma tença de um conto de libras, do 1.º de Janeiro passado em diante, assentada no almoxarifado de Vila Rial (2). Luís Álvares de Sousa foi 3.º senhor de Baião e já era provedor da fazenda do Pôrto em princípios de 1451 (3).

Foi prossequindo o pleito até que D. Duarte, por sentença de 18 de Junho de 1436, mandou proceder à partilha (4). Feita ela, dividiram-se as terras, passando a Ericeira e dois quinhões de Mafra a D. Felipa Coutinho (5) e ficando os três quinhões restantes daquela terra e a Enxara à Condessa de Vila Rial, seguidamente aos sucessores de sua filha, os Condes de Penela.

Eram estas terras consideradas bens patrominais e, como tais, eram partilhadas e possuídas sem confirmações régias; mas o 2.º Conde de Penela, acautelando-se contra possíveis dúvidas futuras, solicitou e impetrou de D. Manuel a carta de 6 de Junho de 1517, pela qual, tanto quanto em direito podia, êle lhe confirmou de juro e herdade os três quinhões da vila de Mafra (6). Passou êste senhorio do filho primogénito do 2.º Conde de Penela, D. Afonso de Meneses falecido sem descendência legítima, para seu irmão D. António de Vasconcelos e Meneses, que, sendo já muito velho, casou e teve um filho. Ao seu nascimento assistiu um ministro da justiça e comenta D. Afonso Manuel de Meneses no seu nobiliário: «melhor fora assistir à mãy no acto de conceber». Para um eclesiástico e desembargador da Casa da Suplicação é bom comentário.

(1) *Gaveta II*, maç. 1.º, n.º 10.

(2) Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro 3.º de D. João I*, fl. 56.—O contrato de casamento é de 21 de Junho de 1428 (*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15.º, fl. 163).

(3) Carta de 6 de Maio de 1451, arbitrando-lhe 25.716 reais de mantimento com o dito officio.—*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11.º, fl. 69 v.

(4) Lousada, *Sumários da Torre do Tombo*, III, fl. 480 v. *mili*.

(5) Por carta de 4 de Setembro de 1450 foram confirmados a Luís Álvares de Sousa os privilégios do seu lugar da Ericeira e os do lugar de Mafra, em que teve alguma parte.—*Chancelaria de D. João III*, liv. 16.º de *Doações*, fl. 154.

(6) *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 10.º, fl. 55.

Este tal filho chamou-se D. João Luís de Vasconcelos e Meneses, foi senhor de Mafra e da dízima do pescado da Ericeira, tendo passado a Enxara dos Cavaleiros, os concelhos de Soalhões e Aregos e outras terras da Coroa a seu primo, D. João de Vasconcelos e de Meneses, filho ilegítimo do referido D. Afonso de Meneses. A pedido dêste e por influência de Martim Gonçalves da Câmara, valido de D. Sebastião, foi dado, em 13 de Agosto de 1566, um alvará de lembrança ao referido D. João de Vasconcelos para suceder ao pai naqueles bens da Coroa, casando com D. Caterina de Eça, donzela da rainha D. Caterina e neta de sua camareira mor D. Joana de Eça. Veio a mercê a realizar-se, sendo lhe confirmados os bens por cartas de 15 e 17 de Junho de 1594 depois de efectuado o casamento e de falecido o pai (1).

D. Caterina de Eça era filha de António Gonçalves da Câmara e neta de Pero Gonçalves da Câmara, irmão do 3.º Capitão do Funchal, e de sua mulher a referida D. Joana de Eça. A propósito desta senhora contarei uma anedocta que lhe é atribuída. Um dos factos alegados pelo Prior do Crato D. António, para provar o casamento de seu pai com Violante Gomes, «foi o que lhe aconteceu indo ela ao convento de Odivelas em um dia em que ali se achava D. Joana de Eça, camareira mor da rainha D. Caterina, a qual logo que entrava na igreja lhe chegou uma almofada para assentar-se, e que o não faria a não ser casada com o Infante; porém esta Camareira mor por tola era capaz de praticar dêstes despropósitos» (2).

D. João Luís de Vasconcelos e Meneses, senhor de Mafra, morreu em Madrid a 5 de Dezembro de 1633 (3), sem deixar filhos, seguindo-se à sua morte porfiada demanda entre vários contendores sôbre o senhorio de Mafra, o qual, por sentença de 17 de Setembro de 1648 (4), foi adjudicado a D. Joana

(1) *Confirmações gerais*, liv. 7.º, fls. 51 v. e 53.

(2) *Memorias raras e celebres, copia de um M. S. Anonimo, que parece escripto no fim do seculo passado*, letra do último quartel do século xvii. Era da livreria do Marquês de Valada e emprestou-mo o Conde de Caparica seu filho.

(3) Consta do epitáfio na igreja da Graça de Santarém, na parede do lado do evangelho, na capela dos Condes de Penela: *Na sa do tumulo q̄ esta no mo (meio) desta capella esta dō io (João) luis de m̄s (Meneses) e vascos sr de mafra fo de dō anto de m̄s e vascos e neto e erdro dos condes de penela e quinto neto do ifante dō io fo legitimo delrei dō pº (Pedro) de portugal viveo 57 annos e acabou a 5 de dezbro de 633 e por morrer na corte de madrid mandou trazer de la o seu corpo inteiro dona ma (Maria) de castro sua molher q̄ lhe mãodou fazer esta sa q̄ ela tãobem escolheo pa se sepultar. anno 1637.* No meio da capela, no pavimento lá está uma grande campa lisa. É a sepultura mencionada nó letreiro da parede. Por cima dêste vê-se um escudo com as armas do reino, com sete castelos na bordadura, diferenciadas por um banco de pinchar de dois pendentes; o escudo sobrepujado de uma coroa de flores.

(4) P.º Sousa, *Historia genealogica*, XII, 116.

de Meneses terceira neta de D. Afonso de Meneses, condessa de Armamar pelo seu primeiro casamento, sem geração, e viscondessa de Vila Nova da Cerveira pelo segundo, tendo-se continuado a casa de Mafra com os senhorios de Soalhães, Aregos e Enxara nos descendentes dêste matrimónio até ao último Marquês de Ponte de Lima, por cujo falecimento passou a casa ao último Marquês de Castelo Melhor do sangue dos Vasconcelos.

Examinadas, muito pela rama concordo, as fases por que passou a sucessão nos senhorios de Mafra e Soalhães, tornarei lá atraz ao filho único de D. Fernando de Cascais.

Nasceu em 1441, chamou-se D. Afonso e sem apelido nenhum, só com a designação de «nosso sobrinho, filho de D. Fernando de Cascais», aparece de princípio em documentos régios, entre êles, em duas cartas de 23 de Outubro de 1450, de confirmação da terra de Soalhães, por morte do pai, e do concelho de Aregos, por morte da mãe (1). Em 1465, por outras duas cartas, uma de 23 de Junho e a outra de 5 de Dezembro, fez-lhe D. Afonso V respectivamente doação da vila de Penela, no actual distrito de Coímbra, com as jurisdições, e do reguengo de Campores, no termo da vila, tudo em sua vida sómente, sendo já na segunda destas cartas designado por D. Afonso de Vasconcelos (2), único apelido com que o encontro mencionado em diplomas e crónicas. Seis anos depois, por carta de 24 de Outubro de 1471, foi feito conde de Penela, «com todas as honras e preeminências que são e devem ser outorgadas aos condes que de sangue ryal como êle descendem» (3); e, atendendo a esta circunstância, foi-lhe o assentamento de cento e quarenta e cinco mil reais elevado a duzentos mil por carta dada em Çamora, a 23 de Novembro de 1475 (4). Já era casado em 12 de Outubro de 1467, quando D. Afonso V fez mercê a D. Isabel da Silva, para quando o senhorio por qualquer forma vagasse, do reguengo de Campores, que havia doado a D. Afonso de Vasconcelos, seu marido (5).

O Conde de Penela serviu em África: em 1459, em Arzila, com o Conde D. Duarte; em 1463, no escalamento de Tánger, perdendo na ida o seu navio afundado pela tormenta; e em 1464, na expedição à serra de Benacofú.

(1) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3.º, fl. 77 v.; liv. 3.º da *Beira*, fl. 136 v.—Da Enxara dos Cavaleiros tomara por êle posse sua mãe em 1 de Dezembro de 1448, em virtude de um alvará de D. Afonso V. — Lousada, *Sumários da Torre do Tombo*, II, 449 *mihi*.

(2) Liv. 3.º de *Místicos*, fl. 287 v.; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8.º, fl. 9 v.

(3) Liv. 3.º de *Místicos*, fl. 4; Pina, *Chronica de D. Afonso V*, cap. 169.

(4) Liv. 4.º de *Místicos*, fl. 26.

(5) *Ibidem*, fl. 10 v., transcrita na de 17 de Abril de 1483 de confirmação, por morte do marido, do reguengo e de doação dêle a seu filho para depois do falecimento dcla.

Quando, em 1475, se organizou a expedição a Castela, marchou para lá o Conde de Penela, comandando uma das alas do exército, e, apesar do cronista o não mencionar, de certo combateu na batalha de Toro, no 1.º de Março do ano seguinte, regressando a Portugal com o príncipe D. João, com quem já se encontrava em Miranda do Doiro a 14 de Abril, a passar a Páscoa. O seu bom serviço nesta campanha é atestado na carta de 10 de Julho de 1476, pela qual D. Afonso V fez mercê a D. Afonso de Vasconcelos, conde de Penela, seu muito amado e presado sobrinho, adiantado das comarcas da Estremadura, havendo respeito aos seus muitos e extremados serviços, tanto nestes reinos, como nos de África e Castela, «onde ora grandemente nos serviu, com sua pessoa e gentes e muita despesa de sua fazenda», de na vila de Penela e reguengo de Campores lhe poder suceder o filho (1).

No ano seguinte acompanhou o príncipe às Côrtes de Montemor o Novo, principiadas a 21 de Janeiro e respondidas a 9 de Fevereiro (2). Da sua estada lá consta das trovas «Do Coudel mor a Anrryque dAlmeida que lhe mandou pedyr novas das Cortes que elRey dom Joã fez em Montemoor o Novo sendo pryncype o ano de setenta e sete sendo ellRey seu pay em Frrãça». Diz Fernão da Silveira:

Lyxboa que sonha
no cardealado,
moordomo Noronha,
tambem deputado.
Hy he Portymam,
Alvito, Penela,
Berynguell comela
que fez o sermana (3).

Não serviu só em postos militares, também exerceu cargos de justiça, pois que, por carta de 1 de Maio de 1479, foi nomeado regedor da Casa do Cível de Lisboa (4). Ano e meio depois, a 1 de Novembro de 1480, falecia, contando só trinta e nove anos de idade. D. Afonso V lastimou-o e à sua memória dedicou palavras sentidas na carta de conde de Penela ao

(1) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6.º, fl. 45 v., com omissão do dia e sem ela na *Chancelaria de D. João III*, liv. 47.º de *Doações*, fl. 22.

(2) J. P. Ribeiro, *Memorias sobre as Fontes do Codice Philippino*, no tom. II das MEMORIAS DE LITTERATURA DA ACADEMIA, pág. 92.

(3) *Cancioneiro geral*, fl. 19, col. 1. — As pessoas nomeadas são: D. Jorge da Costa, arcebispo de *Lixboa*, promovido a cardinal no ano precedente; D. Pedro de *Noronha*, *moordomo* mor; Gonçalo Vaz de Castelbranco, senhor de Vila Nova de *Portymam*; D. João da Silveira, barão de *Alvito*; D. Afonso de Vasconcelos, conde de *Penela*; e Rui de Sousa, senhor de *Berynguell* (Beringel).

(4) Liv. de *Extras*, fl. 166 v.

filho, em sucessão ao pai, «pois a nosso Senhor prouve de o tam cedo levar pera si». O cronista contemporâneo, Gomes Eanes de Azurara, referindo-se aos defensores de Arzila no cerco lá pôsto pelos Moiros no ano de 1459, escreveu: «Dom Duarte dera certas guardas a alguns Fidalgos na barreira... das quaes contamos por primeira, a que fôï dada ao nobre Senhor Dom Afonso de Vasconcellos por razão da pessoa, porque assi em grandeza de linhagem, como em bondade de costumes, nom partio deste Regno pera aquelle cerco nenhum melhor que elle» (1).

Foi o Conde de Penela sepultado na igreja da Graça de Santarém, com este epitáfio por mim copiado em 16 de Janeiro de 1885: *Aqui jaz ho mui manifico illustre sor dõ aº de vºcelos e de meneses conºe e sor de Penela o qual foi bisneto do ifãte dõ johã q era fº lidimo delrei dõ pº de portugal e asi nõ menos de vertudes q de tã real linhagẽ de todos esses tempos que viveu fez tais e tão asinados servicos aos reys de portugal e ao mesmo reino que nenhum acrecentamento de maior estado pudera satisfaser a seus grandes merecimentos viveu 39 annos e finouse o primeiro dia do mes de novembro era de 480 e a muito magnifica senhora dona isabel da silva condessa de penela sua molher escolheu tambem pera si esta mesma sepultura que não sã causa foi huma so a elles ambos na morte aos quaes foi sempre hũa so vontade na vida vivendo viveu annos.*

Por cima dois escudos, um, em lisonja, partido: o I cortado das armas do reino sôbre partido de liso e de quatro faxas de veirado; no II um lião. São as armas da Condessa. O outro escudo, com as armas do Conde, é esquartelado: o I e IV das armas do reino, com oito castelos na bordadura; o II e III terçado em pala: o 1.º quatro faxas veiradas, o 2.º e 3.º reunidos, formando um só quartel, cortado de um traço, partido de dois, que fazem seis quartéis: *a, c, e*, dois lobos passantes e sotopostos, *b, d, f*, quatro palas; sôbre o todo, escudete liso. Está o túmulo metido na parede da banda da epístola na capela colateral com a mor do lado do evangelho. A variedade das quatro faxas de veirado nas armas dos Vasconcelos encontraremos também no túmulo de Rui Vasques Ribeyro, na igreja de S. João Baptista da sua vila de Figueiró dos Vinhos, e no arco da capela dos Vasconcelos do Esporão na Sé de Évora. Notarei também ser singularidade do epitáfio o apelido de Meneses no nome de D. Afonso de Vasconcelos.

A mulher do Conde de Penela, D. Isabel da Silva, era filha dos 1.ºs Condes de Abrantes, e deu a seu marido, entre outros filhos, a D. João de Vasconcelos e de Meneses e D. Fernando de Vasconcelos e de Meneses.

(1) *Chronic. do Conde D. Duarte*, cap. 76.

D. João foi o 2.º conde de Penela por carta de 16 de Abril de 1481 (1), senhor das vilas de Penela, Mafra e Enxara dos Cavaleiros, e dos concelhos de Soalhães e Aregos, e vedor da fazenda por carta de 30 de Setembro de 1527 (2), para substituir Nuno da Cunha, que ia ser nomeado governador da Índia. Nas terras do Conde de Penela, conforme o censo da população mandado fazer por cartas régias de 17 de Julho de 1527, viviam 1243 moradores assim repartidos: 42, na vila e termo da Enxara dos Cavaleiros; 191, na vila e termo de Mafra; 554, na vila e termo de Penela; 97, no concelho de Soalhães (3); e 359, no concelho de Aregos (4). Dando à palavra moradores do censo de 1527 a sua actual designação de fogos, e calculando em média quatro moradores a cada fogo, temos cinco mil habitantes nas terras do Conde de Penela.

Morreu êle em 1543, antes de Abril (5), deixando descendência na qual se continuou a sua casa. Ao Conde alude Gil Vicente em 1529 no *Clérigo da Beira*:

Qual é o mor namorado
de Portugal e Castela?
He o Conde de Penela,
mas anda dissimulado
por amor da sua estrela.

E em 1532, na *Romagem de Agravados*, diz

que he muyto dadivoso.

O seu brasão era o escudo esquartelado: o I e IV as armas do reino com dez castelos na bordadura; o II de negro, três faxas de veirado de prata e vermelho (*Vasconcelos*); o III cortado de um traço e partido de dois que fazem seis quartéis: o 1.º, 3.º e 5.º de oiro, dois lobos passantes e sotopostos de púrpura, armados e linguados de vermelho; o 2.º, 4.º e 6.º de oiro, quatro palas de vermelho; sôbre o todo, de oiro liso (*Meneses*). Timbre: lobo passante de púrpura, armado e linguado de vermelho, sôbre uma capela de penas de pavão de sua côr (6).

(1) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26.º, fl. 73.

(2) *Chancelaria de D. João III*, liv. 30.º de *Doações*, fl. 160 v.

(3) *Povoação da Estremadura e Povoação de Trás os Montes*, no ARCHIVO HISTÓRICO PORTUGUEZ, vol. VI, págs. 255 e 270; vol. VII, pág. 247.

(4) *Povoação da Beira*. NOTA II em apêndice a êste artigo.

(5) ARCHIVO HISTÓRICO PORTUGUEZ, X, 116.

(6) *Livro do Armeiro mor*, fl. 47, sem o timbre; *Livro da Torre do Tombo*, fl. 9, com êle.

D. Fernando de Vasconcelos e de Meneses, filho segundo de D. Afonso de Vasconcelos, 1.º conde de Penela, «foi muito douto nas antiguidades e materias politicas pelo que teve grande estimaçaõ athe dos estrangeiros, foi muito verdadeiro, affabel, côrtes e liberal, e com tal termo se havia no que lhe pediaõ e elle naõ podia dar que ficava quem pedia igualmente obrigado, foi clérigo e o primeiro beneficio que teve foi a Abadia de Selva no Arcebispado de Braga de que foi colado em 7 de Dezembro de 1510; e no de 1513 foi Deaõ ou Arcediago de Lisboa tendo a Abadia de S. Mamede de Angeris na terra de Chaves, e depois foi elevado pelo Papa Leaõ 10 a Bispo de Lamego em 8 de Novembro do anno 1518, e estando em Lisboa quando os fidalgos beijaraõ a maõ a el Rey D. Manoel pelo casamento da Rainha D. Leonor elle foi hũ delles e el Rey D. Manoel o fes seo cappellaõ mor no anno 1516, e no anno 1519 se achou com o dito Rey em Sintra no Conselho que se tomou acerca de Fernaõ de Magalhaães quando se passou ao serviço do Imperador Carlos 5 e no anno 1521 esteve prezente a morte do dito Rey, e no anno 1525 em Torres novas recebeu por procuraçaõ a Infante D. Izabel irmã del Rey D. Ioaõ 3 com o Imperador Carlos 5.º, e no de 1533 bautizou ao Príncipe D. Manoel filho del Rey D. Ioaõ 3.º e no de 1543 acompanhou athe a raya de Castella sendo ja Arcebispo de Lisboa a Infante D. Maria a cazar com o Príncipe D. Fellippe filho do dito Imperador fazendo muitos gastos athe Salamanca onde se fizeraõ os despozorios, no anno 1540 (1) foi elevado pelo Papa Paulo 3.º a Arcebispo de Lisboa de que tomou posse em 6 de Outubro e foi o ultimo Prior que teve S. Vicente de Lisboa morreo muito velho e com sinães de muita virtude em 7 de Janeiro de 1564, deixou para as obras da Se 4ª cruzados de renda e nella esta sepultado juncto da sepultura do Arcebispo D. Martinho da Costa e tem este lètreiro: *Nesta sepultura foi enterrado o Corpo de D. Fernando filho de D. Affonso 1.º Conde de Penella foi Arcebispo desta Cidade e Capellaõ mor del Rey D. Manoel del Rey D. Ioaõ 3.º e del Rey D. Sebastiaõ nosso snôr falleceo de 83 annos e meyo a 8 de Janeiro de 1564* (2). Fez a Igreja de S. Antonio do Tojal deixando a metade da Torre dos sinos feita porque tirava a vista da Tribuna dos Paços, foi do Conselho dos quatro del Rey D. Manoel e seo valido, succedeo no Arcebispado ao Cardeal Infante D. Affonso filho do dito Rey» (3).

(1) Bula de 24 de Setembro. — *Corpo diplomatico portuguez*, IV, 346.

(2) Na *Lisboa antiga*, p. II, vol. III, pág. 364, transcreveu Júlio de Castilho outro epitáfio muito diverso encontrado nas *Antiguidades de Lisboa* de Coelho Gasco, lastimando-se destas confusões.

(3) Tirei esta bem abreviada noticia biográfica do título dos Vasconcelos, n.º 240, de D. Afonso Manuel de Meneses, no *Nobiliario* coordenado por Jorge Salter de Mendonça, vol. XXIV, fl. 173 *mili*.

Foi êste Arcebispo de Lisboa quem, em 1551, com intuito de averiguar as rendas do arcebispado, ordenou a seu guarda roupa Cristóvão Rodrigues de Oliveira que elaborasse uma espécie de cadastro da cidade. Esta obra foi posteriormente impressa em Lisboa, em casa de Germão Galharde, em ano não indicado e com o título de *Summario e qve brevemente se contem algvas covsas (assi ecclesiasticas como secvlares) qve ha na cidade de Lisboa*. É livro extremamente raro.

Usou D. Fernando de Vasconcelos e de Meneses de umas armas muito semelhantes às dos Eças, também descendentes, como estes Vasconcelos, do infante D. João. Vêem-se elas no sêlo do Arcebispo e consistiam em um escudo carregado dos cinco escudetes das quinas, dispostos em aspa, com cinco besantes em cada um, e um cordão, com seus nós, pôsto em orla e em aspa, passando nesta parte por baixo dos escudetes (1).

Teve o Arcebispo vários filhos ilegítimos e entre êles a D. João Afonso de Meneses, arcebispo de Braga em 1581, em sucessão a D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. Sagrou-se em Lisboa na capela rial, assistindo Felipe I e o cardial arquiduque Alberto, e fez a sua entrada em Braga a 25 de Abril de 1582. «Tinha ja cinco anos pouco maes, ou menos de Prelado gastados na visita, & reformação della, quando recebendo hũa carta delRey D. Felipe o prudente, em que o reprehendia de algũas cousas que passavão no Arcebispadu; como fosse pessoa de grãde opinião, assi o sentio, que de puro desgosto veyo a adoecer, & morreo em 14. de Iulho... de 1587. sendo de idade de 65. annos» (2). Tudo derivou da denúncia enviada a Felipe I contra o dr. André Velho Tinoco, arcediogo de Neiva na Sé de Braga e secretário do Arcebispo, tendo sido denunciante um irmão do próprio prelado. O dr. André Velho Tinoco foi preso na Inquisição de Lisboa pelo pecado nefando, a 23 de Julho de 1586, e foi-lhe lida a sentença, na sala, no dia 10 de Setembro do ano seguinte (3).

III

SENHORES DE FIGUEIRÓ

Dei tal desenvolvimento ao capítulo precedente, que terei de me restringir neste e nos seguintes.

Entre os filhos de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, 1.º senhor de Soalhões,

(1) P.º Sousa, *História genealogica*, tom. IV, Est. K, n.º 35.

(2) D. Rodrigo da Cunha, *Historia ecclesiastica de Braga*, II, 397.

(3) Torre do Tombo, *Inquisição de Lisboa*, processo n.º 1053.

lá atrás nomeados (1), foi o último Rui Mendes de Vasconcelos, companheiro de seu irmão Mem Rodrigues de Vasconcelos na batalha de Aljubarrota, capitaneando com êle a ala dos valorosos Namorados. Já então lhe havia D. João I, como Regedor e depois como Rei de Portugal, feito três valiosas mercês. A primeira, por carta de 14 de Setembro de 1422 (1384), foi a doação da vila de Viana de Caminha, com seus cambões, e da terra da Nóbrega, com seus coutos e termos, a qual tinha Fernão Gonçalves de Meira, tudo com ambas as jurisdições, salvando só as apelações e agravos, e para descendentes por linha direita (2). A segunda foi a de pura doação para sempre, para êle e todos seus descendentes legítimos, das terras de Figueiró e Pedrógão, com todos seus termos e pertenças, por carta de 2 de Novembro do mesmo ano, na qual já é intitulado vassalo (3). A terceira consistiu na doação, em préstamo, das rendas, direitos, e frutos novos de Gaia d'apar do Pôrto, por carta dada em Coímbra, pouco depois da aclamação, a 19 de Abril de 1423 (1385) (4). Por estes mesmos tempos, mas já no Pôrto, a 25 de Abril, confirmou-lhe de juro e herdade a vila de Viana de Caminha e a terra da Nóbrega, com as jurisdições (5).

Pouco mais tempo teve de vida, pois morreu em Maio de 1387 do ferimento de uma seta ervada durante a expedição daquelle ano a Castela, «e troverão a Portugal e hi foi soterrado» (6). O lugar da sepultura foi o convento velhó de S. Domingos de Coímbra, gravando-se no túmulo este epitáfio: *Aqui jaz o nobre escudeiro Rui Mendes filho de Gonçalo Mendes de Vasconcellos e de dona Tareja o qual em honra e defendimento destes reinos se finou a 18 de Maio de 422* (7). A data está evidentemente errada, não só por o cronista afirmar ter Rui Mendes morrido na era de 1425, mas porque, como acima ficou expresso, ainda em Abril da era de 1423 é mencionado em diplomas régios.

Rui Mendes de Vasconcelos não casou, mas teve dois filhos bastardos: Rui Vasques Ribeiro, de quem adiante me occuparei; e Pero Rodrigues de Vasconcelos, a quem D. João I, por carta de 9 de Junho de 1425 (1387), confirmou a terra da Nóbrega, a qual Rui Mendes havia de juro e herdade e antes de morrer lhe dera (8). Poucos mais dias teve de vida, visto que um mês

(1) Pág. 345.

(2) *Chancelaria de D. João I*, liv. 1.º, fl. 43 v.

(3) *Ibidem*, fl. 54 v.

(4) *Ibidem*, fl. 102.

(5) *Ibidem*, fl. 103 v.

(6) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, p. II, cap. 110.

(7) Lousada, *Sumários da Torre do Tombo*, II, 444 mihi.

(8) *Chancelaria de D. João I*, liv. 2.º, fl. 1 v.

certo depois foi a dita terra da Nóbrega, como veremos, confirmada por sua morte a Rui Vasques. Nos diplomas não se menciona parentesco nenhum existente entre Rui Vasques e Pero Rodrigues, mas parece-me evidente terem sido irmãos, pelo menos filhos do mesmo pai.

A Rui Vasques fez D. João I doação, por morte do pai e por carta de 9 de Junho de 1425 (1387), das terras de Viana de Caminha, Figueiró e os Pedrógãos, com todas suas rendas, jurisdições, etc. (1), seguindo-se logo, um mês certo depois, por morte de Pero Rodrigues de Vasconcelos, a doação da terra da Nóbrega, a única a seu pai pertencente e ainda não possuída por êle (2). Pouco tempo andado comprou-lhe D. João I a terra de Viana e já o contrato estava realizado em 4 de Abril de 1432 (1394), quando de novo lhe confirmou todas as terras, tirada Viana (3). Tudo isto se passou durante a menoridade de Rui Vasques, de quem foi tutor seu avô Gonçalo Mendes de Vasconcelos, que tam más contas deu da sua tutela, como acima vimos. Morreu Gonçalo Mendes em 1407 e já então era Rui Vasques casado com Ana Afonso, «minha parenta», declara D. João I num diploma de 1413 já citado.

Quem fôsse esta parente de D. João I, a ninguém, creio, será possível dar dela informação segura. A consanguinidade proviria da mãe del Rei, é o mais a que se pode, a que eu posso, chegar.

Em todos estes documentos citados aparece o filho de Rui Mendes de Vasconcelos sempre designado pelo nome de Rui Vasques, sem máis apelido; dêste tempo porêm em diante, isto é, após atingir a maioridade, passou a chamar-se Rui Vasques Ribeiro, em atenção, dizem, a haver sido criado por sua avó D. Teresa Rodrigues Ribeiro. É possível, visto êle, na realidade, ter usado do nome completo do pai dela. Para confirmar a alteração no nome aparece a carta de 15 de Fevereiro de 1452 (1414), pela qual D. João I fez mercê a Rui Vasques Ribeiro, seu criado, do pão da terra da Nóbrega destinado ao seu castelo (4).

(1) *Chancelaria de D. João I*, liv. 2.º, fl. 1 v.

(2) *Ibidem*, fl. 3 v. — Fez D. João I todas estas mercês a Rui Vasques, não encontro porêm referência a nenhuma carta de legitimação e a pelo P.º Sousa indicada, sem citação, no vol. XII da *História genealógica*, pág. 399, com a data de 14 de Agosto de 1430, parece não poder ter existido, por isso que, se o ano é o da era de César, não é provável que Rui Vasques já fôsse maior e casado em 1445, quando o avô morreu; se o ano é do Nascimento, em 1430 estava Rui Vasques no fim da vida, quando já nenhum proveito poderia tirar da legitimação.

(3) *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3.º, fl. 10, e mais claro, apesar daquele ser o registo original, na *Chancelaria de D. João II*, liv. 6.º, fl. 82.

(4) *Chancelaria de D. João I*, liv. 3.º, fl. 167.

Não sei quando Rui Vasques Ribeiro enviuvou, mas sei que em 8 de Maio de 1423 já estava outra vez casado. Era então sua mulher D. Violante de Sousa, e no referido dia declarou Rui Vasques em escritura pública, feita na sua terra de Figueiró, que ao desposá-la lhe prometera três mil e quinhentas coroas de oiro de dote e arras e vinha agora garantir-lhas, dando-lhe em penhor o dito lugar e seu termo, a fim dela haver as suas rendas até ser paga, com a condição porém de logo após integral pagamento entregar a terra aos herdeiros de seu marido. Confirmou el Rei este contrato por carta de 9 de Junho do ano do Nascimento de 1423 (1). Era D. Violante de Sousa filha bastarda de D. Lopo Dias de Sousa, mestre de Cristo.

Foram os dois cônjuges sepultados na capela mor da igreja de S. João Baptista de Figueiró, em um túmulo de pedra levantado sobre dois liões e nêles esculpidas suas armas e gravado o seguinte epitáfio, em caracteres góticos:

Aqui jaz o muito hórado caualeiro Ruy Vaasqs filho de Ruy Meedes de Vascōcelos neto de Gº Meedes e de dona Tareja Ribeira e do/na Violãte de Sousa sua molher fª de dō Lopo Dias Mº de xp̄s neta de Alvº Dias de Sousa e de dona Mª irmaa da rainha dona/ Lianor os quaes mãdou Jº Roiz de Vascōcelos seu filho erdeiro aqui tresladar era de noso Sr Jhū xp̄o de mil CCCC Lxj años/ (2).

A data é a da trasladação, pois que já em 1435, como veremos, era Rui Vasques Ribeiro finado.

As armas estão em dois escudos. Num são as de Rui Vasques assim: cortado: no I quatro faxas veiradas (é o que a escultura quere representar); no II quatro palas. No outro escudo as de D. Violante: partido: o I das armas do marido; o II cortado das quinias do reino, postas porém em aspa, sobre uma caderna de crescentes. Não têm timbres, nem elmos.

O escudo de D. Violante, na parte propriamente da sua familia, está bem. São metade das armas dos Sousas chamados de Arronches, sem a bordadura dos castelos no quartel das quinias; disto não há só este exemplo, dois outros lá acima ficam apontados. Agora no escudo de Rui Vasques é que há lugar para reparos.

O I quartel é dos Vasconcelos. O desenho está tōsco, as faxas parecem mais carnéleas (3) do que veiradas, mas é o dos Vasconcelos, com quatro

(1) *Chancelaria de D. João I*, liv. 4.º, fl. 63.

(2) Combinando a transcrição um tanto livre, como todas, do P.º Luís Montês Matoso, nas suas *Memorias sepulchraes*, fl. 154 v., com uma reprodução que se encontra, com alguns erros, na pág. 36 da *Arte portuguesa*.

(3) Carnélea é como o bacharel António Rodrigues traduz o francês *crénéle* em uma

faxas em vez de três, e assim mesmo as vemos na igreja da Graça de Santarém no túmulo do 1.º Conde de Penela, parente dêste Rui Vasques, e na Sé de Évora na capela de Joane Mendes de Vasconcelos, do Esporão. Não há pois dúyda, são as dos Vasconcelos, e por aqui se conhece haverem alguns deles, se não todos os antigos, trazido no escudo quatro faxas em lugar de três sómente.

No II quartel são as armas chamadas dos Ribeiros: em campo de oiro quatro palas de vermelho. Estou persuadido que neste quartel também há uma peça a mais em relação às armas modernas, e que, assim como no I vieram a ser só três faxas, também o II só a três palas foi reduzido. No *Livro do Armeiro mor*, na fl. 66, estão as armas dos Ribeiros, e é o escudo esquartelado: o I e IV de oiro, três palas de vermelho, o II e III de negro, três faxas veiradas de prata e vermelho. No *Livro da Torre do Tombo* também elas estavam na fl. 13, esta porém é uma das roubadas. Exactamente iguais ao desenho do primeiro livro citado, aparecem as armas em cartas de brasão de 10 de Maio de 1530, 13 de Novembro de 1536, 20 de Maio de 1538, 15 de Julho de 1542, 4 de Dezembro de 1544, e 17 de Setembro de 1545 (1). Encontram-se contudo as armas dos Ribeiros com quatro palas no I quartel no teto da sala de Sintra, em cartas de brasão de 12 de Março e 25 de Outubro de 1568, e 25 de Março de 1569 (2), e em vários autores heráldicos. É tudo mais moderno, e menos digno de confiança. Em todos os casos o escudo esquartelado das faxas e das palas, quer com três, quer com quatro peças, é privativo dos Vasconcelos Ribeiros da casa dos Senhores de Figueiró e da dos Alcaldes mores de Pombal; o que não impede de se terem concedido cartas de brasão com aquelas armas a todo e qualquer sujeito que se chamasse Ribeiro, ou tivesse algum avô dêste apelido.

De Rui Vasques Ribeiro e D. Violante de Sousa parece ter sido único filho varão João Rodrigues Ribeiro, 3.º senhor de Figueiró e Pedrógão, terras que, juntamente com a da Nóbrega, D. Duarte lhe confirmou, por morte de seu pai, por carta de 17 de Janeiro de 1435 (3), posteriormente confirmada por D. Afonso V e D. João II, respectivamente em 30 de Março de 1450 e 15 de Janeiro de 1482, com exclusão da terra da Nóbrega já então vendida (4).

carta de brasão, de 16 de Maio de 1520, registada no liv. 6.º de *Místicos*, fl. 174 v. — Nós temos a palavra ameado, que corresponde bem ao francês, tratando-se de muros e tórres; em heráldica porém dever-se-há atender à autoridade daquele Rei d'armas.

(1) *Armaria portuguesa*, págs. 430 e 431.

(2) *Ibidem*, págs. 431 e 432.

(3) *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3.º, fl. 10.

(4) *Chancelaria de D. João II*, liv. 6.º, fl. 82.

Nestes diplomas dá-se-lhe o nome, de João Rodrigues Ribeiro e o mesmo se fez na carta, de 18 de Outubro de 1456, de venda da terra da Nóbrega e renda do pão do seu castelo (1), e noutra do ano de 1489 de dez mil reais brancos de tença a D. Branca sua mulher (2); nos documentos a seguir indicados aparece porêem nomeado João Rodrigues de Vasconcelos.

Por escritura de 29 de Abril de 1475, feita na vila de Figueiró, terra de João Rodrigues de Vasconcelos, do conselho del Rei, dentro em a sua tórre, estando êle aí e sua mulher D. Branca da Silva, vincularam certos bens a uma capela por êles instituida pela alma de Tomás de Sousa, e nomearam-na em seu filho Pero de Sousa [Ribeiro] e em seus descendentes, inclusivè o bastardo, contanto que seja «são de entendimento, e sendo aleijado do entender, como às vezes aquece, não herde». Teve confirmação régia em 10 de Outubro de 1476 (3).

Parece ter servido na expedição de Castela, pelo menos em Toro foram-lhe dadas duas cartas, uma em 5 de Maio de 1476, de mercê do serviço velho e novo dos Judeus de Figueiró e Pedrógão (4), e outra a 8 de Dezembro do mesmo ano, de privilégios de couto e honra para a sua quinta da Guarda e feira da Mouta Santa, àcêrca do Rabaçal (5). Se desta ida ao próximo reino tenho dúvidas, certeza tenho porêem de João Rodrigues Ribeiro haver servido na expedição e tomada de Alcácer em África no ano de 1458, sendo-me o facto revelado por um documento interessante.

Gostava o fidalgo, como todos do seu tempo, de toirear; mas, em resultado desta inclinação, sobreveio-lhe uma vez grave desgosto. Uns cinco anos antes do de 1458, correndo-se um toiro em Figueiró, lançou-lhe João Rodrigues uma garrocha de ferrão, a qual por infelicidade foi cravar-se na perna de um moço, que por ali perpassava. Esteve o desgraçado doente seis meses, e ao cabo dêles, recrudescendo o mal, finou-se. A justiça rial, honra lhe seja, não olhando à graduação social do réu, mandou tirar uma inquirição de testemunhas sôbre o caso. Temeu-se João Rodrigues, apesar de protestar haver dado o ferimento «per cajom e sem sua culpa», e de não haver queixosos, e aproveitou o indulto geral prometido aos criminosos, que fôssem servir à expedição de Alcácer e para lá partiu com D. Afonso V, que lhe perdoou a

(1) *Chancelaria de D. João II*, liv. 6.º, fl. 83 v.

(2) *Ibidem*, liv. 26.º, fl. 48 v., incompleta, sem a data, mas pelo teor consta ser do ano indicado.

(3) *Ibidem*, liv. 2.º, fl. 143 v.

(4) *Ibidem*, liv. 6.º, fl. 83 v.

(5) *Ibidem*, liv. 21.º, fl. 144 v. — Neste documento a designação do sitio da feira está claramente escrito Monta (momta) Santa. D. João II confirmou tudo por carta de 13 de Junho de 1486, «tirando o pescar».

culpa por carta de 21 de Outubro de 1458, dada na própria vila recém conquistada (1).

Do casamento de João Rodrigues de Vasconcelos e D. Branca da Silva, que também em alguns documentos aparece com o apelido de Meneses, nasceram, entre outros, Rui Mendes de Vasconcelos, de quem a seguir tratarei, e Pero de Sousa Ribeiro, que irá no capítulo seguinte.

Rui Mendes de Vasconcelos foi 4.º senhor de Figueiró e Pedrógão (2), alcaide mor e capitão de Penamacor (3), e avô doutro Rui Mendes de Vasconcelos 6.º senhor daquelas vilas (4). Alcançou êste, por alvará de 22 de Março de 1553, autorização para sua casa passar a sua segunda filha (5), deserdando a primeira, D. Maria de Vasconcelos, por ter casado a furto com um Vasconcelos seu parente, Diogo de Sousa, de quem teve o 1.º Conde de Castelo Melhor.

A filha preferida do 6.º Senhor de Figueiró chamava-se D. Joana de Vasconcelos e foi-lhe confirmado o senhorio de Figueiró e Pedrógão, por morte do pai e por carta de 19 de Agosto de 1557 (6), antes de ser casada com Luís da Alcáçova Carneiro, filho primogénito do Conde da Idanha. Êste casamento só se efectuou depois das mortes, não só do pai, como também do cunhado de D. Joana, porque, em vida dêste, o acima nomeado Diogo de Sousa, ninguêem em Portugal se atreveu a casar com ela, por ser êle um fidalgo muito valoroso e ameaçar de morte a todos que o tentassem (7). Realizado o casamento, nasceu primogénito Pedro da Alcáçova de Vasconcelos. Veio êle a ser o 8.º senhor de Figueiró e Pedrógão, senhorios que passaram a sua filha D. Ana de Vasconcelos e Meneses, condessa de Figueiró pelo seu casamento com Francisco de Vasconcelos, 1.º conde de Figueiró, dos Vasconcelos do Esporão, aos quais pertencerá o capítulo V.

Foi Pedro da Alcáçova de Vasconcelos casado com D. Maria de Meneses e, nos primeiros anos do século xvii, fundaram, na sua vila de Figueiró, o convento de Nossa Senhora do Carmo da Ordem dos Carmelitas Descal-

(1) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36.º, fl. 198.

(2) Foram-lhe confirmadas as duas vilas por cartas de 14 de Março de 1489, feita esta por Fernão de Pina, e de 21 de Julho de 1496. — *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 13.º, fl. 1.

(3) Cartas de 24 e 28 de Julho de 1486. — *Chancelaria de D. João II*, liv. 4.º, fl. 111.

(4) Carta de confirmação de 16 de Abril de 1539. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 26.º de *Doações*, fl. 110 v. — Ao pai dêle, João Rodrigues de Vasconcelos, haviam sido os mesmos senhorios confirmados por cartas de 14 de Janeiro de 1500 e 22 de Agosto de 1528.

(5) *Chancelaria de D. João III*, liv. 65.º de *Doações*, fl. 334.

(6) *Ibidem*.

(7) Diogo Gomes de Figueiredo, *Nobiliario geneologico*, II, 511 mihi.

ços (1). Neste convento foram sepultados, não só os fundadores, como sua filha e genro, e dos seus epitáfios encontro esta memória: *Sepultura de Pedro da Alcaçova de Vasconcellos, Senhor que foi das villas de Figueiró e Pedrogão, casado com D. Maria de Meneses, o qual falleceu aos 13 de Setembro de 1617 e mandou fazer sua filha D. Anna de Vasconcellos e Meneses, Condessa de Figueiró em seu testamento. Sepultura da Senhora D. Maria de Meneses mulher que foi do Senhor Pedro da Alcaçova de Vasconcellos, Senhor das villas de Figueiró e Pedrogão, que falleceu a 18 de Outubro de 1639, e o mandou fazer sua filha a Senhora D. Anna de Vasconcellos e Meneses, Condessa de Figueiró em seu testamento. Sepultura de D. Francisco de Vasconcellos, Conde de Figueiró, casado com a Senhora D. Anna de Vasconcellos e Meneses, Condessa de Figueiró, e a mandou fazer a dita Senhora Condessa sua mulher. Sepultura da Senhora D. Anna de Vasconcellos e Meneses, mulher que foi de Francisco de Vasconcellos, Conde de Figueiró e Senhor da mesma villa e da do Pedrogão, filha do Sr. Pedro da Alcaçova de Vasconcellos e da Senhora D. Maria de Meneses, Senhores que forão das mesmas villas de Figueiró e Pedrogão, a qual no seu testamento mandou fazer estas sepulturas a que deu cumprimento seu testamenteiro por sentença dos residuos da Cidade de Lisboa no anno de 1705 (2).*

A esta senhora D. Ana de Vasconcelos e Meneses dedicou o dr. João Salgado de Araújo, protonotário apostólico, abade das igrejas de Pera e commissário do Santo Officio, o seu opúsculo intitulado *Symario de la familia ilustrissima de Vasconcelos, historiada, y con Elogios. Dirigido a la ilustrissima señora doña Ana de Vasconcelos y Meneses, Condessa de Figueyrò, y señora de las villas de Pedregon, y Villanueva de Frascoa, mayorazgo de Esporon, y otras. Con licencia del Consejo, En Madrid, por Iuan Sanchez. Año M.DC.XXXVIII. 4.º de vi n. n.-68 fls. numeradas pela frente. É opúsculo de nenhuma valia histórica, quanto aos tempos antigos, e de muito pouca em relação aos contemporâneos.*

De Rui Mendes de Vasconcelos, 4.º senhor de Figueiró, foi filho segundo Pedro da Silva de Vasconcelos, avô doutro Rui Mendes de Vasconcelos, 1.º conde de Castelo Melhor, por carta dada em Madrid a 21 de Março de 1611 (3). Havia sido partidário decidido de Felipe II na occupação de Por-

(1) Fr. Belchior de Santa Ana, *Chronica dos Carmelitas Descalços*, tom. I, pág. 393, cap. 3o.

(2) P.º Luis Montês Matoso, *Memorias sepulchraes*, fls. 155 e 156.

(3) Havendo respeito aos serviços que Rui Mendes de Vasconcelos, do meu conselho de Estado, fez a el Rei meu pai em negócios de importância e confiança, que se lhe encar-

tugal, merecendo-lhe a carta de 7 de Março de 1584, pela qual, havendo respeito aos seus serviços na matéria da sucessão do reino e ao bom modo com que nêlo procedeu, lhe fez doação de juro e herdade das vilas de Valhelhas e Almendra, com as jurisdições (1). Foi alcaide mor da Covilhã e Penamacor, capitão de Tânger (2), do conselho de Estado e mordomo da Rainha D. Margarida de Áustria, e morreu a 3 de Fevereiro de 1618 (3). «Fue muy entendido, y grande Cortesano, sus palabras y conversacion eran de rara agudeza, y muy sentenciosas» (4). Êste Conde, achando-se unicamente com filhas, obteve licença régia para nomear sucessor à sua casa seu parente Francisco de Sousa e Vasconcelos, alcaide mor de Pombal, com a condição de casar com sua neta, D. Mariana de Lancastre. Morreu porém Francisco de Vasconcelos antes de efectuado o casamento, e seu irmão e sucessor na casa, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, foi ainda substituído na vocação, casou com D. Mariana e foi 2.º conde de Castelo Melhor, como veremos.

IV

ALCAIDES MORES DE POMBAL
CONDES E MARQUESES DE CASTELO MELHOR

De João Rodrigues Ribeiro, 3.º senhor de Figueiró, foi filho segundo Pero de Sousa Ribeiro, alcaide mor e comendador de Pombal na Ordem de Cristo.

A favor dêste filho haviam seus pais instituído, no ano de 1475, uma capela a qual lhe foi confirmada por carta de 5 de Maio de 1496 (5). Antes disso havia o pai, João Rodrigues de Vasconcelos (6), traspasado neste filho

regaram no tempo de sua sucessão naquele reino [de Portugal] e aos anos que há, que serve a Rainha, minha mulher, de seu mordomo e a satisfação com que o faz, e desejando por tudo isto e pela qualidade de sua pessoa e casa, etc. Carta do título de conde da vila de Castel Melhor, da qual êle é donatário etc. — *Chancelaria de Felipe II*, liv. 23.º de *Doações*, fl. 272.

(1) *Chancelaria de Felipe I*, liv. 5.º de *Doações*, fl. 219.

(2) Não há dúvida de Rui Mendes de Vasconcelos haver sido capitão de Tânger, assim o declara terminantemente um alvará de 12 de Setembro de 1631 logo citado.

(3) P.º Sousa, *Historia genealogica*, XII, 410.

(4) Salgado de Araújo, *Sumario de Vasconcelos*, fl. 65 v.

(5) *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 27.º, fl. 79.

(6) Repetí aqui o nome de João Rodrigues com o apelido de Vasconcelos, pois com êle aparece neste documento, encontrando-se no precedentemente citado com o de Ribeiro. Era indistintamente nomeado com qualquer dos dois apelidos e até, caso curioso, no mesmo diploma, p. ex.: D. João II confirmou, em 1482, a João Rodrigues de Vasconcelos a carta de padrão de 9.000 rs. concedida por D. Afonso V, em 1460, a João Rodrigues Ribeiro. — *Chancelaria de D. João II*, liv. 6.º, fl. 83.

uma tença de vinte e cinco mil reais brancos, a qual foi confirmada a Pero de Sousa Ribeiro, já então fidalgo da casa del Rei, por carta de 12 de Maio de 1487 (1). A mãe veio êle a suceder nos casais de Ansião, que por sua morte lhe foram prometidos, por carta de 20 de Fevereiro de 1493 (2); e finalmente herdou do pai a quinta da Guarda e a feira da Mouta Santa, cujos privilégios lhe foram confirmados por carta de 10 de Maio de 1497 (3). As suas tenças trocou Pero de Sousa Ribeiro com D. Manuel pela alcaidaria mor de Pombal e outras rendas na vila; mas reconheceu-se haver êle prejuízo e foi-lhe compensado por uma tença de doze mil reais brancos, consignada numa carta de padrão de 8 de Outubro de 1501, na qual é intitulado do conselho del Rei e alcaide mor de Pombal (4). Foi sepultado no pavimento da capela do Santo Sepulcro da igreja de Santa Maria do Castelo de Pombal, gravando-se na campa o seguinte epitáfio: *Aqui jaz Pero de Sousa Ribeiro e D. Joana de Lemos sua m^{er} Faleceo no anno de 1502* (5). Há êrro nesta data pois êle ainda vivia, como veremos, em fins de 1505.

D. Joana de Lemos era filha de Gomes Martins de Lemos, senhor da Trofa, e ainda vivia em 1514, tendo por ela recebido uma sua tença dêste ano seu filho Lopo de Sousa Ribeiro (6).

Pero de Sousa Ribeiro foi um dos poetas palacianos de mais nomeada, não tanto talvez pela qualidade das composições, como pela quantidade; a seguinte *Cantiga* não deixa contudo de ter poesia:

Aperfya meu cuydado
comyguo, sem me deyxa,
tanto, que seraa forçado,
se dura, de me matar.

(1) Encontro mais três tenças registadas a favor de Pero de Sousa Ribeiro: uma de 30.000 rs. por carta de 8 de Janeiro de 1485, feita por Pantalhão Dias; outra de 15.000 rs., por carta de 27 de Março de 1493; e a terceira de 15 moios de pão, 10 de trigo e 5 de segunda, a qual lhe dera D. Manuel em sendo Duque, e lha confirmou por carta de 24 de Abril de 1497. Esta está registada no liv. 3.º da *Chancelaria*, fl. 113 v., e as outras três, contando com a do texto, foram todas confirmadas por cartas de 5 de Maio de 1496, registadas no liv. 27.º, fls. 83 e 83 v.

(2) *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 13.º, fl. 36 v.

(3) *Ibidem*, liv. 12.º, fl. 16.

(4) *Ibidem*, liv. 38.º, fl. 91.

(5) D. António Caetano de Sousa, *Memorias sepulchraes*, fl. 183 v.

(6) Por desembargo de 12 de Setembro de 1520 foi mandado pagar a Lopo de Sousa Ribeiro 60.000 rs. das tenças dos anos de 1513 e 1514 que sua mãe D. Joana de Lemos havia da Excelente Senhora (Lousada, *Sumários*, I, 353 v.). Êste Lopo de Sousa Ribeiro foi progenitor de um obscuro ramo de Vasconcelos em Pombal, já extintos na varonia, segundo creio.

Nunca me deyxá tristeza,
de a ter tenho rrezam,
poys vejo meu coraçam
contra mym em tal firmeza.
Fazme ser desesperado
tal vyda sem esperar,
tanto, que seraa forçado,
se dura, de me matar. (fl. 193, col. 1.)

Grande celeuma provocaram na côrte uns apodos por êle dirigidos «a estes casados abaixo nomeados, que andavã damores, e partiasse elrrey cõ a rrainha pera Almeirim». Passou-se o caso no outono de 1505 (1) e vieram os casados, desesperados por lhes descobrirem o jôgo, e outros solteiros apodar a Pero de Sousa Ribeiro, «em paguo destas trovas que fez por seus pecados». Começou João Fogaça por lançar um pregão em nome do Corregedor da côrte:

Pague tres mil em dinheiro
quem daqui atee janyro
em outra cousa falar,
se nam em rryr τ trovar
Pero de Sousa Ribeyro.

A quem souber envençam,
jeytos, trajos τ gybam
dilo aa loguo sso pena
de pagar aquela pena
que sse contem no rrifam.
E como passar janyro
poderaa qualquer obreyro
dy avante trabalhar,
que nã mandã mays goardar
Pero de Sousa Ribeyro. (fl. 172, col. 3.)

Até fizeram tomar parte nos motejos às donzelas da infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel, e às damas da rainha D. Leonor, viúva de D. João II, e quem por elas trovou, por elas de certo inspirado, foi cruel. Disseram as donzelas:

Avemos dele gram doo
fidalguo velho τ onrado,
em triste dia minguoado,
naceo ele em Figueyroo.

(1) Na *Crítica e história*, pág. 188, marquei o tempo para a composição destes apodos entre 12 de Dezembro de 1499 e 30 de Setembro de 1506; agora porê, posso precisar a data, pois sei que dentro daquele período só em Outubro de 1505, fugindo à peste, se ausentara a côrte para Almeirim. As averiguações cronológicas sôbre o itinerário da côrte, a que tive de proceder para a *Vida de Gil Vicente*, deram-me aquele conhecimento.

Loguo disse hũ feitiçeiro
 que avia num janeiro
 hũ gram trabalho passar
 que er escusado criar
 Pero de Sousa Ribeiro. (fl. 173, col. 3.)

As donzelas, raparigas novas, encareceram na sua idade, que não devia ser muito avantajada; vieram a seguir as damas sisudas e atacaram o físico:

A todas muito nos pesa,
 por assy sser esta cousa,
 triste de Pero de Sousa,
 que tomou tã maa empresa.
 Com sseu olho rremeleyro
 τ na mão o sseu babeyro,
 ca o viamos entrar
 antes do demo tomar
 Pero de Sousa Ribeyro. (fl. 173, col. 3.)

; Pobre Pero de Sousa Ribeiro! succedeu-te como a muitos outros, foste buscar lá e vieste tosquiado.

Passou êle a sua vida na côrte, só se ausentando dela para estar em Pombal e é desacêrto grande confundí-lo com Pero de Sousa, enviado por Afonso V a França a notificar a Luís XI a sua partida para lá (1). Êste era o que foi em Castela alcaide de Seabra e em Portugal vedor da casa de Afonso V.

De Pero de Sousa Ribeiro e D. Joana de Lemos foi trineto Luís de Sousa de Vasconcelos, 4.º alcaide mor e comendador de Pombal (2). Casou com D. Maria de Moura, dama da rainha D. Margarida de Áustria, filha de Fernão Rodrigues de Almada, provedor da Casa da Índia (3) e neta de Rui Fernandes, o famoso feitor em Flandres e hábil diplomata nas côrtes do norte (4). Dêste consórcio nasceram, entre outros, Francisco de Sousa de Vasconcelos e João Rodrigues de Sousa e Vasconcelos, ou João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, como passou a chamar-se depois de succeder na casa de Castelo Melhor.

Francisco de Sousa e Vasconcelos succedeu a seu pai na alcaidaria mor e

(1) Pina, *Chronica de D. Afonso V*, pág. 567.

(2) Confirmada a comenda por carta de 14 de Março de 1597. — *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 11.º, fl. 418.

(3) Pelos muitos serviços de Fernão Rodrigues de Almada, que Deus perdoi, foi dado, em 16 de Junho de 1598, um alvará de lembrança a Luís de Sousa e Vasconcelos casado com D. Maria de Moura, filha de Fernão Rodrigues, para a comenda e alcaidaria mor de Pombal ficarem por seu falecimento a seu filho mais velho. — *Ibidem*. liv. 13.º, fl. 301 v.

(4) Cfr. *Noticias da Feitoria de Flandres*, passim.

comenda de Pombal por cartas de 7 de Outubro de 1616 (1); pouco tempo porêem gozou delas, porque já em 1621, por sua morte, foram dadas a seu irmão João por cartas de 6 de Setembro, atendendo a ficar sua mãe pobre e com muitos filhos (2).

Havia Rui Mendes de Vasconcelos, 1.º conde de Castelo Melhor, em atenção aos seus muitos serviços no tempo das alterações do reino e sucessão dêle, e quando foi capitão de Tânger, e no cargo de mordomo de Felipe II e da Rainha sua mãe, alcançado um alvará régio para poder nomear a sua casa e título em um seu parente, com a condição de çasar com uma sua neta por êle escolhida. Nomeou em primeiro lugar a Francisco de Vasconcelos e, no caso dêle falecer, a seu irmão João Rodrigues, para lhe sucederem na casa, casando com sua neta D. Mariana de Lancastre (3). Morreu Francisco de Vasconcelos, sucedeu-lhe na pretensão seu irmão João, mas sobrevieram vários pretendentes à sucessão da casa: o conde da Calheta João Gonçalves da Câmara, neto do 1.º Conde de Castelo Melhor, a Condessa da Calheta, mãe do Conde, e o Procurador da Coroa; todos porêem, ao cabo de anos de duração da demanda, foram excluidos por sentença do Juizo da Coroa e Casa da Suplicação. Então, treze anos depois da morte do Conde de Castelo Melhor, foi dado em Madrid, a 12 de Setembro de 1631, um alvará a João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa a fim de nêle haverem efeito, conforme a nomeação do Conde, as mercês a êste concedidas, com a condição, para evitar a revista da sentença e facilitar a entrada imediata, logo após a celebração do casamento, na posse dos bens, de pôr em Pernambuco uma companhia de trezentos homens lá pagos à sua custa durante seis meses. Ainda se protraiu por mais alguns anos a decisão definitiva da sucessão, até que, em virtude de João Rodrigues de Vasconcelos ter largado à fazenda rial cinco contos e tanto do depósito das comendas do Conde de Castelo Melhor, para se desobrigar dos trezentos homens a enviar a Pernambuco, e visto estar casado com D. Mariana de Lancastre, foi-lhe dada a carta de 18 de Julho de 1635 do título de conde de Castelo Melhor, em sua vida (4), seguindo-se àquele diploma outros de doação das terras de Valhelhas e Almendra, da alcaidaria mor de Penamacor, etc.

Num papel de diferente letra intercalado no tom. II do *Nobiliário* de

(1) *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 15.º, fls. 55 e 56.

(2) *Ibidem*, liv. 22.º, fls. 34 v. e 35.

(3) Não encontrei registado nem transcrito o respectivo alvará de mercê ao Conde de Castelo Melhor; depreende-se porêem o que digo no texto do teor do alvará passado em Madrid, a 12 de Setembro de 1631, adiante citado.

(4) *Chancelaria de Felipe III*, liv. 26.º de *Doações*, fl. 258.

D. Jerónimo de Ataíde da biblioteca de Castelo Melhor, escrito por pessoa de casa entre os anos de 1653 e 1657 e portanto muito antes da composição do *Portugal restaurado*, lêem-se as seguintes notas biográficas por mim há tempos copiadas:

«Saiu João Rodrigues de Vasconcelos a servir no ano de 38 por soldado da companhia de seu irmão Nicolau de Sousa, de que era general D. Fernando Mascarenhas, conde da Tôrre, e com êle se achou na peleja que teve no ano de 40, no mês de Janeiro, com os Holandeses quatro dias nas costas de Paraíba; e, indo derrotado parar à Índia, sucedeu que em Cartagena foi prêso por se querer levantar com os Portugueses, que ali se achavam em companhia do general de Portugal D. Rodrigo Lobo, e trazerem a êste reino os galeões e pelejarem com a frota dos Castelhanos. Tendo isto assim dispôsto, o descobriu um António de Azevedo, capitão de infantaria, filho de Tomé de Azevedo, procurador que foi do povo de Lisboa. E prêso o dito Conde e seus camaradas e criados o condenaram à morte e lhe deram tormento para efeito de descobrir os cúmplices e, porque negou tudo, sofrendo com grande constância, lhe concederam apelação para Castela. Sabendo-se em Portugal êste successo, o mandou el Rei D. João 4.^o buscar em uma fragata a instâncias da Condessa D. Mariana, sua mulher, e tudo se fez com tanto acêrto que se obrou como desejava, porque o Conde saiu de um castelo, em que estava prêso com sentinelas e rondas, e dous criados, descendo pela muralha por uma corda, e se meteu numa lancha que lhe estava prevenida de um navio de corsários holandeses que, arrependidos de haverem roubado a fragata que ia buscar o Conde, se ofereceram para o trazerem a êste reino, como em efeito o trouxeram, padecendo grandíssimas tormentas e evidentes perigos de poderem dar em terra de Castelhanos, obrigados de algum naufrágio (1). Chegou finalmente o Conde a êste reino, havendo quatro anos que dêle saíra. El Rei D. João lhe fez particulares honras e favores, respeitando o que tinha padecido por seu respeito, e assim lhe deu a comenda de Santa Maria de Beja da Ordem de Avis e o mandou governar as armas da província de Entre Doiro e Minho, d'onde tomou a praça de Salvaterra de Galiza duas vezes, e da segunda a fortificou e defendeu a um grande poder de Galegos e Castelhanos, com que o cardial Spinola, vice rei da Galiza, o veio investir de noite e de dia várias vezes até que, desenganado à custa de muito sangue, deixou a empresa e fez com que aquela praça, a de Salvaterra, que ganharam as armas del rei D. João, se conservasse em sua obediência. Depois o mandou el Rei vir governar as armas do Alentejo e o fez

(1) Todos estes successos são narrados, com muitos mais pormenores, pelo Conde da Ericeira no *Portugal restaurado*, I, págs. 174 a 184.

do seu conselho de Guerra, d'onde assistiu o ano de 45 e querendo surpreender a praça de Badajoz o conseguia, se não fôra que os que o haviam de ajudar lhe faltaram, como foi notório; e dos mesmos inimigos constou, que a praça se levara sem dúvida, segundo estava desapercebida. D'aquí o tornou a mandar el Rei a governar o Minho com tenção de fazer a guerra em Galiza, com poder groço, e últimamente, no ano de 49, o mandou a governar o Brasil, onde foi, levando a seu cargo a armada da Companhia Geral, e foi aquela que meteu socôrro em Pernambuco, pelejando com os Holandeses, depois que lhes occuparam aquela capitania e, governando o estado do Brasil três anos e dez meses, se veio a êste reino (1)».

Nomeado pela segunda vez governador das armas da provincia de Entre Doiro e Minho, para lá partiu o Conde de Castelo Melhor em 1657, em tempo de guerra acesa. Lá morreu a 13 de Novembro do ano seguinte e foi sepultado no convento de Santo António de Ponte de Lima, na mesma capela onde jazia sua parenta por Vasconcelos, D. Joana de Meneses, senhora da casa de Mafra e viscondessa de Vila Nova da Cerveira (2).

D. Mariana de Lancastre, condessa de Castelo Melhor, era filha de Simão Gonçalves da Câmara, 3.º conde da Calheta e 7.º capitão donatário do Funchal, e de sua segunda mulher, D. Maria de Meneses e Vasconcelos, dama da rainha D. Margarida de Áustria, e filha mais velha de Rui Mendes de Vasconcelos, 1.º conde de Castelo Melhor. D. Mariana de Lancastre foi, depois de viúva, camareira mor da rainha D. Maria Francisca de Saboia e marquesa de Castelo Melhor, entrando em funções logo após o desembarque da Rainha em Agosto de 1666. Dez anos antes havia morrido sem descendência seu irmão João Gonçalves da Câmara, 4.º conde da Calheta, e a Condessa de Castelo Melhor, que d'então por diante se passou a chamar D. Maria de Lancastre de Vasconcelos e Câmara, sucedeu, em virtude de sentença, nos seus bens e já em 22 de Dezembro de 1667 estava de posse da capitania do Funchal (3). Por esta forma vieram a unir-se as duas casas de Castelo Melhor e da Calheta, o que Rui Mendes de Vasconcelos pretendia evitar.

Dos 2.ºs Condes de Castelo Melhor foi filho sucessor Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde de Castelo Melhor, famoso ministro de Afonso VI e um dos mais notáveis homens de Estado de Portugal. Desterrado do reino, vítima de uma cabala de côrte, para cá voltou só no ano de 1686 em virtude de licença de D. Pedro II, «logrando ElRey — diz um contemporâneo — nesta

(1) Não conservei a ortografia do original, nem mantive a sua pontuação.

(2) Fr. Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da provincia da Conceição*, tom. II, liv. 1.º, § 51.

(3) *Chancelaria de D. Afonso VI*, liv. 4.º, fl. 226 v.

deliberação a aceitação commua, porque os signalados serviços, que o Conde de Castel Melhor havia feito a sua Patria, eraõ merecedores de não acabar a vida fóra dela» (1). Nos seus descendentes se continuaram as casas de Castelo Melhor e da Calheta e se repetiram os títulos de conde duma e doutra vila (2). A seu filho primogénito, José de Caminha de Vasconcelos e Sousa, 4.º conde de Castelo Melhor, foi feita mercê do título de marquês da mesma vila, de juro e herdade, com duas vidas fora da Lei-Mental, por carta de 2 de Outubro de 1766, em troca das capitánias das ilhas da Madeira e de Santa Maria, com as suas jurisdições (3).

O 5.º e último marquês de Castelo Melhor, João de Vasconcelos e Sousa Câmara Caminha Faro e Veiga (4), morreu em 11 de Janeiro de 1878, deixando descendência legitimada, pelo que a representação da casa passou a sua irmã, a 6.ª Marquesa, já defunta, e desta a sua filha a senhora Viscondessa da Varzea (5). A representação da casa de Castelo Melhor perdeu a sua antiga varonia de Vasconcelos, esta porém ainda se conserva em alguns parentes do falecido Marquês, um dos quais é o actual Conde de Figueiró. Não valeu a Rui Mendes de Vasconcelos, 6.º senhor de Figueiró, excluir da sucessão da sua casa aos Vasconcelos, posteriormente condes de Castelo Melhor. Na casa não entraram êles, mas com o título já tẽem sido enobrecidos dois: o actual, e anteriormente Luís José de Vasconcelos e Sousa, por despacho de 17 de Dezembro de 1808 (6), filho segundo do 1.º Marquês de Castelo Melhor e vice rei do Brasil, falecido em 1809.

As armas do 1.º Conde de Castelo Melhor foram unicamente as dos Vasconcelos; as do 2.º e 3.º eram esquarteladas: o I e IV de negro, três fexas veiradas de prata e vermelho; o II das armas do reino; o III de vermelho, caderna de crescentes de prata. São as armas dos Vasconcelos e metade das dos Sousas de Arronches. Posteriormente, absorvida a casa da Calheta,

(1) Conde da Ericeira, *Portugal restaurado*, II, 876.

(2) Afonso de Vasconcelos e Sousa, filho primogénito do 3.º Conde de Castelo Melhor, foi o 5.º conde da Calheta, por carta de 27 de Junho de 1690, em verificação de uma das vidas que sua casa tinha (*Doações de D. Pedro II*, liv. 20.º, fl. 337). 6.º Conde da Calheta foi seu neto Antonio de Vasconcelos e Sousa, por carta de 3 de Outubro de 1766 (*Mercês de D. José*, liv. 3.º, fl. 315 v.); 7.º conde, o primogénito do 2.º Marquês de Castelo Melhor, despacho de 6 de Maio de 1793 (*Gazeta*, de 11).

(3) *Mercês de D. José*, liv. 3.º, fl. 315.

(4) Decreto de 6 de Abril de 1859.

(5) Em seu marido o Visconde da Varzea, foi renovado o título de marquês de Castelo Melhor.

(6) *Gazeta de Lisboa*, de 21 de Abril de 1809, 1.º Suplemento.

traziam o escudo partido: o I de Vasconcelos; o II de Câmaras, de negro tôrre de prata entre dois lobos assaltantes de oiro, tudo dispôsto sôbre um cabeço cosido de verde em ponta (1). Últimamente traziam: esquartelado: o I e IV de Vasconcelos; o II de prata, aspa de vermelho carregada de cinco escudetes das armas do reino (*Faro*); o III de Câmara. Coroa de marquês. Timbre: o lião dos Vasconcelos.

Assim se viam no soberbo palácio dos Marqueses, em Lisboa, no lado poente da actual praça dos Restauradores. O palácio foi adquirido pela Companhia Rial dos Caminhos de Ferro Portugueses, juntamente com outros terrenos próximos, para neles fazer a estação central de Lisboa e o túnel que liga esta com as redes das linhas daquela Companhia. No palácio porém não se boliu, e foi posteriormente cedido pela Companhia ao Marquês da Foz. Tudo isto se passou pelos anos de 1889.

O Marquês da Foz restaurou o palácio, que estava longe de ser ver acabado, e restaurou-o com aprimorado gôsto e rigoroso estilo. Na escada monumental, na sala de baile, no *hall*, na casa de jantar, na livraria, em tudo, revelou o Marquês a sua fina capacidade artística. Ali, os quadros, as tapeçarias, os mármorees, os bronzes, as loiças, a talha, a marcenaria, tudo está no seu lugar, tudo é bom, nada discorda, nem vexa com a opulência ruidosa de muito ricasso moderno.

No lugar das armas do Marquês de Castelo Melhor ainda hoje se vêem as do Marquês da Foz: escudo esquartelado: o I de azul, cinco flores de lis de oiro (*Guedes*); o II de oiro, fretado de vermelho (*Correia*); o III esquartelado de prata, com seis crescentes de vermelho, e da mesma, com lião de púrpura, armado e linguado de vermelho (*Queirós*); o IV de azul, lião de oiro, armado e linguado de vermelho (*Castelo Branco*). Coroa de marquês. Timbre: penacho de três plumas de vermelho.

O Marquês da Foz morreu em 29 de Outubro de 1917, tendo vendido o palácio em 1908. Acha-se hoje aquela antiga e artística residência transformada em casas de jôgo, escritórios comerciais, cinematógrafos e lojas, tendo

(1) As armas dos Câmaras foram concedidas a João Gonçalves de Câmara de Lobos por carta de 4 de Julho de 1460 (*Armaria portuguesa*, 104). Com as armas deu-se-lhe o apelido. Parece pois não poder haver diferenças neste brasão, pois há-as e grandes. No *Livro da Torre do Tombo*, fl. 41, vem êste escudo com o campo de verde, a tôrre coberta de prata e cruzada de oiro, os lobos de sua côr, e sem o cabeço em que tudo deveria assentar. E não aparece só neste livro o escudo por esta forma, mas também assim se encontra numa carta de brasão de 18 de Julho de 1533 (liv. 45.º de *Doações de D. João III*, fl. 52 v.). Mais ainda: os Condes da Ribeira Grande, também Câmaras, usam as armas e creio que sempre as usaram com estas diferenças, e mesmo não sei, se os próprios Condes da Calheta e os Castelos Melhores seus sucessores assim o não fariam.

uma delas, com consentimento do actual proprietário e cumplicidade de um arquiteto, destruído, com ornamentos de péssimo gôsto, a harmónica, regular e majestosa fachada.

Das casas de Figueirô e de Castelo Melhor saíram vários ramos: uns que viveram no Pombal, outros na côrte, e entre êstes uma curta varonia da casa de Lumiarés, e as dos Condes das Alcáçovas, dos Marquesses de Belas e dos Condes da Figueira.

Conta o P.^o António Cordeiro na *Historia Insulana* (1), que el Rei mandara à Madeira quatro fidalgos para casarem com as quatro filhas de João Gonçalves Zarco, o 1.^o capitão donatário do Funchal, sendo um dêles Martim Mendes de Vasconcelos. Não se sabe ao certo cujo filho fôsse, supondo-se ser dos verdadeiros Vasconcelos; sabe-se contudo haver-se realizado o casamento dêle com Helena Gonçalves da Câmara, filha do Zarco, e terem provindo dos dois os Vasconcelos da Madeira e os dos Açores, de todos os quais não sei se ainda a varonia permanecerá lá por aqueles arquipélagos.

Também é de duvidosa filiação um Mem Rodrigues de Vasconcelos, que passou a viver à ilha Graciosa, onde deixou geração. Dêste Mem Rodrigues foi filha Constança de Mendouça, mulher de Alvaro de Ornelas, instituidor do morgado do Caniço na ilha da Madeira em 1499. Os seus descendentes chamaram-se Ornelas de Vasconcelos; foi últimamente seu representanté e senhor do morgado, o digno par do reino Agostinho de Ornelas de Vasconcelos, nosso ministro em S. Petersburgo, falecido a 6 de Setembro de 1901, e um dos poucos que lerião esta seca. Se por êste seu ascendente, Mem Rodrigues de Vasconcelos, se não pode precisar como se entronca a família dos morgados do Caniço nos verdadeiros Vasconcelos, por outro avô bem mais antigo se sabe, que dêles provieram.

Fernão Fernandes de Dornelas, senhor da tôrre e quinta do Oiteiro e de toda a circunjacente frêguesia do Salvador de Dornelas, a qual foi o solar e deu o apelido a esta casa, era filho de João Fernandes Franco e de Teresa Anes, filha de João Peres de Vasconcelos, o João Tenreiro atrás falado.

As armas antigas dos Ornelas eram: de oiro, três flores de lis de vermelho (2). As armas modernas são: de azul, banda cosida de vermelho, carregada de três flores de lis de oiro, postas no sentido da banda que é acom-

(1) Liv. 3.^o, cap. 10, § 72, e liv. 6.^o, cap. 44, § 467.

(2) Agostinho de Ornelas de Vasconcelos na notícia biográfica anteposta às *Obras de D. Ayres d'Ornellas de Vasconcellos, arcebispo de Goa*, pág. 11.

panhada de duas sereias cosidas de sua côr, com o espêlho de prata e o pente de oiro (1). Timbre: uma das sereias (2).

Como os Ornelas de Vasconcelos várias outras famílias tem havido derivadas dêste tronco por uma senhora; lembra-me agôra dos Almeidas de Vasconcelos, condes da Lapa, dos Vasconcelos Leites da casa das Carvalheiras em Braga, e dos morgados de Fontelas no campo de Coímbra.

V

MORGADOS DO ESPORÃO, CONDES DE FIGUEIRÓ

«Alvaro Mendez do Esporão, homê bem honrrado e muito bõ cavaleyro», segundo dêle escreve um autor contemporâneo de seus filhos (3), é certo ter-se chamado de Vasconcelos, como adiante veremos, e ter sido irmão de João Mendes de Vasconcelos, como declara um documento (4). Contemporâneos existiram na comarca de Entre Tejo e Odiana dois Vasconcelos (meus conhecidos) de nome João Mendes.

Um, morador em Elvas, era casado com uma irmã de Álvaro de Abreu e de Rui de Abreu, os quais lhe haviam dado em casamento com ela uma herdade coutada no termo da vila. Consta de uma carta de D. Afonso V aos juizes de Elvas, mandando-lhes declarar as coimas consignadas no primitivo instrumento de couto, pois ao confirmá-lo esquécera apontá-las. A carta é de 23 de Março de 1453, o instrumento da vereação designando as coimas é de 7 do mês seguinte e a nova confirmação régia só foi dada a 6 de Fevereiro de 1459, sendo mandada livrar «por Fernão da Silveira, seu coudel mor, que ora tem cargo por seu especial mandado de escrivão da sua puridade». Foi finalmente esta carta apresentada por Gonçalo Pereira, cavaleiro

(1) *Livro do Armeiro mor*, fl. 109, *Livro da Torre do Tombo*, fl. 23 v., cartas de brasão de 1513 e 1533 (*Chancelaria de D. Manuel*, liv. 11.º, fl. 43 v. e *Chancelaria de D. João III*, liv. 45.º de *Doações*, fl. 52 v.). Existe uma carta de brasão de 7 de Agosto de 1537 (*Chancelaria de D. João III*, liv. 23.º de *Doações*, fl. 95 v.) na qual as sereias se encontram mais conformes com as regras heráldicas por serem esmaltadas de oiro.

(2) Todos os citados na nota precedente menos o *Livro do Armeiro mor*, que não traz timbres.

(3) *Livro das obras de GARCIA DE RESENDE que trata da vida e grandissimas virtudes... do... principe elRey dom João o segundo*, cap. 144, fl. 91.

(4) Carta de brasão de 3 de Abril de 1533 concedida a Diogo Gil de Vasconcelos, natural de Montemor o Novo, filho legítimo de... Leonor Mendes de Vasconcelos e neto de João Mendes de Vasconcelos, irmão de Álvaro Mendes de Vasconcelos do Esporão. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 45.º de *Doações*, fl. 63.

da casa del Rei, e a êle confirmada, salvo quanto ao caçar e ao pescar, por carta de 13 de Fevereiro de 1487, feita por Fernão de Pina, sem se declarar como a herdade viera parar à posse do apresentante (1). Álvaro e Rui de Abreu eram filhos de Martim Rodrigues de Abreu. O primeiro foi cavaleiro da casa do infante D. Henrique e dêle há noticia em vários anos entre os de 1448 e 1461 (2). Não creio que êste Joane Mendes de Vasconcelos tivesse sido o irmão de Álvaro Mendes do Esporão, antes me inclino de preferência para o a seguir apontado.

A 11 de Fevereiro de 1450, na casa da Câmara de Elvas, sendo lá reunida a vereação, pareceu Joane Mendes de Vasconcelos, morador em Évora, filho de Mem Rodrigues de Vasconcelos, e lhes disse, que bem sabiam como seu pai havia no termo da vila, onde chamam o Azinhal, uma herdade coutada adquirida por compra de Martim Gonçalves do Carvalhal, «seu avô», de Joane Mendes parece mais provável, apesar de estar em conflito com a gramática, e pede para lha defenderem e coutarem, como sempre fôra, havia mais de cem anos. Concordou a vereação, deu a Joane Mendes o respectivo instrumento e êste teve confirmação régia em 30 de Março de 1450 (3). No caso, muito provável se me afigura, dêste Joane Mendes de Vasconcelos haver sido o irmão de Álvaro Mendes de Vasconcelos, do Esporão, vinha êste a ser filho de um Mem Rodrigues de Vasconcelos e assim explicada a tradição conservada pelos genealogistas dos morgados do Esporão descenderem do outro famoso D. Mem Rodrigues de Vasconcelos, mestre de Santiago.

Na verdade porém a filiação e ascendência de Álvaro Mendes do Esporão é muito duvidosa. Uns dizem que êle era filho de uma filha do sobredito Mestre de Santiago, e desta opinião parece ter sido o cronista mor Fernão de Pina; outros afirmam ser êle neto do mesmo Mestre por um seu filho. Inclinarme-hia mais à primeira versão, pois me não palpita que fôsse grande a nobreza do pai de Álvaro Mendes; mas, como D. António de Lima, direi nada se poder afirmar, pois «não consta de certeza alguma por papéis, crónicas, ou leitreiros, destes netos do Mestre e só fica isto em opinião» (4).

Álvaro Mendes de Vasconcelos, cavaleiro da casa do Conde de Guimarães e morador em Evora, apresentou a D. Afonso V certas escrituras pelas quais mostrou haver sido pelos reis seus antecessores defesa e privilegiada a sua terra chamada do Esporão, no termo de Monsaraz; e apresentou mais um

(1) *Chancelaria de D. João II*, liv. 19.º, fl. 7, onde por engano se datou do ano de 1443 a apresentação em vereação da carta régia.

(2) Vitorino de Almada, *Concelho de Elvas*, I, 353.

(3) *Chancelaria de D. João II*, liv. 10.º, fl. 11 v., transcrita noutra de confirmação.

(4) *Nobiliario*, fl. 116 v. *mih*.

alvará de couto para a referida herdade concedido pelo mesmo Rei. Com estes documentos requereu se lhe mandasse passar carta em forma, e obteve-a a 16 de Agosto de 1468 (1).

Por este documento vê-se que, se Álvaro Mendes nos nobiliários e crônicas é comumente chamado do Esporão, não obsta isso, a que o seu verdadeiro apelido fôsse o de Vasconcelos; mas também se vê, que a sua posição na côrte era um tanto subalterna, criado de um grande senhor. É verdade que depois, numa carta de padrão de vinte e cinco mil reais de tença, passada em 18 de Junho de 1484, já é intitulado fidalgo da casa del Rei (2). Notarei uma coisa, para não passar despercebida. Aquele Conde de Guimarães, de quem Álvaro Mendes do Esporão era cavaleiro em 1468, sucedeu dez anos depois na casa de Bragança e foi o Duque desditosamente degolado na praça de Évora, em 20 de Junho de 1483. Um ano depois, dia a dia quási, era concedida ao antigo criado da vítima, não direi inocente, daquela tragédia e pelo próprio severo Rei que a delineou, a referida tença de vinte cinco mil reais, pelos muitos serviços pelo agraciado prestados, tanto a D. Afonso V, como a D. João II, assim nas partes de África, como nas guerras passadas de Castela. Será apenas uma coincidência e bem possível é, que muitos anos tivessem já decorrido depois de Álvaro Mendes haver largado o serviço de D. Fernando de Bragança.

Proveio a alcunha do Esporão, pela qual Álvaro Mendes de Vasconcelos é designado, da posse da herdade daquele nome havida por êle em casamento.

Em 1427 Teresa Anes da Fonseca, viúva de Fernão Lopes Lobo, irmão de Diogo Lopes Lobo, 1.º senhor de Alvito, achando-se sem filhos, instituiu o morgado do Esporão, no termo de Monsaraz, com a obrigação de certas missas na Sé de Évora, e chamou para seu primeiro administrador a seu sobrinho Gonçalo Rodrigues da Fonseca (3).

Fernão Lopes Lobo fôra cavaleiro e morador em Évora; possuira três herdades no seu termo junto ao Enxarrama, confrontando entre outros prédios com uma herdade de Gonçalo Rodrigues da Fonseca; e para elas alcançara, em 27 de Março de 1457 (1419), carta de couto (4). Foi esta carta confirmada por sua morte a seu filho Nuno Fernandes Lobo, escudeiro e vasalo del Rei, por cartas de 12 de Dezembro de 1434 e 13 de Abril de 1439 (5).

(1) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28.º, fl. 82 v.

(2) *Chancelaria de D. João II*, liv. 22.º, fl. 5.

(3) Diogo Gomes de Figueiredo, *Nobiliario genealogico*, II, 481 mihi; D. Francisco de Meneses, *Familias de Portugal*, I, fl. 310 mihi.

(4) *Chancelaria de D. João I*, liv. 4.º, fl. 35 v.

(5) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20.º, fl. 16 v.

Quanto a Gonçalo Rodrigues da Fonseca sei que, sendo escudeiro, vassalo del Rei e morador em Évora, obteve, em 8 de Março de 1427 (1389), carta de legitimação para seu filho Álvaro Gonçalves, havido de Margarida Afonso, sendo pai e mãe solteiros (1). Sei mais que seu meio irmão, Pedro Afonso Vilela, filho de sua mãe Caterina Pires e de seu segundo marido João Afonso, escrivão que fôra da rainha D. Leonor, lhe fez doação de todos seus bens, doação confirmada por D. João I em 11 de Junho de 1442 (1404) (2). Ainda mais sei que, por carta de 11 de Agosto de 1446 (1408), dada em Sintra, lhe foi coutada uma herdade no termo de Évora, onde chamam a Sitima (3), a qual por sua morte veio a pertencer a Leonor Gonçalves (sua filha?) e dela passou a seu filho Martim Casco, morador em Évora, a quem foram confirmados os privilégios da herdade por carta de 25 de Janeiro de 1447 (4).

Gonçalo Rodrigues da Fonseca, o primeiro chamado para a administração do morgado do Esporão, morreu antes de nela suceder, e por morte da instituidora meteu-se de posse dos bens do vínculo seu enteado Nuno Fernandes Lobo. Disputou-lhe a posse Álvaro Gonçalves da Fonseca, filho legitimado do primeiro nomeado para a sucessão, e alcançou a administração do morgado por sentença do ano de 1475 do corregedor da côrte, João Mendes Aguado (5). Este Álvaro Gonçalves da Fonseca, 1.º administrador legítimo do morgado do Esporão, casou com Caterina Ribeiro e foram pais de Leonor Ribeiro da Fonseca, 2.ª senhora do morgado e mulher, segunda, dizem os nobiliários, de Álvaro Mendes de Vasconcelos, em cujos descendentes se continuou a posse do vínculo.

Ainda casou Álvaro Mendes uma terceira vez, agora com Aldonça Martins Loba a quem, sendo já viúva, foram confirmados, por carta de 11 de Agosto de 1490, os privilégios da herdade no sítio do Azinhal, termo de Elvas, já lá acima mencionada, a qual pertencera a João Mendes de Vasconcelos e a seu pai Mem Rodrigues de Vasconcelos (6). Como viera esta herdade a pertencer a Aldonça Martins? O diploma não dá indicações

(1) *Chancelaria de D. João I*, liv. 4.º, fl. 102.

(2) Liv. 6.º de *Odiana*, fl. 265 v.

(3) *Chancelaria de D. João I*, liv. 3.º, fl. 76.

(4) Liv. 3.º de *Odiana*, fl. 283.

(5) D. Francisco de Menezes, *Famílias de Portugal*, I, fl. 310 mihi.

(6) *Chancelaria de D. João II*, liv. 10.º, fl. 11 v. — Foi novamente confirmada a Aldonça Martins por carta de 10 de Outubro de 1498 (liv. 8.º de *Odiana*, fl. 100 v.). Depois, a 18 de Outubro de 1512, Álvaro de Mesquita, cavaleiro da Ordem de Santiago e morador em Elvas, pediu ao juiz com alçada na dita vila uma certidão da presente carta e sobre ela obteve para si, em 19 de Março de 1532, carta de confirmação dos referidos privilégios (liv. 19.º de *Doações de D. João III*, fl. 82).

nenhumas e as conjecturas podem-se espriar sem maior base; fundamento bastante tem êle todavia para corrigir ou esclarecer uma data de Garcia de Rêsende.

Conta êle que um Diogo Gil Magro, cavaleiro da casa de D. João II e irmão do anadel mor dos seus bêteiros Rui Gil Magro, injuriara gravemente a Álvaro Mendes de Vasconcelos, impossibilitado pela sua idade de se desafrentar.

Temeroso porém Diogo Gil dos filhos do homem por êle ofendido, retirou-se para a companhia de Pero Juzarte, senhor e alcaide mor de Arraiolos, reputando-se seguro no seu forte castelo. Enganou-se todavia, porque «no anno de noventa e dous: Joane mendez de Vasconcellos / e Diogo mendez seu yrmão: filhos do dito Alvaro mendez per estucia do pay / com muita gête de cavalo e de pe que ajuntou entrarã per manha ao dito castelo hũ dia ante manhã e quebrará as portas da casa do dito Diogo Gil e o matará» (1). Não contesto a veracidade da história; mas, ou sucedeu antes de Agosto de 1490, quando Álvaro Mendes já estava morto, ou a vingança dos filhos exerceu-se depois da morte do pai.

Álvaro Mendes do Esporão foi homem muito abastado e dizem que instituiu, para seu filho segundo, o morgado das Vidigueiras próximo de Évora. Este filho chamou-se Diogo Mendes de Vasconcelos, casou e foi sua bisneta D. Francisca de Vasconcelos, 4.^a senhora do morgado e mulher do chanceler mor Damião de Aguiar Ribeiro, de quem teve filha e sucessora a D. Antónia de Vasconcelos casada com Tristão da Cunha de Ataíde e Melo, 8.^o senhor de Povolide, e nos seus descendentes continuou a administração do morgado. Aquele Chanceler mor foi muito rico e começou a edificação do palácio das Portas de Santo Antão em Lisboa, onde residiram os Condes de Povolide, dos quais passou por venda ao Conde de Burnay, que o arrasou e no seu lugar edificou uma grande casa, com pouco gosto e menos estilo, com a qual a estreita rua não pode, mas que de certo custou muito dinheiro. Neste prédio está há anos estabelecido o Ateneu Comercial e os dois escudos de armas que sobrepujavam os dois portões do antigo palácio dos Povolides, encontram-se hoje numas dependências da quinta das Laranjeiras, assistindo, certamente confusos, às evoluções desportivas da família da casa.

O filho mais velho de Álvaro Mendes do Esporão chamou-se Joane Mendes de Vasconcelos, ou Joane Mendes do Esporão, como o nomeia Damião de Goes numa passagem da *Chronica de D. Emanuel*. Em seguida ao caso do castelo de Arraiolos teve Joane Mendes de se homisiar em Castêla, d'onde só regressou em 1498 com D. Manuel, na volta da cerimónia dos juramentos.

(1) *Vida de D. João II*, cap. 144, fl. 91.

A êle serviu de Embaixador naquele reino por algumas vezes, permanecendo lá por largas temporadas nos anos de 1502 a 1520(1). De uma das vezes foi encarregado de receber a importância do último terço do dote da rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel, e o resto do dote e árras da Rainha Princesa, como era designada á primeira mulher daquele soberano. Dêsses dinheiros teve quitação por carta de 16 de Janeiro de 1509(2). Fundou em 1530 a capela chamada do Esporão na Sé de Évora para seu jazigo, de sua segunda mulher D. Briolanja de Melo e dos sucessores do vínculo. Morreram os cônjuges ambos no ano de 1541 e tudo consta das seguintes duas inscrições, só uma subsistente:

ESTA CAPELLA MANDOV FAZER JOANNE MENDES DE VASCONCELLOS DO CONSELHO DELREY DOM MANOEL O 1.º E DELREY DOM IOAO 3.º SEV FILHO PARA SI E PARA DONA BRIOLANIA DE MELLO SVA MOLHER E PARA TODOS SEVS HERDEIROS QVE HERDAREM O SEV MORGADO DO ESPORÃO A QVAL SE FEZ DE CONSENTIMENTO DE TODO O CABIDO DESTA SE E DO DITO REY DOM IOAO E DO CARDEAL IFFANTE SEV IRMÃO BISPO DELLA AS QVAIS CONVENSOENS CONFIRMOV NOSSO MVY SANTO PADRE CLEMENTE 7.º SEGVNDO HE CONTHEVDO EM SEV COMPROMISSO E MANDA O DITO IOANNE MENDES A SEVS HERDEIROS TENHÃO CVIDADO DE FAZER DIZER MISSA QVOTIDIANA QVE LEYXA QVE SE DIGA PARA SEMPRE NESTA CAPELLA A QVAL SE ACABOV NO ANNO DE 1530.

Esta inscrição já lá hoje não existe; encontrei-a no *Nobiliário* de Diogo Gomes de Figueiredo, onde aparecem as demais inscrições ainda hoje existentes copiadas com bastante exactidão, garantindo por isso a boa leitura da primeira. Foi ela substituída por outra quando Manuel de Vasconcelos, segundo informação do mesmo Figueiredo, mandou reformar a capela. Em ambas as inscrições vem apontado o ano de 1530 como sendo o da fundação; encontra-se porém em certa parte da capela o número 1527, o qual talvez indique a data do comêço da obra, ou a do consentimento do Cabido para ela.

A capela do Esporão na Sé de Évora é, na opinião de um distintíssimo arquiteto alemão, um exemplar perfeito da primitiva Renascença portuguesa, de aparência sumptuosa e admirável(3). A capela fica situada no tópo do cruzeiro da banda do evangelho. É quadrada; tem um altar de talha, em parte colorida com imitações de pedra, também no estilo da Renascença, mas mais adiantada; sôbre o cruzeiro abre um arco emoldurado de elegan-

(1) Goes, *Chronica de D. Emanuel*, part. II, cap. 30, fl. 50 v.; p. III, cap. 27, fl. 47; e p. IV, cap. 48, fl. 63; Santarêm, *Quadro elementar*, II, *passim*.

(2) *Cartas de quitação de D. Manuel*, n.º 400, no ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, III, pág. 476.

(3) A. Haupt, *Die Baukunst der Renaissance in Portugal*, II, 135.

tíssima escultura (1); por cima do fecho, num nicho incrustado num belo friso, vê-se o escudo e elmo dos Vasconcelos; em baixo uma delicada grade de ferro fecha a capela.

As armas dos Vasconcelos tornam aqui a aparecer-nos com quatro fexas, como já as vimos na igreja da Graça de Santarém e na de S. João Baptista de Figueiró; facto que me leva a supôr, segundo já indiquei, haverem sido quatro as peças do primitivo escudo dos Vasconcelos, posteriormente reduzidas a três.

A pintura do retábulo representa o Descendimento da Cruz e nada tem de muito especial; o tecto é de laçaria de pedra com seus florões, nos quais se vêem esculpidos os escudos dos Vasconcelos e os dos Melos; nas duas paredes laterais, à altura aproximada de dois metros, estão embebidas quatro inscrições fúnebres, duas de cada lado. A primeira do lado do evangelho é o epitáfio do fundador; do mesmo lado, abaixo desta, a de seu filho Álvaro Mendes; em frente, fazendo rosto e competência à do fundador, está a de seu neto e homónimo; a seguir a esta vem a última, a do bisneto Manuel de Vasconcelos. Segue a primeira inscrição.

IOÃO MENDEZ DE VASCONCELLOS S.^{OR} DO MORGADO DO ESPO:
RÃO FILHO D'ALVARO MENDES DE VASCONCELLOS E DE DONA LIANOR
RIBEIRA S.^{RA} PROPRIETARIA DESTE MORGADO ./. FOI DO CONS.^O DEL
REI DOM M.^{EL} E DEL REI DOM JOÃO O 3.^O E SEV EMBAIX.^{DOR} NA CORTE
DOS REIS CATHOLICOS, E DEL REI DOM CARLOS SEV NETTO ./. E DE.
CONSENTIM.^{TO} DO DITTO REI DOM IOÃO; E DO CAR.^{LA} IFFANTE DOM
AFFONSO SEV IRMÃO, B^{PO}. DESTA CIDADE., E DO CABIDO DESTA SEE
CONFIRMADO PELLO PAPPÀ CLEMENTE 7.^{MO} MANDOV FAZER NO
ANNO DO S.^{OR} DE. 1530 ESTA CAPELLA PARA SEV IAZIGO E DE
DONA BRIOLANIA DE MELLO SVA 2.^A MOLHER, E DE TODOS SEVS
SVBCESSORES, QVE HERDASSEM O DITTO MORGADO D'ESPO:
RÃO, ./. DOTOVA, DE HVA MISSA QVOTIDIANA PARA SEMPRE IN:
CLVINDO NELLA AS, QVE O MORGADO IA TINHA DE OBRIGAÇÃO
ESTA AQVI SEPVLTADO, COM A DITTA DONA BRIOLANIA DE ME:
LLO SVA MOLHER. FALLECERÃO AMBOS NO ANNO DE : 1541. :

De sua primeira mulher D. Joana de Sousa, filha bastarda de Vasco Martins de Sousa Chichorro, capitão dos ginetes de D. Afonso V, nasceu único Álvaro Mendes de Vasconcelos. Sucedeu na casa, foi do conselho de D. João III e seu embaixador em Castela de 1531 a 1536 (2), tendo nesta qualidade acompanhado Carlos V em várias das suas empresas. Numa destas jornadas ficara em Roma, na ocasião que mais acesas andavam as negociações rela-

(1) Reproduzido na obra acima citada, pág. 138.

(2) Fr. Luís de Sousa, *Annaes de D. João III*, págs. 377, 387, 396, 397, 398 e 400; Santarém, *Quadro elementar*, II, *passim*.

tivas à bula da definitiva instituição do Santo Officio em Portugal, a qual foi expedida em 23 de Maio de 1536 e, depois de ter também concorrido para a sua concessão, foi dela portador, segundo declara o seu epitáfio. Por êle também consta haver Álvaro Mendes morrido no ano de 1555, revelando-nos outra memória haver tido lugar a morte no dia 30 de Dezembro e ter-se, no mês seguinte, dado de esmola à Misericórdia de Évora doze mil reais pelo haver acompanhado à sepultura (1). Foi levado à sua capela da Sé e no túmulo gravou-se o seguinte epitáfio:

ALVARO MENDEZ DE VASCONCELLOS, S.^{OR} DO MORGADO D'ESPORÃO FILHO DE. IOÃO MENDES DE VASCONCELLOS E DE. DONA IOANNA DE. SOVZA SVA 1.^A MOLHER (FILHA DE. VASCO MÍZ DE. SOVZA CHICHORRO CAPI-TÃO DOS GINETES DELREI DOM AFFONSO. 5.^O, E FRONTEIRO MOR DE TRAS OS MONTES) FOI DO CON.^O DELREI DOM IOÃO O 3.^O E SEV EMBAIXADOR MVITOS ANNOS NA CORTE DO EMP.^{OR} CARLOS 5.^O AQVEM ACOMPANHOU EM MVITAS DE SVAS EMPREZAS : ALCANÇOV DO PAPPÁ PAVLO 3.^O NO ANNO DE .1536. A BVLLA DA INSTITVIÇÃO DO S.^{TO} OFFICIO DA INQVISIÇÃO, NESTES REINOS SENDO ENVI:ADO A ISSO PELLO DITTO REI DOM IOAO : FÁLLECEO NO ANNO DE 1555 E ESTÁ SEPVLTADO NESTA CAPELLA COM DONA GVIO:MAR DE MELLO SVA MOLHER, FILHA DE DVARTE DE MELLO, E DE DONA ISABEL DE BRITTO, A QVAL FALLECEO NO ANNO D' 1578.

D. Guiomar de Melo fôra dama da imperatriz D. Isabel e segunda mulher de Álvaro Mendes de Vasconcelos de quem teve, entre outros filhos, a Joane Mendes de Vasconcelos, 5.^o senhor do morgado do Esporão, também sepultado na capela de sua casa na Sé de Évora, com o seguinte epitáfio:

IOÃO MENDEZ DE VASCONCELLOS, SENHOR DO MORGADO DO ESPORÃO FILHO DE ALVARO MENDES DE VASCONCELLOS E DE DONA GVIOMAR DE MELLO SVA 2.^A MOLHER, FOI DO CONSELHO DOS REIS DOM SEBASTIÃO, DOM HENRRIQUE E DOM PHELIPPE O PRIMEIRO : E ESTÁ SEPVLTADO NESTA CAPELA, FALLECEO NO ANNO DE 1583

Havia casado com D. Ana de Ataíde, filha de D. António de Ataíde, 1.^o conde da Castanheira, e da condessa D. Ana de Távora, e dela teve, entre outros, a Manuel de Vasconcelos, sucessor na casa, como adiante veremos, e a Luís Mendes de Vasconcelos.

É êste o bem conhecido autor do interessante livrinho (no tamanho, na substância é grande) intitulado *Do sitio de Lisboa. Dialogo* (2), impresso

(1) Arquivo da Misericórdia de Évora, *Livro dos defuntos de 1546 a 1556*, fl. 210 v.

(2) A. de Oliveira Marreca, num artigo do VI vol. do *Panorama*, referindo-se com muito

pela primeira vez em 1608. Quatro anos depois dêste livro imprimiu-se outro do mesmo autor, a *Arte militar dividida em tres partes*, o qual foi dedicado ao Marquês de Castelo Rodrigo, vice rei de Portugal. Luís Mendes data o livro, em 20 de Abril de 1612, do Mascotte, que pelo frontispício se sabe ser uma quinta do termo de Alenquer, na qual se declara fôra o livro impresso por Vicente Álvares. Esta quinta ainda existe na frêguesia de Santo Estêvão daquela vila.

No *Sitio de Lisboa*, tratando da melhor maneira de fortificar a cidade pela banda da terra, lembra o aproveitarem-se os rios de Sacavêm e Alcântara e, ligando-os por meio de um canal, fazer «a mais sigura fortificação que pode ser, recolhendo dentro della, não só a cidade, mas muitos lugares, & fertilissimo terreno, cheo de Quintas, Iardins, ortas, & deleitosas recreações» (1). Se o canal não está feito, estão contudo as fortificações, começando no forte do Monte Sintra na foz do rio de Sacavêm, e estendendo-se por grande parte da cumiada dos montes por êle indicados. Não param as fortificações em Alcântara, chegam até Caxias, mas isso é devido à grande extensão por a cidade tomada pelo rio abaixo, e ao, para Luís Mendes incalculável, alcance da artilharia moderna, o qual, segundo oiço, torna hoje esta mesma linha ineficaz para a defesa da capital, perdendo-se... mas para que vale pensar nisso.

Casou Luís Mendes de Vasconcelos com D. Beatriz Caldeira, que lhe levou em dote uma capitania mor da Índia. Era filha de Manuel Caldeira, tesoureiro mor dos almoxarifados do reino, negociante muito rico, que em 1583 contratara com Felipe II mandar cada ano cinco naus à Índia, recebendo oitenta mil cruzados mortos, uma capitania mor da carreira da Índia para casamento de uma filha e outras vantagens (2). Instituiu um morgado do qual fez cabeça umas grandes casas em Lisboa, à esquina da travessa das Gaiotas para a rua do Caldeira, a qual não sei se dêle tomou o nome.

Do casamento de Luís Mendes de Vasconcelos e D. Beatriz Caldeira nasceram, além de filhas freiras, Francisco Luis de Vasconcelos, governador da ilha Terceira, e Joane Mendes de Vasconcelos, valente soldado e hábil capitão. Distinguiu-se em 1625 na restauração da Baía, onde depois influiu para o reconhecimento de D. João IV, a quem veio servir no reino. Aqui, sendo mestre de campo general, conquistou o lugar de Telena, em 1643, o

elogio a êste livro diz, que se supõe serem os três interlocutores dêle as seguintes pessoas: o *Politico*, o 1.º Conde da Castanheira, avô do autor; o *Philosopho*, o bispo D. Jerónimo Osório; e o *Soldado*, Martim Afonso de Sousa, governador da Índia.

(1) Pág. 233 da 1.ª ed.

(2) Diogo do Couto, *Década décima da Ásia*, liv. 4.º, cap. 5.

castelo de Codiceira, em 1646, e levou um socôrro a Chaves, em 1649. Nomeado governador das armas do Alentejo recuperou o castelo de Mourão em 1657; não foi porém feliz no ano seguinte no sítio de Badajoz, o qual, ao cabo de quatro meses de assédio, teve de levantar, em virtude de uma epidemia lhe começar a dizimar os soldados. Por êste revés foi demitido, prêso e sujeito a conselho de guerra, tendo sido absolvido por unanimidade. Era a terceira vez que tinha sido prêso, tendo-o sido das outras por causa do seu génio assomado e indisciplinado, voltando porém sempre ao serviço activo em virtude da sua alta capacidade militar. Também foi escritor e poeta, segundo afirma Barbosa Machado na *Bibliotheca lusitana*. Morreu pouco depois do conselho de guerra, não deixando filhos, o que também já sucedera a seu irmão.

Voltando atrás, ligarei em Manuel de Vasconcelos, o irmão primogénito de Luís Mendes de Vasconcelos. Foi aquele o 6.º senhor do morgado do Esporão e da mais casa e, tendo apenas catorze anos, se os dizeres do seu epitáfio são certos, passou a África com D. Sebastião e lá ficou prisioneiro na batalha de Alcácerquibir, em 4 de Agosto de 1578. Foi um dos oitenta fidalgos resgatados, regressando à pátria em fins do ano seguinte. Serviu de presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 1608 até 1613, passando depois a exercer o ofício de regedor das justiças na Casa da Supplicação, o qual desempenhou nos anos de 1614 a 1630 ou 31. Foi então chamado para o conselho de Estado em Madrid, onde morreu a 25 de Abril de 1637, com setenta e três anos de idade, vindo para ser sepultado na sua capela da Sé de Evora, onde lhe collocaram o seguinte epitáfio:

MANOEL DE VASCONCELLOS SOR. DO MORGADO DO ESPORÃO, DO CONSELHO DO ESTADO, DEL REI D. PHILIPPE 2.º E DO SVPREMO, QVE ASISTE IVNTO A PESOA DE SVA MAG, PRESIDENTE DA CAMARA DA CIDADE DE LX.ª REGEDOR DA IVSTIÇA DA CASA DA SVPLICAÇÃO, NESTE REIN.º F.º DE IOÃO MENDES DE VASCONCELLOS, E DE D. ANNA DE ATTAIDE F.ª DOS PRIMEIROS CONDES DA CASTANHEIRA. MANDOV RENOVAR, E ORN: AR ESTA CAPELLA, NO ANO. DE 1620. NELLA ESTÃO SEPVLTADOS, D. LVIZA DE VILHENA SVA I.ª MOLHER F.ª DE IOÃO NVNES DA CVNHA, E DE D. PHILIPA DE MENDOÇA, QVE FALLECEO NO ANO. DE 1594 E D. ILLENA DE NORONHA SV: A 2.ª MOLHER, SR.ª DO MORGADO DE PANCAS, F.ª DE IOÃO DA COSTA, E DE D. INES DE NORONHA, A QVAL FES MORGADO DE TODA SVA FAZENDA E O ANEXOV AO DO ESPORÃO, DEBAIXO DAS CLAVSVLAS CONDICOES, DE SVA INSTITVIÇÃO, CÕ ENCARGO DE DVAS MISSAS COTIDIANAS, E SE HANDE DIZER NESTA CAPELLA, E HVA CANTADA, NO DIA DE SEV FALM.º QVE FOI EN LX.ª A 27 DE OITVBRO DE 1619.

Pouco depois da sua chegada a Madrid fizera-lhe Felipe III, por carta de

10 de Setembro de 1632, mercê do título de conde de Figueiró, em três vidas, para seu filho Francisco de Vasconcelos (1). Havia Manuel de Vasconcelos casado por duas vezes, deixando de sua primeira mulher, D. Luisa de Vilhena, filha de João Nunes da Cunha e de D. Felipa de Mendoça, entre outros filhos, os três seguintes:

1.º — Francisco de Vasconcelos, 1.º conde de Figueiró, 7.º senhor do morgado do Esporão, mordomo da rainha D. Isabel de Bourbon, morreu em Madrid no mês de Outubro de 1653 (2), sem deixar descendência. Havia casado com D. Ana de Vasconcelos e Meneses, 9.ª senhora de Figueiró e Pedrógão, já lá acima mencionada.

2.º — Fr. João de Vasconcelos nasceu em Lisboa em 1590 e professou em 1608 no convento de Almada da Ordem dos Prêgadores, largando então o nome de Álvaro, com que havia sido baptizado. «Na sua Ordem, como já tive ocasião de dizer, foi mestre de teologia, prior do convento de Bemfica, provincial e vigário das freiras do Sacramento. Foi também prêgador del Rei, visitador da Inquisição de Coímbra, e reformador da sua Universidade em 1645, contando-se que nesta ocasião entrara a pé na cidade. Regeitou o bispado de Miranda e o arcebispado de Braga; foi do conselho geral do Santo Ofício, na cadeira que a sua Ordem lá tinha de propriedade, desde 23 de Novembro de 1632 até 1 de Fevereiro de 1652, em que morreu. Foi varão conspícuo e é tratado de venerável pelos escritores da Ordem e outros eclesiásticos». A sua vida escreveu em castelhano o P.º Fr. André Ferrer de Valdecebro e se imprimiu em Madrid, no ano de 1668 (3).

3.º — D. Felipa de Mendoça, dama da rainha D. Margarida de Áustria, casou, precedendo escritura esponsalícia de 16 de Fevereiro de 1604 (4), com D. Francisco Luís de Lancastre, 3.º comendador mor de Avis, que ficou em Castela depois da Restauração e lá morreu em 1667, tendo sua mulher falecido em Lisboa no ano de 1651. Dêstes cônjuges foi filho e presumível sucessor da casa D. Pedro de Lancastre, que morreu em vida de seu pai, mas sucedeu a seu tio materno na casa e no condado, vindo a ser o 2.º conde de Figueiró por carta de 19 de Maio de 1654 (5). Em seus descendentes os Marquesses de Abrantes se continuou a casa do Esporão.

Desta casa dizem ter sido neto Joane Mendes de Vasconcelos, casado com

(1) *Chancelaria de Felipe II*, liv. 23.º de *Doações*, fl. 394.

(2) Pêgas, *De exclusione... maioratus*, III, 235.

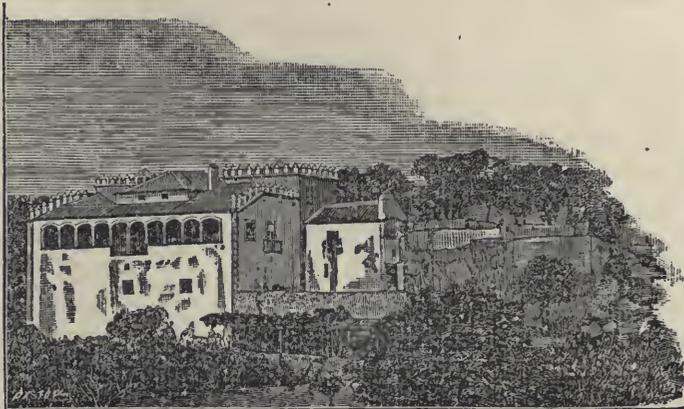
(3) Informação do P.º Sousa na *Historia genealogica*, XII, 74, mas não encontro a obra mencionada por Nicoláu António na *Bibliotheca Hispana nova*.

(4) P.º Sousa, *Historia genealogica*, XI, 286.

(5) *Chancelaria de D. João IV*, liv. 27.º de *Doações*, fl. 2.

Antónia de Barros de quem teve Felipe Mendes de Barros e Vasconcelos, morto na batalha de Alcácerquibir, em 1578. Sua mãe era filha de André de Barros, a quem me tornarei a referir, e por ela herdou o morgado da quinta de Val de Flores em Santa Iria da Azoia, no qual sucedeu a sua prima com irmã D. Luisa de Barros, filha única de Jorge de Barros, instituidor do vínculo, e viúva de Jorge da Silva, 7.º senhor de Vagos.

Daquella morgado é cabeça a referida quinta, na qual se vê uma linda casa quinhentista, ainda em regular estado de conservação externa. A frente para a quinta apresenta em todo o comprimento uma varanda alpendrada, por traz da qual se vêem dois torreões um pouco mais elevados. São êles ligados por um pequeno corpo central, formando esta parte a frente principal da casa, muito menos interessante.



Os torreões e as paredes laterais, que os unem à varanda, são ornados

de ameias em coruchéu, as quais dão a todo o pitoresco edificiosinho um ar encantador de preciosidade de loja de antiguidades.

Ao morgado pertencia a capela da Soledade na igreja matriz do lugar, no cruzeiro, da parte da epístola. No fecho do arco da capela vê-se um escudo com as armas dos Barros: de vermelho, três bandas de prata, acompanhadas de nove estrêlas de cinco pontas de ouro, 1, 3, 3 e 2. Dentro na capela de cada lado, em arcos abertos na parede, vê-se uma sepultura. A da banda do evangelho tem êste letreiro:

AQVI · IAZ · IORGE · DE · BAROS · FIDALGO · DA · CAS
A · DELREI · DOM · IOHÓHO · III · DESTE · NOME · E
DONA · FILIPA · DE · MELO · SVA · MOLHER · FVMD
ADORES · E · DOTADORES · DESTA · CAPELA · N
O ANO · DE · 1558 ·

Sôbre a tampa da sepultura, quási lisa, apenas emmoldurada com umas estreitas faxas, está outro escudo dos Barros, o qual, como todos os mais da capela, é policromo. Na parede, logo acima da sepultura, vê-se ainda outro

escudo; êste porêem é partido de Barros e Melos. O primeiro é o das armas de Jorge de Barros, o segundo das de D. Felipa de Melo.

Defronte dêste túmulo na mesma capela, mas da banda da epístola, está outro em tudo igual ao primeiro, até no escudo lavrado na tampa da caixa que encerra os ossos, na qual está gravada a inscrição seguinte:

AQVI · IAZ · AMDRE · DE · BAROS · FIDALGO · DA · CA
SA · DELREI · DÓ · AFOMSO · HO · QIMTO · E · SVA · MOL
HER · CONSTANCA · RÓIZ · DE · CAMPOS · E · FR.^{co} · DE · BAROS
SEV · Fº · PAI · E · MAI · E · IRMÃO · DO · FVMDADOR · DES
TA · CAPELA ·

O Jorge de Barros e sua mulher D. Felipa de Melo, fundadores da capela, foram também os edificadores da apetitosa casa, ainda há menos de um ano pertencente a seu representante, Pedro de Alcântara de Barros e Vasconcelos, descendente de André de Barros pela sua referida filha Antónia de Barros. Hoje (1899) caiu nas garras dos crédores; espatifou-se tudo e a joia quinhentista foi passar às mãos dum negociante, que a mandou pintar de azul celeste! Ficou a matar.

NOTAS

I

OS TÚMULOS DE S. FRANCISCO DE ÉVORA, pág. 347

Na igreja de S. Francisco de Évora existem dois sepulcros interessantes por mais de um motivo e como já se chegou a afirmar, que num dêles jazia o mestre D. Mem Rodrigues de Vasconcelos (1), vou dizer o que sei dos fidalgos nêles encerrados, tentando levantar o véu que os encobre.

À esquerda, entrando na igreja, próximo da pia da água benta, no chão, está uma campa, tendo esculpido um escudo de armas assente sôbre uma espada posta em banda, da qual só se vêem os copos e a ponta. Por baixo tem êste letreiro em duas linhas de desigual tamanho: *S^a : de mem m̄z (?) de vas/coñocelos.* Esta leitura é conforme a um desenho que de lá me mandaram, não que eu a visse; conforme porêem a António Francisco Barata deverá ler-se *S^a de men roiç de vas/cogocelos.* A diferença entre as duas leituras pouco importa à minha tese, pois que, mesmo sendo a exacta a do falecido investigador das antiguidades de Évora, provarei não ser aquele Mem Rodrigues o Mestre da Ordem de Santiago.

A outra loisa sepulcral está muito mais acima, quasi ao meio da igreja, junto à passagem que a teia deixa para o cruzeiro. Nesta lápida também se vê um escudo, uma espada e um letreiro; está tudo porêem muito mais apagado, principalmente do lado esquerdo, e há variedade na disposição do escudo e da espada. Esta, em vez de ter aquele sôbreposto,

(1) António Francisco Barata, em vários opúsculos e ainda insistindo, depois do caso esclarecido por mim, na sua *Évora antiga*, pág. 56.

ficou colocada ao seu lado, à direita do espectador, numa linha perpendicular, com os copos para cima, e acompanhando o escudo em todo o seu comprimento. O letreiro diz: *Sepult^a de ro (?) miç / : de : vila : lobos.*

Os escudos em ambas as sepulturas são iguais nas peças componentes, sómente na primeira conserva-se o desenho menos consumido. São êles esquartelados: o I e IV tem um lobo passante; o II e III é de escaques de três peças em faixa e cinco em pala, que fazem quinze ao todo. Não são pois os escudos, nem das armas dos Vasconcelos, nem das dos Vilalobos. As daqueles, já neste artigo descritas, são três faixas de veirado; as dêstes também já descritas ficam na pág. 122 e são dois lobos passantes sotopostos.

Vamos ver se sou capaz de levantar uma pontinha do véu, como prometi.

Em Novembro de 1382 era, com outro, juiz em Évora Martim Vicente, escolar (1); em 1384 ainda lá exercia o officio e assinou a escritura de 25 de Fevereiro, pela qual o Concelho da cidade de Évora, deferindo ao pedido do Mestre de Avis, defensor do reino, lhe outorgou por um ano as sisas gerais para a guerra contra o usurpador (2). Continuou servindo a D. João I, que numa carta de doação de 23 de agosto do ano seguinte lhe chama seu vas-salo e corregedor nos reinos de Portugal e Algarve (3).

Outro Martim Vicente aparece pouco depois. Foi êle criado de pequeno pelo Conde D. Pedro de Meneses (4), com êle passou para Castela, com êle voltou para Portugal e foi servir em Ceuta, onde, em 1417 e 1419, era contador por el Rei (5). Foi aí, nas proximidades desta cidade, que êle praticou um feito, não narrado na citada *Crónica*, mas do qual encontro a memória num documento revelado por autores dignos de fé (6).

Durante o cêrco daquela praça, no último dos anos referidos, fez um dia o capitão, o Conde D. Pedro de Meneses, uma sortida sôbre os sitiantes. Nela, como usava, não poupou a sua pessoa (7) e, caíndo-lhe o cavallo, tinham-no os Moiros já tirado da sela e cativo, quando chegou Martim Vicente. Com denodo atirou-se êle à chusma, ferindo e talhando, a torto e a direito, aproximou-se do capitão e ajudou-o de novo a cavalgar. Então os dois, um a pé, outro montado, fizeram frente ao inimigo, até que, sobrechegando mais dos nossos, se puderam recolher à cidade. Não o fizeram contudo ambos incólumes, porque o valente contador apanhou duas lançadas pelas pernas (8).

Quis o Conde galardoar êste feito por forma a dêle permanecer a memória, e tornar bem patente a sua gratidão. Ao salvador da sua vida abriu a sua família. Desejou dar-lhe

(1) Gabriel Pereira, *Documentos de Evora*, II, pág. 153, n.º 128.

(2) Fr. Manuel dos Santos, *Monarquia lusitana*. VIII, pág. 521. — Esta escritura vem impressa por inteiro, sob n.º 51, a pág. 78 do vol. I dos cit. *Documentos de Evora*.

(3) *Chancelaria de D. João I*, liv. 1.º, fl. 83.

(4) Azurara, *Chronica do Conde D. Pedro*, pág. 520.

(5) *Ibidem*, págs. 338 e 444.

(6) Francisco Soares Toscano, *Parallelos de príncipes e varões illustres*, cap. 79; *Nobiliario*, coordenado por Jorge Salter de Mendonça, vol. XXI, fl. 196 v., no título dos Sandes, em parte da letra de D. Afonso Mamel de Meneses, em parte doutra minha desconhecida.

(7) O Conde já se expusera muito doutra vez, em 4 de Abril de 1416, e dessa vez fôra ferido e o seu cavallo morto. — Azurara, *Chronica* cit., cap. 28.

(8) Toscano, nos *Parallelos*, loc. cit., conta o facto pela maneira por que o narrei, coloca-o porém anos antes, na ocasião referida na precedente nota. A *Chronica* de Azurara, ao tempo de Toscano ainda não impressa, diz que daquela primeira vez o Conde foi ferido, e esteve uns dias doente de seus ferimentos, ao passo que da vez em que Martim Vicente lhe acudiu, foi só êste, que ficou ferido, segundo contam. É verdade que a *Chronica* não especifica mais ocasião nenhuma, em que o Conde tivesse corrido perigo, mas também é verdade, que ela confessa ter o capitão continuado a expôr-se. Além disso não se percebia bem, se o facto se tivesse passado em 4 de Abril de 1416, por que motivo o Conde havia de demorar o galardão até 18 de Setembro de 1419, data da carta, a que já me vou referir no texto.

para apelido um dos da sua linhagem, e que daí por diante se ficasse chamando de Vilalobos, e deu-lhe por armas dois lobos de oiro passantes, em campo de vermelho, em dois quartéis, e nos outros dois quinze escaques, oito de oiro e sete de azul, em cada um. Os lobos pelos Vilalobos de sua avó a condessa de Ourém D. Guiomar; os escaques pelos Portocarreiros de sua mãe a condessa de Viana D. Maior. Martim Vicente aceitou, com a condição porém de poder juntar àquelas armas as suas próprias, as dos Vasconcelos, família a que pertencia. De tudo se lavrou uma carta assinada pelo Conde em Ceuta a 18 de Setembro de 1419; carta em que êle manda, sob pena de sua maldição, a seus descendentes, que tratem ao agraciado por parente, o ajudem, e lhe não ponham impedimento no uso das referidas armas (1).

Não sei da existência desta carta, dirão; são só os *Parallelos* e o *Nobiliario*, que contam o facto, insistirão; pode mesmo o documento ser falso, e Toscano não ter dado por isso, notarão. E eu responderei: É verdade; mas tenho ali, na pedra daquelas sepulturas, a confirmação de tudo. Nelas estão enterrados dois fidalgos, um Vasconcelos, e um Vilalobos; ambos têm o mesmo escudo de armas, que não é, nem das dos Vasconcelos, nem das dos Vilalobos; escudo em tudo igual ao dado pelo Conde D. Pedro a Martim Vicente; escudo que os autores referidos não viram nas lápidas, porque se o conhecessem o declarariam, e então poder-se-hia desconfiar de haver a história sido inventada *après coup*; mas assim não se pode, e para ser só coincidência é demasiado perfeita.

Há ainda mais três pontos para confirmar o que avanço; o apelido de Vasconcelos, numa das sepulturas em São Francisco; o patronímico Martins, duvidoso nessa mesma, claro na outra; e a espada em ambas. O apelido de Vasconcelos prova o apêgo de Martim Vicente à sua família e mostra que, se não juntaram as armas antigas às novas, contudo não largaram logo o nome. O patronímico Martins pode-me revelar, ainda que naquelle tempo os patronímicos já não fôsem rigorosamente observados, que ali jaz um filho do valoroso contador de Ceuta. A espada, aquela insígnia insistentemente repetida, ainda que em posição diversa, nas duas campas, para que serve? — Serve para perpetuar a memória do feito com que as armas foram ganhadas. É a espada do valente soldado, que salvou a vida do seu capitão. Não é nenhuma insígnia de cavalaria, não; é isto, e mais nada. Que insígnia de cavalaria pode significar uma espada lançada ao lado de um escudo? Quem souber mais heráldica do que eu, o que não é difícil, que o diga. Eu não sei.

Todas as referidas conjecturas cáem por terra, porque Martim Vicente já muito antes de ir para Ceuta, em 1384, se chamava de Vilalobos, e portanto a carta de 1419, que lhe dá êste apelido, é mais uma das muitas petas dos Nobiliários, me poderá objectar, quem tiver lido Fernão Lopes (2). Eu porém, pedindo vénia, lhe direi: Não, senhor, o Martim Vicente de Vilalobos, um dos «que ajudaram o Meestre a deffender o rreino», e que lhe foram beijar a mão em 6 de Outubro de 1384, seria muito embora o Martim Vicente juiz em Évora nesse mesmo ano, como acima vimos, mas não podia ser o Martim Vicente, posteriormente contador em Ceuta, nesse tempo vivendo em Castela com D. Pedro de Meneses, futuro capitão daquela praça e então adversário do Mestre de Avis.

Vejamos porém o mais que tenho apurado acerca de Martim Vicente.

Em 1426 já não era, segundo creio, contador de Ceuta, porquanto nesse tempo men-

(1) *Parallelos* e *Nobiliario*, citos. No primeiro declara Toscano, que a carta «está hoje (1621) em Estrimoz em poder de seus descendentes (de Martim Vicente), d'onde eu copiei esta Historia pera honra dos Vasconcellos, e Sandes de Vilalobos, que deste notavel Cavalleiro procedem». Para a descrição das armas sigo o *Nobiliario*, que a faz por forma inteligível, e como de quem sabe do officio; ao passo que Toscano, querendo fazer estilo, não é claro.

(2) *Chronica de D. João I*, p. 1, cap. 159, pág. 301 da ed. do ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ.

ciona Azurara a «Gomes Martins Contador», provavelmente o mesmo a quem anteriormente chamava apenas Gomes Martins, declarando-o escudeiro (1). Por isto supponho não denotar a palavra contador apelido, mas sim officio. Em todos os casos, em 1435, estava Martim Vicente no reino, exercendo o officio de veador das terras do Conde de Viana, almirante, o seu constante protector D. Pedro de Meneses, e em nome d'êles impetrava del Rei uma carta de privilégios, dada em Alenquer a 7 de Julho, para o meirinho do Almirante e um seu homem poderem trazer armas (2).

Fez Martim Vicente o seu testamento em Évora a 21, ou 31, de Julho de 1448 (3). Por êste documento instituiu uma capela na igreja do convento de S. Francisco daquela cidade e mandou lançar o seu corpo na mesma igreja, onde estavam sepultados seus pais. Vinculou à capela a sua terça, deixando o usufruto a sua mulher Constança Anes; anexou ao vínculo a herdade da Fonteboa e um foro nas vinhas de Valbom; e arbitrou aos frades anualmente um moio de trigo e duzentos reais em dinheiro. No testamento nomeia cinco filhos; Beatriz Martins, Lopo Martins, Inês Martins, Martim Vicente e Júlia Martins.

Doutro documento consta que a administração da tal capela, ou morgado, da Fonteboa, o qual depois se chamou dos Botaréus, foi possuído por morte de Martim Vicente por seu filho Lopo Martins de Vilalobos, a quem se seguiu seu filho Rui Martins de Vilalobos (4). Êste, intitulando-se cavaleiro, foi provedor e administrador do hospital de Jerusalém em Évora, no reinado de D. Afonso V, em data não precisada, e o tornou a ser em 1490 (5). A um descendente de sua filha Beatriz de Vilalobos e de seu marido Lopo Pires de Évora, João de Sampaio Cogominho de Vasconcelos, foi, por sentença da Relação de 29 de Abril de 1724, julgado pertencer o referido morgado da Fonteboa, ou dos Botaréus, por ser descendente legítimo do instituidor por linha feminina, extinta a masculina. Êste João de Sampaio era em 1731 morador em Viana do Alentejo e pai de António de Sampaio Cogominho de Vasconcelos, seu sucessor, que servia em officios de justiça (6).

Num *Nobiliário*, mas eu tenho muito medo d'êles, transcreve-se um epitáfio que se diz ter existido numa campa da referida igreja de S. Francisco, onde hoje se não encontrará, creio, o qual dizia: *Sepultura do m.^{to} Nobre Cav.^o Martim Vicente de Vas.^{los} Juis que foi desta Cidade f.^o de Vasco Miç Zote e de D. M.^a Mendes de Vasconcellos sua mulher descendente por seu padre de D. Arnaldo de Baiam e por sua madre delrei D. Ramiro de Leão. faleceo ano de 1410* (7).

Parece-me muita fidalguia junta para um modesto juiz e cidadão de Évora, vindo a ser êste Martim Vicente provavelmente o que era juiz naquela cidade nos annos de 1382 e seguintes, não sabendo eu explicar o motivo por que aparece aqui com o apelido de Vasconcelos, a não ser por a abreviatura lá gravada não ser entendida por quem trasladou o epitáfio.

Diz mais o citado *Nobiliário* que no meio da campa estava ainda êste outro letreiro: *E de seu filho Martim Vicente de Vas.^{los} e de sua m.^{er} Constança Anes que fez Cap.^a de*

(1) Azurara, *Chronica do Conde D. Pedro*, págs. 545 e 282.

(2) *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3.^o, fl. 88.—Neste livro, na fl. 41, está uma carta de isenção de aposentadoria, dada em Évora a 24 de Fevereiro do mesmo anno de 1435, a favor de um Martim Vicente lá morador e outorgada a pedido de Nuno Fernandes, estribeiro que fôra da Duquesa de Borgonha, irmã del Rei. Creio ser êste Martim Vicente diverso do antigo contador de Ceuta.

(3) Torre do Tombo, *Capelas da Coroa*, liv. 4.^o, fl. 44, e liv. 7.^o, fl. 209, com a indicada variedade na data.

(4) Sentença de 29 de Abril de 1724 transcrita no liv. 7.^o das *Capelas da Coroa*, fl. 211.

(5) Gabriel Pereira, *Documentos de Evora*, I, 107.

(6) José Soares da Silva, *Memorias de D. João I*, tom. II, pág. 812.

(7) António Peixoto de Queirós e Vasconcelos, *Nobiliario das familias de Portugal*, tom. I, fl. 24, na Torre do Tombo, tendo na lombada a designação de vol. 26.

Fonteboa para sua m.er e cinco filhos. faleceo em 1449. Os dizeres dêste estão todos confirmados pelos documentos meus conhecidos, salvo o apelido de Vasconcelos atribuido a Martim Vicente, que de nenhum usou.

Vivia então em Évora um Martim Vicente de Vilalobos, cavaleiro e lá juiz, o qual nesta qualidade assinou, com outros da vereação, em 21 de Março do ano seguinte, uma escritura de composição com Martim de Oliveira relativa às excessivas e vexatórias penas impostas aos transgressores, na carta de encoutamento da sua quinta da Oliveira, no termo da cidade (1). Martim Vicente de Vilalobos deverá ser o Martim Vicente nomeado em 1448 no testamento do antigo Contador de Ceuta, entre os seus filhos; deverá mais ser o mesmo que em 19 de Janeiro de 1452 foi nomeado juiz de Moura, transferido a 4 de Maio do ano seguinte para Serpa, e promovido a corregedor da comarca de Entre Tejo e Odiana, por carta de 4 de Setembro do mesmo ano, e finalmente transferido, por carta de 2 de Fevereiro de 1456, para a comarca e correição da Beira (2). É possível ser êle ainda o mesmo que, apenas com a designação de morador em Évora, é mencionado no auto de 12 de Novembro de 1475, de publicação da carta de 20 do mês precedente pela qual o Conde de Faro havia sido nomeado adiantado na comarca de Entre Tejo e Odiana (3).

Na *Chronica do Conde D. Pedro* nomeia Azurara a Nuno Martins de Vilalobos, escudeiro, filho de um criado do Conde D. Pedro e criado êle próprio do Conde D. Duarte de Meneses. Êste escudeiro, valente e dedicado, deu a vida pelo amo em 1464 na serra de Benacofú; apesar porêem da sua nobre dedicação, apenas conseguiu preceder poucas horas na morte ao Conde. Tinha êste tomado o comando das poucas tropas que D. Afonso V lhe deixara, para com elas ir cobrindo a sua retirada, quando lhe mataram o cavalo. Nuno Martins, que ia ao seu lado, apeia-se logo, dá o seu cavalo ao Conde, e, ficando a pé, acto contínuo é trucidado pelos Moiros (4). Êste valoroso escudeiro, que, a trôco da sua, pretendeu salvar a vida do Conde D. Duarte, não pode ser filho de Martim Vicente, que já com grave risco de sua pessoa salvara a vida ao pai do mesmo D. Duarte; mas não pode ser, por não se encontrar nomeado entre os filhos de Martim Vicente, no seu testamento de Julho de 1448. Seria porêem seu parente, vindo demonstrar seu nobre feito ser tradicional na família a dedicação pelos seus senhores.

Voltemos aos sepultados em S. Francisco de Évora. Um dêles, Rodrigo, ou Rui Martins de Vilalobos, é o neto de Martim Vicente, successor no seu morgado da Fonteboa; o outro, quer se chamasse Mem Martins de Vasconcelos, quer se chamasse Mem Rodrigues de Vasconcelos, foi seu parente, sem dúvida, o seu brasão o atesta, mas não posso identificá-lo.

Posso contudo afirmar que, mesmo sendo Mem Rodrigues de Vasconcelos o nome gravado na câmpa, o cavaleiro lá sepultado não é o que foi Mestre da Ordem de Santiago e Capitão da Ala dos Namorados. Não pode ser êste, e nem até pode ser seu filho do mesmo nome, legitimado por carta de 5 de Maio de 1408, já citada. Não pode ter sido nenhum dêles, porque a isso absolutamente se opõe o escudo das suas armas, esculpido na câmpa. É êste caso notável por ser um dos poucos em que a Heráldica ministra à História uma prova irrefragável.

Pode ser porêem aquele Mem Rodrigues de Vasconcelos, cavaleiro del Rei, a quem, a

(1) Confirmada por carta régia de 12 de Janeiro de 1452, transcrita noutra de 26 de Junho de 1482 de confirmação, dada a Joane Mendes de Oliveira, filho de Martim de Oliveira. — *Chancelaria de D. João II*, liv. 6.º, fl. 108 v.

(2) *Chancelaria de D. Afonso V*, livs. 37.º, fl. 15 v.; 3.º, fl. 58 v.; 4.º, fl. 42 v.; e 15.º, fl. 117 v.

(3) Gabriel Pereira, *Documentos de Evora*, II, pág. 129, n.º 66.

(4). Azurara, *Chronica do Conde D. Duarte de Meneses*, pág. 367.

pedido de D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Rial e capitão de Ceuta, foi concedida por carta régia de 15 de Fevereiro de 1464, a sucessão na terra e pomar do Cabedal, termo de Elvas, para o caso de sobreviver a sua mulher Isabel Fernandes (1). Êste Mem Rodrigues não é, apesar dos nobiliários o afirmarem, o bastardo do Mestre; não só porque o fôro de cavaleiro del Rei era muito subalterno para o filho de um tam grande senhor; mas sobretudo, porque, tendo êle sido legitimado em 1408, devia ser já velho de mais em 1464 para nutrir esperanças de sobreviver à mulher. Pode porém perfeitamente ter êle sido o que está sepultado em S. Francisco de Évora, o qual, pelas armas se vê, foi parente muito próximo do outro lá enterrado, Rodrigo ou Rui Martins de Vilalobos, neto, como ficou provado, de Martim Vicente e senhor do morgado por êste instituído, de cujas armas ambos usaram, as mesmas que lhe foram dadas por D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Vila Rial e capitão de Ceuta, avô do 3.º Conde da mesma vila e capitão da dita cidade, a cujo pedido se fez a referida mercê. Martim Vicente foi criado e veador das terras do 1.º Conde que lhe deveu a vida e muito o protegeu; Mem Rodrigues foi favorecido pelo 3.º Conde, que mantinha a gratidão pelos serviços prestados.

Nada há melhor, para andar descalço, do que esperar pelos sapatos de defunto. Não foi contudo bem isto o sucedido a Mem Rodrigues, porque êle, provávelmente calçado, baixou à campa antes da mulher. Era esta já viúva em primeiras núpcias de João Rodrigues Pessanha, morador em Elvas, e nesta vila fez ela doação a seu filho Manuel Pessanha, cavaleiro da casa del Rei, do tal pomar e herdade do Cabedal, por escritura de 18 de Janeiro de 1472, confirmada cinco dias depois, a 23, por D. Afonso V em Sintra (2).

Isabel Fernandes, a viúva de Mem Rodrigues de Vasconcelos, era neta de Gil Fernandes (3), que os nobiliários erradamente supõem ser o Gil Fernandes de Elvas, «um dos bons servidores que o Mestre em esta terra tem». Não era: e para o sabermos basta ler a carta de doação da já por vezes nomeada herdade do Cabedal. Diz o diploma: «Gil Fernandes, de Campo Maior, cavaleiro, nosso vassalo... porquanto é homem que nos há bem servido nas guerras passadas e recebeu a ordem da cavalaria em nosso serviço, quando fomos contra os inimigos na tomada de Ceuta», etc. (4). Foi êste Gil Fernandes também um valente, mas os factos dêle ser de Campo Maior e de só ter sido armado cavaleiro na tomada de Ceuta, excluem a possibilidade dêle haver sido o valente filho e capitão de Elvas, cujos feitos, não só em 1384 e 1385, mas já antes, em 1369, os nossos grandes cronista e épico relataram e cantaram (5).

Levantei uma pontinha do véu; quem mais souber, corra-o de todo.

(1) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8.º, fl. 184 v.

(2) Liv. 6.º de *Odiãna*, fl. 46.

(3) Os nobiliários dizem ter ela sido filha de Gil Fernandes, mas enganam-se. Consta da carta precedentemente citada, a qual declara possuir Isabel Fernandes a tal herdade do Cabedal por mercê que dela havia sido feita a seu avô, por sua morte a seu pai, e em vida dêste a ela. Da mercê ao avô, Gil Fernandes, existo o registo.

(4) Carta dada em Almeirim a 8 de Fevereiro de 1425, pela qual é confirmada a herdade do Cabedal em termo de Elvas a Gil Fernandes e sua mulher Caterina Gil, em suas vidas. A herdade fôra doada de juro e herdade por D. Fernando a Fernão Godins, que a deixou a sua viúva Teresa Fernandes e esta a doou à referida Caterina Gil, sua sobrinha, filha de seu irmão, — *Chancelaria de D. João I*, liv. 4.º, fl. 91.

(5) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. 37; *Crónica de D. João I*, p. 1, cap. 107; Luís de Camões, *Lustadas*, cant. 8.º, est. 34.

II

POVOAÇÃO DA BEIRA, pág. 362

Em 1527, estando D. João III em Coimbra, mandou expedir, a 17 de Julho, provisões dirigidas aos corregedores das seis comarcas do reino, ordenando-lhes que mandassem proceder por um dos seus escriptivães ao arrolamento dos moradores existentes na área da sua correição.

Em virtude das determinações régias procedeu-se ao recenseamento da população, organizando-se livros especiais, nos quais se iam lançando os resultados obtidos, tendo-se em algumas comarcas dividido o censo por dois cadernos, em resultado das condições diversas em que elas se mantinham. Elaboraram-se pois os cadernos seguintes: POVOAÇÃO DE ENTRE DOIRO E MINHO, POVOAÇÃO DE ENTRE TEJO E ODIANA, primeira parte, *Terras da Coroa e do Ducado de Bragança*, POVOAÇÃO DA ESTREMADURA, menos Lisboa, todos estes no próprio ano de 1527; POVOAÇÃO DE TRÁS OS MONTES, em 1530, POVOAÇÃO DE ENTRE TEJO E ODIANA, segunda parte, *Terras das Ordens*, em 1532, todos estes existentes na Tôrre do Tombo e impressos no ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, vols. III, pág. 241, IV, págs. 93 e 330, VI, pág. 241, e VII, pág. 241. Além destes cadernos fizeram-se mais os seguintes recenseamentos: o da POVOAÇÃO DE LISBOA, organizado por Henrique da Mota, escriptivo da Câmara Rial e poeta do *Cancioneiro*; POVOAÇÃO DO ALGARVE e POVOAÇÃO DA BEIRA. Do primeiro destes últimos três cadernos não há mais notícia, além da lançada no caderno da POVOAÇÃO DA ESTREMADURA (1); dos outros dois consta que já em 1814 não existiam na Tôrre do Tombo, encontrando-se o da BEIRA na biblioteca do Museu Britânico de Londres (2).

Aí, em Novembro de 1918, o examinei e comecei a copiar, não tendo podido concluir a cópia por haver adoecido; ainda assim mais de metade ficou transcrito. Aproveitarei a ocasião para dêle dar uma descrição afim das minhas investigações não resultarem absolutamente improficuas.

O códice n.º 20.959 dos *Additional Manuscripts* da biblioteca do Museu Britânico, consta de várias espécies, lendo-se na primeira fôlha, por baixo da marca: *Purchased at L^d Stuart de Rothesay's Sale, June 1855. Lot 2934* (3).

Seguem-se muitas fôlhas de papel moderno, todas em branco, começando depois uma marcação a lápis e na pág. 1 está escrito:

«Ex.^{mo} S.^r C. Stuard.

«Cadastro a que se procedeo antes de 1535 = contendo, alem do numero dos Fogos, as confrontações dos Districtos. Provincia do Alentejo Está sem falta».

A fl. 2 consta da seguinte carta:

«Sr. Joaõ Bell

«Vaõ separados, e metidos a ordem os Cadernos. Merece o trabalho toda a diligencia por descobrir os Cadernos q. faltaõ da Provincia da Beira; pois o Alentejo está completo

«SC. Sabº

«em 22 de Jan.^{ro} de 1814

Sobrescrito: «Sr Joaõ Bell»

Todo seu
Joaõ Pedro»

(1) ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, VI, 241.

(2) *Ibidem*, III, 243.

(3) Lord Stuart de Rothesay era Carlos Stuart, ministro inglês em Lisboa e membro do govêrno do reino durante a guerra Peninsular, criado conde de Machico e marquês de Angra por D. Pedro IV.

A seguir transcreve-se, na fl. 3 e de letra do século XIX, a carta régia de 17 de Julho de 1527 impressa no ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, vol. III, pág. 243.

Na fôlha 4, muito provavelmente da letra do João Pedro da precedente carta, encontra-se escrito o seguinte resumo:

Entre Douro e Minho		
Cazaes.	55#099	} Torre do Tombo
Homens solteiros de 18 a 30. annos.	38#000	
Alem Tejo		
Cidades e Villas.	116	} Sr. Stuart
Cazaes.	48#304	
Beira Baixa		
Concelhos.	256	}
Cazaes.	66#804	
Na fl. 5:		
Prouincia de Tras dos Montes		
Viúvas.	5:376	} Torre do Tombo
Solteiras.	2:104	
Clerigos seculares	614	
Total dos Casaes.	35:816	
Estremadura		
Cidade de Lisboa.	13:010	Casaes
Termo da mesma.	4:024	} Deste n.º são clerigos 620 Cavallr.º e Escudr.º 1:200
Total da comarca fora de Lx.ª e termo.	48:144	
Alhandra.	234	
	65:412	Torre do Tombo

Do Algarve não apparece».

Na fl. 6 a lápiz e pág. 1 da marcação mais antiga, talvez contemporânea:

«Comto do numero da gemte que ellRey noso sôr mamdou que se contase na comarca Damtre tejo e odiana //».

É cópia do caderno transcrito a págs. 93 e segs. do tom. IV do ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ. Segue até fl. 50 e pág. 89, onde termina o censo da «Vila das meadas» (pág. 103 do ARCHIVO). Continua na fl. 51, pág. 91, com as «Terras do duque de bragança desta comarca per numero que elle mamdou fazer //» (*Ibidem*, pág. 103).

Na fl. 63, pág. 115, começa o segundo caderno pelas palavras: «Numero dos moradores e confrontacois dos termos», como no ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ se encontra transcrito no vol. IV de págs. 330 a 362, terminando no códice do Museu Britânico na fl. 138, pág. 269 com estas palavras: «Este he o derradeyro llogar da Raya damtre tejo e odyana começado de mertolla», as últimas do ARCHIVO.

Na fl. 139, pág. 271 vem um resumo que se não encontra no caderno guardado na Torre do Tombo e por isso o transcreverei aqui:

«Ha amtre tejo E odyana çidades.	iiij
vylas delrey e dalgús snõres que nã vã aquy abayxo.	xl
ha mays do mestrado de santiago emtrãdo setuuel e odemyra vylas.	xxxj
ha mays do mestrado dauys vylas.	xiiij

do pryolado do crato com almada. vylas	bj
do mestrado de xpos com outras q̄ atras. se de crara. vylas	x
do duque de bragança vylas.	xij
São as cidades e vylas cemto e dezaseys	Cxbj

Ha moradores nas çydades e vylas delRey e dalgũs sñores q̄ nam vão abayxo scriptos.	xxb.Cxxx[b]
no mestrado de sãtiago com setuuel	x.iiij°xlb
no mestrado davys.	iiij.ix°Lx
no pryolado do crato.	j.bj°Lii[ij]
no mestrado de xpos.	j.ij°Lxx[xij]
nas vylas do duq̄ de bragamca.	bj.iiij°xx[ix]

Soma em todos os vizinhos damtrejeo e odyana como vay } S. xl biiij. [biiij°iiij]

nestes Jtēs a cima coremta e oyto myl oyto çemtos e quatro }

A parte inferior desta fôlha está deteriorada na margem, pelo que tive de acrescentar entre parêntesis quadrados as letras apagadas. Finalmente, na fôlha 142 encontra-se êste título de letra do século XIX:

«Provincia da Beira

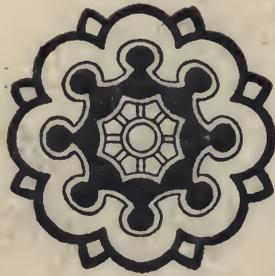
«Faltaõ-lhe as primeiras 60. paginas».

Na fôlha 143 a lápiz, e pág. 61 a tinta, começa:

«T° da çidade da goarda

«Jt na çidade da goarda. e seu termo tē moradores ij iiij°xxj» e continua até o final do códice, tendo a minha cópia chegado à pág. 237 a lápiz «Comçelho de Carapito».

Foi pois neste livro que eu encontrei a soma dos moradores do concelho de Aregos, ao tempo pertencente a D. João de Vasconcelos e Meneses, 2.º conde de Penela.



CS
969
A2B7
1921
v.1

Braamcamp Freire, Anselmo
Brasões da sala de Sintra
2. ed.

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY
